INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA - CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS - VOL. 14 - Nº 4 - 15 DE DEZEMBRO DE 1994 - R$ 5,00

AGROANALYSIS

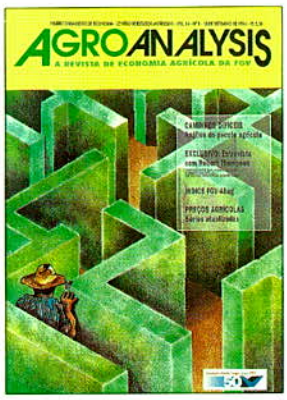
A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV



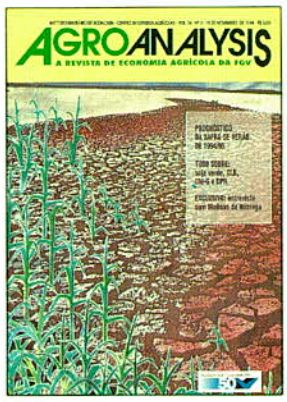
INÉDITO

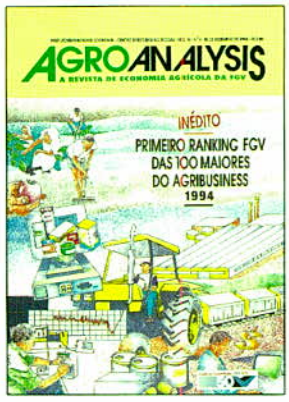
PRIMEIRO RANKING FGV DAS 100 MAIORES DO AGRIBUSINESS 1994

Fundação Getulio Vargas 1944-1994 50









VOCÊ JÁ ASSINOU AGROANALYSIS?

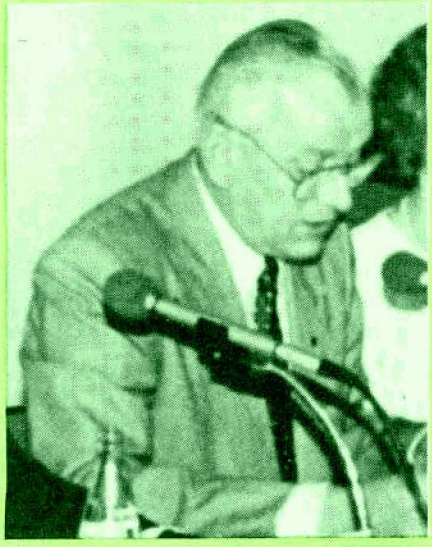
Parabéns! Você está recebendo esta edição especial sobre As 100 Maiores do Agribusiness inteiramente grátis, pois sua assinatura entrará em vigor somente em janeiro de 1995.

Mas se você ainda não providenciou sua assinatura de *Agroanalysis*, não perca esta oportunidade. Envie-nos hoje mesmo o cupom de assinatura e passe a receber mensalmente, a partir de janeiro, esse minucioso diagnóstico do agribusiness.

100 MAIORES DO AGRIBUSINESS

uma edição especial para leitores especiais

Avicultura: um agribusiness que deu certo



Heitor José Müller

Heitor José Müller é diretor da Frangosul, empresa gaúcha que atua nas áreas de carnes de aves e de suínos e ocupa a 32ª posição no ranking *das 100 Maiores do Agribusiness, divulgado nesta edição.*

Müller também é diretor da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), onde coordena o Conselho de Agroindústria. É, ainda, presidente da União Brasileira de Avicultura, com sede em Brasília, e já ocupou vários cargos de direção em entidades de classe representativas dos interesses da agricultura ou da agroindústria, como a Associação Brasileira dos Exportadores de Frango.

■ *Como vai a Frangosul?*

— Vai muito bem. Completaremos 25 anos em maio do ano que vem e estamos faturando algo como US$200 milhões por ano. Somos a 10ª empresa do Rio Grande do Sul em número de empregados, com 5.100 funcionários. Temos ainda 1.800 criadores integrados. Nossas vendas vão muito bem, inclusive para o mercado externo. Exportamos produtos da avicultura principalmente para a Arábia Saudita. Na área de suínos, atendemos o mercado interno com produtos já cortados, prontos, já embalados: carré, lombo, lombinho etc. Também exportamos, principalmente pernil para a Argentina e carne suína para Cingapura, Hong Kong e assim por diante. Na área de aves, participamos com 35% do mercado gaúcho de frangos. Vendemos muito para São Paulo e para os demais estados do Brasil. Em torno de 27-28% da nossa produção são exportados para cerca de 30 países, como a vizinha Argentina e vários países da União Européia, como a Alemanha, a Suíça, a Áustria, a Itália. Vendemos muito para o Oriente Médio porque nós abatemos dentro do rito islâmico exigido por eles. Temos inclusive inspetores islâmicos dentro das nossas estruturas.

■ *Só de curiosidade, como é esse rito?*

— No rito islâmico, de acordo com o Alcorão, a ave deve ser imolada para alimentar o povo de Alá. Então a ave tem que morrer de frente para Meca. A ave tem que ser sangrada, com uma forma específica de sangria, e nessa sangria tem que ser invocado o nome de Alá. A questão aparentemente é religiosa, mas ela tem algum sentido prático. Nos países árabes o calor é grande. Há séculos, quando Maomé fundou a religião islâmica, ele colocou na religião várias exigências de ordem prática, que nada tinham a ver com religião. Com aquele calor, como conservar uma carne mal sangrada?

■ *Como o Brasil conseguiu penetrar nesse mercado exigente, competindo com americanos e europeus?*

— O segredo é o atendimento no nível de qualidade. Por exemplo, nós exportamos também para o mercado japonês, um mercado absolutamente exigente em matéria de tecnologia e de sanidade animal. Eles enviam regularmente técnicos para nos inspecionar. Os europeus também são exigentes. Enviam vários tipos de inspetores; inspetor de qualidade, para avaliar a higiene de nosso abate. Olham inclusive a questão da nutrição. Levam amostras de ração para analisar, para verificar se realmente estamos dentro dos níveis alimentares exigidos; verificam as condições ecológicas, olham os galpões, a apresentação e a higiene pessoal de quem cuida do galpão. São bastante exigentes, mas isso é bom para nós. Ajuda-nos a concorrer com os principais países exportadores. Os Estados Unidos são o maior exportador de frango do mundo e o segundo maior é a França. Este ano, o Brasil deve suplantar os franceses. A avicultura mais competitiva do mundo é a avicultura brasileira, não tenho a mínima dúvida. Isso porque estamos expostos à competição e nos aperfeiçoamos.

■ *Qual é o segredo do bom funcionamento de cada um dos elos de um agribusiness que deu certo, como o da avicultura?*

— Não é bem segredo. São razões, digamos assim, e são várias. A primeira razão é a integração. Se os elos da cadeia fossem independentes, como numa avicultura independente, cada um iria se preocupar com o seu produto. Quem produzisse cada um dos itens desejaria ter lucro com esse item. O produtor da ração com a venda de ração e assim por diante. Nesse caso, seria muito difícil que todos os elos tivessem preocupação com o frango, que está na gôndola do

supermercado, produto final da cadeia. Temos tudo isso verticalizado e integrado. Nos interessa o produto final ao consumidor. A integração nos permite manobrar, interferir, ajustar todos os fatores de produção de ponta a ponta. Temos uma sintonia fina; nós é que comandamos de ponta a ponta. Segundo, investimos muito. Se olharmos historicamente a indústria brasileira, dificilmente alguma atividade investiu tanto em conhecimento como a avicultura. Na atividade primária então, nem se fala.

Eu me lembro, há 20 anos, quando estávamos no início da empresa, contratamos alguns técnicos no exterior e treinamos inúmeros funcionários nos grandes centros internacionais. Essa é a terceira razão. A avicultura brasileira está presente em toda parte do mundo onde acontece alguma discussão, algum seminário, algum simpósio, alguma coisa a respeito da avicultura. Quem está presente, quem absorve a tecnologia, não importa se é da empresa A, B ou C, num segundo momento multiplica esse conhecimento, inclusive entre os grupos concorrentes. Não temos concorrência nessa questão tecnológica, sanitária e de produção. Nossa concorrência começa da porta da fábrica para fora, quando começa a guerra mesmo.

■ *Há uma competição muito grande depois da porta da fábrica?*

— Sim, muito grande. São empresas muito bem organizadas, de grande porte. Cito alguns nomes: Sadia, Perdigão, Chapecó, Ceval, Frangosul, Avipal e Minuano. São empresas poderosas e de faturamento alto, onde vale a pena ter gente especializada em *marketing*. São empresas que patrocinam times de vôlei e por aí vai.

■ *Mas essa parceria de que o senhor fala, na parte tecnológica, sanitária, em que consiste?*

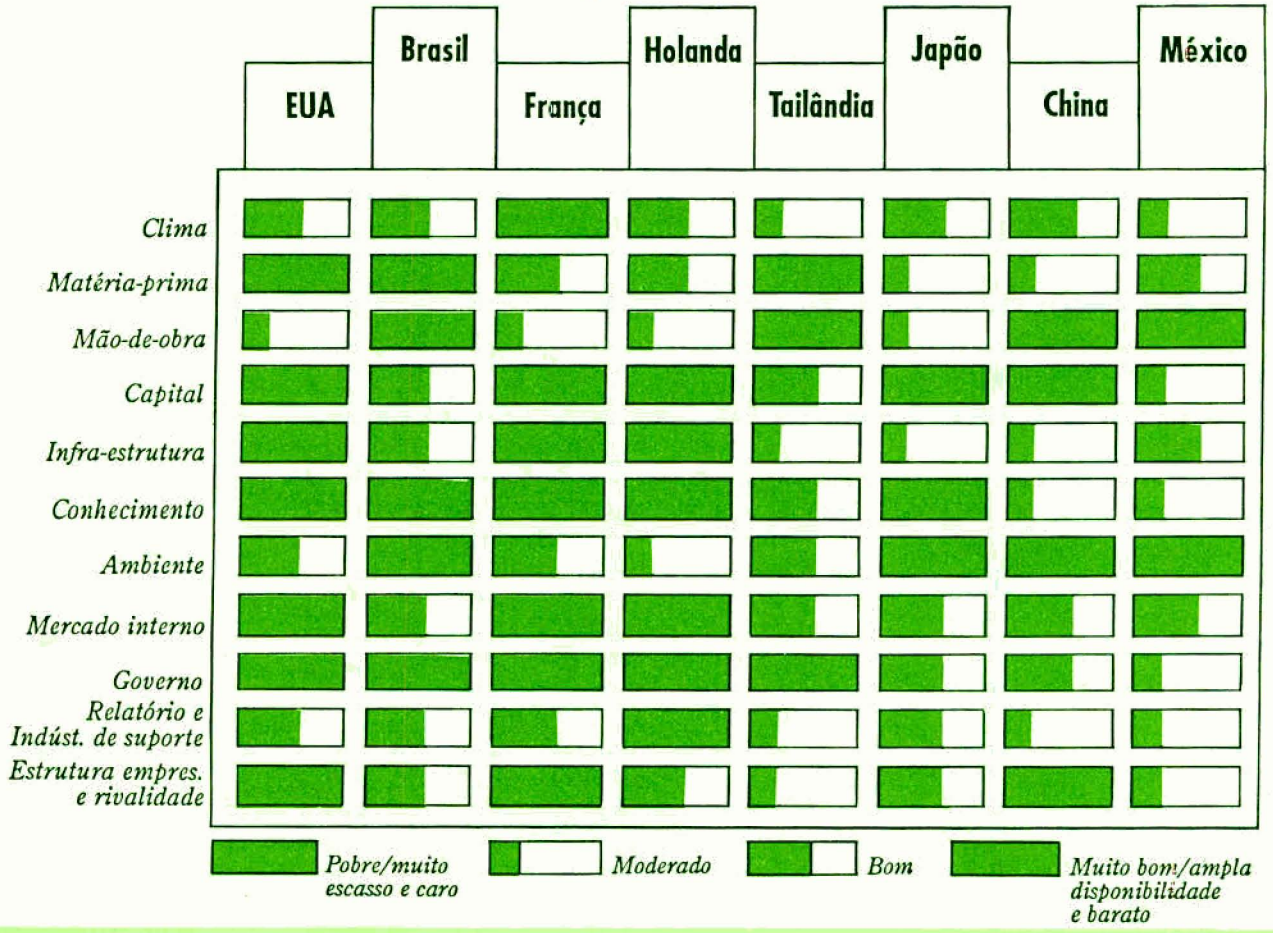
— Na troca de informações. É nossa prática ceder técnicos para ministrar aulas para pessoas das outras empresas. O sujeito que está dando a aula não sabe de que empresas são os técnicos que a estão assistindo; ninguém fica preocupado se é um concorrente ou não. Para nós, tecnologia é fundamental. Sanidade também, porque geograficamente os nossos produtores se confundem. Se um deles tem um problema sanitário, pode afetar o outro, que pode ser o meu criador e pode trazer para dentro da minha casa um problema gravíssimo. Trata-se de um sistema de proteção mútua.

■ *Nesse processo de integração, o senhor acha que o produtor também se beneficiou?*

— Todos se beneficiaram. A tecnologia reduziu o número de dias necessários para que o frango esteja pronto para o abate. É menos ração e, principalmente, menor exposição do frango às doenças. O giro do produtor aumenta.

Os benefícios chegam também ao consumidor. Há seis, sete anos o frango era vendido no varejo a

Comparação da competitividade de vários países fornecedores



US$1,98-2. Hoje, o frango chega ao varejo a US$1,05-1,02, mais ou menos. A avicultura conseguiu um consumidor cativo, até pelo preço, e com isso o avicultor consegue produzir mais e tem uma garantia de continuidade e funcionamento do negócio.
Há um outro detalhe importante. Nosso criador tem que ser minifundiário que trabalha com a sua família. Numa época, que terminou em 1982 no Rio Grande do Sul, o produtor recebia lucro tão elevado, que qualquer profissional liberal da cidade tinha sua granjinha e ia lá só buscar os lucros no fim de semana. Durante a semana a granja ficava na mão de empregados. A sanidade caía; o elo não funcionava bem. Isso hoje não é mais viável. A avicultura deve ser altamente rentável para o minifundiário; mas não pode se transformar em alternativa de investimento para a classe média alta.

■ *O produtor integrado tem um retorno melhor do que o independente?*

— Sem dúvida. Os produtores integrados, todos eles têm uma estradinha de acesso à sua casa. Ele fez uma casa boa, tem uma cozinha com azulejo, tem um vaso sanitário com descarga, tem água corrente em casa, deve ter uma antena parabólica, tem um rádio e, alguns, um carrinho. Isso você só vê nas produções integradas. Isso você vê também no produtor de fumo que está integrado à empresa, no produtor de frango que está integrado. O independente não tem isso porque está sujeito aos riscos de mercado. A agricultura depende de tecnologia ou de sorte. Quando o preço está alto, ele colheu pouco, quando o preço está baixo, ele colheu muito. É o caso do produtor independente. Quando ele está integrado numa estrutura como a nossa, é outra coisa. Nós assumimos os riscos e os encargos todos. O produtor integrado logo sabe quanto vai ganhar, os níveis máximos e mínimos. Se ele tiver um desempenho melhor, se ele usar menos ração e conseguir mais carne, coisa que depende dele, do capricho dele, aí é melhor ainda.
Na avicultura não tem fim de semana. É por isso que a avicultura se desenvolve muito bem em determinadas regiões do país e não se desenvolve em outras. Na zona de fronteira do Rio Grande do Sul, onde as pessoas foram educadas no trabalho com bovinos, a avicultura não funciona. O boi, você larga no campo na sexta-feira à tarde e volta na segunda-feira para dar uma olhada. Se alguém fizer isso com frango, está falido. Para lidar com frango tem que ter alguém acostumado a lidar com pequenos animais. É uma questão cultural.

■ *A empresa assume esse risco todo. Vocês usam o mercado futuro, transferem o risco?*

— A avicultura, de uma forma geral, foi muito obediente a tudo que o governo queria. A Frangosul, por exemplo, decidiu entrar para a avicultura porque tinha o incentivo de pagar imposto relativamente baixo.

Este ano, o Brasil deve suplantar os franceses. A avicultura mais competitiva do mundo é a avicultura brasileira, não tenho a menor dúvida.

O governo seguiu estimulando a atividade. Teve até época de juros zero. Em 1976, 1977, começou a história de ter que arrumar divisas, ter que exportar, qual a resposta? Vamos tocar a máquina e construir; isso a avicultura fez e nós da Frangosul fizemos também.
Agora o governo está dando uma outra sinalização. De que não será mais tão condescendente com o câmbio, deixando-o ao mercado.

■ *Isso é o rompimento de um modelo?*

— Sim. É o rompimento do modelo empregado desde a década de 80 até agora. Esse problema é nosso, da indústria. O criador integrado nem sabe disso. Ele continuará recebendo a ração sem saber se o milho veio dos Estados Unidos, da África do Sul, da Argentina ou do Paraná. Ele continuará recebendo a ração em casa, que é descarregada a granel dentro do silo, que tem um comedouro automático, que liga num *timer* automático. Qualquer criança de 13, 14 anos consegue tomar conta de um galpão. O que tem que ser feito num galpão durante o dia? Passar um paninho dentro da calha onde fica a água, três, quatro vezes durante o dia. Se o frango toma água e come ração, fica com a ração grudada no bico. Quando volta para tomar água, suja a calha com ração, que começa a se decompor na água. Fora isso, tem que ver se tem algum frango morto, se entra algum bicho. É muito barato para o produtor: ele só tem que instalar o galpão e, daí para frente, cuidar de sua manutenção.

■ *A exportação da avicultura, em 1994, será recorde. Gostaria que o senhor falasse um pouco sobre os números das exportações. Quais são os fatores que têm ajudado o Brasil a avançar no mercado externo, alcançar o terceiro, o segundo lugar?*

— A avicultura tem crescido no mundo inteiro. Em 1970, do total de carnes consumidas no mundo, 14% eram de frango. Em 1980, já tinha subido para 20%. Em 1990, 1991, já tinha ido para 23%. Hoje, cerca de 25% da carne consumida no mundo são de frango. No Brasil, o aumento do consumo *per capita* foi muito mais acentuado, assim como nos Estados Unidos. No Brasil, o crescimento do consumo decorre de vários fatores, mas principalmente dos preços. A avicultura brasileira conquistou avanços incríveis em produtividade. Dominamos a tecnologia mundial de ponta. Melhoramos a vida de nossos criadores, mas repassamos boa parte da redução de custos ao consumidor. O consumidor é quem manda!
A indústria é a sanfona do sistema de lucratividade. Ela precisa garantir o minifundiário porque ele não tem como suportar o prejuízo. Tem que fazer o frango chegar ao consumidor a preço baixo. Para termos o máximo de fôlego na nossa sanfona, temos que lidar com um mercado o mais amplo possível, de forma que você ganha aqui, perde ali, assumindo que não vai dar tudo errado em todas as partes do mundo ao mesmo tempo.
Além disso, o empresário tem que ser escravo do consumidor! Os japoneses, por exemplo, querem o frango pronto, para retirar da embalagem e fritar. Se for o caso, dar um toquezinho com aqueles molhos e comer cru. Por isso, exigem uma qualidade

de produção absoluta. Têm muita importância a origem genética, qual a ração usada, o sabor da carne, a higiene na matança. A avicultura brasileira atende a todos esses desejos. Desde a alimentação do frango, a genética, a embalagem até os prazos de entrega, tudo! Outro exemplo: o mercado japonês gosta muito de frango desossado, mas inteiro. É usado para rechear, em festas. Os inspetores japoneses nos ensinaram e depois nosso pessoal completou o serviço. Eles fazem essas e outras exigências e nós atendemos com toda humildade, porque os consumidores são os reis que mandam em nós.

■ *Na avicultura, algum elo da cadeia escapa ao controle da indústria?*

— Nós controlamos em muitos casos até no supermercado, onde funcionários das empresas produtoras de frangos fiscalizam se tem espaço na gôndola. O comprador passa, mexe no produto, e tem gente ajudando a arrumar a gôndola do supermercado, fazendo *marketing* junto ao eventual comprador. Na genética, nós controlamos pela importação. Em 1993, o Brasil importou em torno de US$15 milhões de material genético. Só na exportação faturamos US$462 milhões e a exportação no ano passado foi só 14% da produção nacional de frangos. Então é muito pequeno este valor para o volume todo. Mas por que não produzem genética no Brasil? Porque é inviável. Se todas as aves da América Latina fossem resultado dessa suposta genética brasileira, ainda assim ela seria economicamente inviável. Porque o custo é muito alto. Hoje em dia, a genética é feita por programas de computadores de grande porte, a partir de séries históricas. São eles que determinam que galo tem que ficar com que galinha para produzir não sei o quê. É o computador que determina, já não são mais os geneticistas. Mas o custo disso é muito alto. Cinco milhões de dólares não dariam nem para a arrancada do custo do ano. Além do mais, não existe mais o risco geopolítico. No tempo da Guerra Fria, poderia haver um problema e a gente ficaria a ver navios. Mas hoje tem genética no Japão, em Israel, tem na Hungria, na Alemanha, na França, na Holanda, na Escócia, nos Estados Unidos. Perguntaram-me há pouco sobre exportação. Estamos batendo recordes, um após outro. Em 1992, exportamos 373 mil toneladas de carne de frango; e em 1993, exportamos 417 mil toneladas. Numa reunião aqui em Porto Alegre com jornalistas, o presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Frangos, o companheiro Vicente Sperb, disse que este ano a avicultura deverá exportar 550 mil toneladas de carne de frango. A receita cambial de 1994 deverá ficar em uns US$600 milhões. Mas não é fácil, não. Vira e mexe, surge uma sobretaxa. A União Européia, dependendo da circunstância, quando há muito volume de embarque para lá, criando um excesso de oferta, eles criam uma sobretaxa até desovar todo o excesso de oferta; depois eles retiram de novo a taxa, e volta tudo como antes.

Quem absorve a tecnologia, não importa se é da empresa A, B ou C, num segundo momento multiplica esse conhecimento, inclusive entre os grupos concorrentes.

■ *O Brasil concorre com países desenvolvidos na avicultura. O senhor acha que o Gatt tem alguma influência? Como o senhor vê isso?*

— Os Estados Unidos e a União Européia acusam-se mutuamente da prática do subsídio. Ambos subsidiam. Eles chegam a subsidiar US$600 por tonelada de frango exportado. Uma tonelada de frango vale FOB em torno de US$1 mil, quer dizer, eles recebem os mil e botam mais 60% em cima. A avicultura brasileira, além de concorrer com o produtor francês e o produtor americano, tem que concorrer com o Tesouro francês e o Tesouro americano, o que é um pouco pesado.

■ *O Mercosul tem algum efeito mais importante?*

— O Mercosul não é problema para a avicultura brasileira, talvez a mais competitiva do mundo. Enquanto o Brasil investiu muito em avicultura, os argentinos investiram em pecuária de corte. É por isso que eles têm vantagens na pecuária e nós na avicultura. Nós estamos simplesmente invadindo o mercado argentino, porque conseguimos produzir mais pintinhos por matriz alojadas, conseguimos produzir mais carne com a ração e temos uma mortalidade menor. Somando esses três fatores, o ganho que temos com eles é mais que 30% maior. Para mudar, não é só o dinheiro ou a vontade. Precisa treinar a pessoa em todas as áreas para ter o crescimento. O crescimento da avicultura hoje no Brasil está mais ligado ao fator treinamento de pessoal do que talvez ao fator capital.

■ *E os investimentos?*

— A avicultura continua crescendo aceleradamente. A Frangosul tem crescido todos os anos 12, 14, 15% na produção, eliminando pontos de estrangulamento, melhorando a produtividade dentro da própria estrutura já existente. As empresas estão instalando unidades novas pelo Brasil afora, principalmente no Centro-Oeste brasileiro. A avicultura vai continuar crescendo porque temos um consumo *per capita* de apenas 19 quilos. Muito pouco em relação a países do mesmo nível de desenvolvimento. Alguns consomem 28, 30 quilos. Ou seja, ainda temos espaço no mercado interno para crescer. Com a estabilidade monetária então... Se o Plano Real der certo, teremos um significativo aumento de consumo. Pode ser ainda maior se houver qualquer tipo de atitude do governo no sentido de melhorar a distribuição de renda ou obter algum crescimento da economia. Com o novo governo aumentam as perspectivas de investimentos externos, porque o Brasil é um dos países-alvo para receber investimento, porque é enorme nossa capacidade de absorção de capitais e de gerar crescimento. O Brasil é um dos poucos países que ainda têm essa chance no mundo. Eu tenho certeza de que ainda existe espaço no Brasil para crescer e que ainda existe espaço no

mundo para crescer. Não existe frango suficiente no mundo. Existe, sim, má distribuição de renda, existe um país que não tem dinheiro para importar. Se tivéssemos exportação com três anos de prazo, Cuba e a África toda seriam nossos compradores.

■ *Mudando um pouco de assunto, a questão fiscal está criando grandes problemas entre os frigoríficos, com o pessoal que trabalha com a carne bovina. Essa questão com a carne de frango não é igual?*

— O problema é o mesmo. A diferença é que a avicultura é integrada. Nós temos o frango, nós produzimos o pintinho, a ração... Está tudo integrado. Na pecuária bovina, o abate clandestino é uma concorrência desleal com o produtor de boi estabelecido, legalizado. Essa é a única faceta que distingue a pecuária da avicultura. Nós somos mais organizados, estruturados. O clandestino de aves é muito pequeno em comparação ao total. Mas temos problemas cruciais na área tributária. Os estados exigem o ICMS na fronteira. O estado seguinte quer receber mais ICMS e não aceita o crédito do tributo já pago. Exige um estorno de 5% daquele tributo. Nós pedimos ao ministro Ciro Gomes que interfira na questão do ICMS da avicultura, para que termine essa guerra fiscal. O ICMS tem que ser unificado. Hoje, é mais fácil mandar frango para a Argentina do que para fora do estado. Nós temos, antes de fazer o Mercosul, que "mercosulizar" o Brasil. Temos fronteiras entre os estados que parecem de países. Só falta pedir passaporte. A área tributária é complicada, e posso falar de cadeira, porque na administração anterior, aqui na Fiergs, fui coordenador de uma comissão de reforma tributária. O que nós discutimos sobre tributos é impressionante. As deformações, a verdadeira insanidade que é praticada, não só do ponto de vista da taxa, do valor dos impostos. Nós até estamos dispostos a pagar mais imposto, desde que seja mais simples pagar. O custo de apurar um imposto é muito alto. A vulnerabilidade do empresário é muito grande. Porque a legislação é tão complicada que se você pedir um parecer a cinco juristas diferentes, você terá cinco pareceres diferentes. Quando chega o dia de pagar o imposto, você tem que adotar um deles, se não aparecer um sexto. Aí vem um fiscal e pode ter um sétimo. Você vira um sonegador e é preso por sonegação de impostos. Quer dizer, a vulnerabilidade do sistema tributário montado é uma verdadeira insanidade. É de cima para baixo, desde o imposto federal até o estadual.

■ *O que falta para a avicultura ter um desempenho ainda melhor?*

— Eu tenho um quadro elaborado por um banco holandês. A Holanda também é produtora de aves. O quadro mostra o resultado da comparação entre os maiores produtores de avicultura do mundo, segundo determinados itens, abrangendo os Estados Unidos, o próprio Brasil, a Holanda, a Tailândia, o Japão, o Chile e o México. Vamos aproveitar a comparação apenas entre Estados Unidos, Brasil e França para facilitar as coisas. Eles fizeram o quadro-resumo (aqui reproduzido) dizendo como é que está o cenário para a avicultura nesses três países. Com relação a clima, o quadro informa que nos Estados Unidos o clima é bom para a avicultura; no Brasil é bom, e na França, muito bom. Segundo item: matéria-prima para avicultura, levando em conta quantidade e preço. O resultado mostra que nos Estados Unidos a matéria-prima é ótima, tanto na quantidade quanto no preço; no Brasil também é ótima, tanto na quantidade quanto no preço, e na França é apenas boa. Em matéria de mão-de-obra (tanto treinamento de mão-de-obra como quantidade e preço de mão-de-obra), o quadro mostra que nos Estados Unidos é moderado, no Brasil é ótimo, e na França é moderado. Nessa nós ganhamos desses dois. Em relação ao item capital, nos Estados Unidos é ótimo, na França é ótimo, e aqui pelo menos é bom, porque o Brasil é um país em desenvolvimento. Em infra-estrutura, a mesma coisa, porque a infra-estrutura é onde eles estão realmente bem, tanto os Estados Unidos quanto a França, e nós somos apenas moderados. No conhecimento tecnológico, os três países são configurados como ótimos, nós estamos muito bem. Quanto ao item ambiente, o Brasil está ótimo, e os Estados Unidos e a França estão apenas bem. O mercado interno dos Estados Unidos é ótimo, na França é ótimo, e o nosso é apenas bom, porque nosso poder aquisitivo médio é menor, lógico, do que o dos nossos países concorrentes. Em matéria de suporte de avicultura, de estrutura de produção de equipamentos e assim por diante, os três países estão iguais, considerados como bons. Em matéria de estruturas empresariais, dizem que nos Estados Unidos é ótimo, na França é ótimo e no Brasil é bom.

Eu tenho certeza de que ainda existe espaço no Brasil para crescer e que ainda existe espaço no mundo para crescer. Não existe frango suficiente no mundo.

Tem um item que causa certa estranheza nesse levantamento, que é o que diz respeito ao governo. Nos Estados Unidos, o governo é considerado ótimo para a avicultura e na França também, é claro, porque eles subsidiam desde a produção até à exportação. No Brasil esse quadrinho está absolutamente em branco, ou seja, efetivamente, nós pagamos impostos no Brasil sobre a exportação, não temos incentivo e estamos à mercê das ondas da própria economia, não temos nenhuma proteção. A avicultura brasileira clama para não ser atrapalhada; se não for ajudada, que pelo menos não seja atrapalhada. Esse é o grande diferencial entre França, Brasil e Estados Unidos. No mais, estamos muito bem. No item governo é que nós precisamos de uma rápida e urgente guinada no sentido de que o governo também seja mais um colaborador da avicultura, para que nos tornemos mais competitivos ainda.

CARTAS

Foi com grande satisfação que recebemos a notícia de que a Fundação Getulio Vargas iria editar novamente *Agroanalysis*.

Assim sendo, vimos pela presente nos congratular com essa entidade por tal iniciativa, ao mesmo tempo em que nos colocamos a sua disposição para eventual colaboração. Cordialmente,

Paulo César T. de Melo
Gerente de Pesquisas de Hortaliças
Asgrow do Brasil Sementes Ltda.

O Brasil, mais do que nunca, deve aderir à busca mundial da qualidade em todas as atividades econômicas. Deve buscar potencializar nossa clara vocação para um *agribusiness* moderno, dinâmico e auto-sustentável.

A tendência globalizante da economia internacional envolve, cada vez mais, a chamada economia da informação: a nova moeda sem limites para agregação de valor.

Como consultor de *agribusiness*, sempre reconheci na revista *Agroanalysis* uma fonte essencial de pesquisa e informações relevantes sobre o comportamento dos mercados agroindustriais, interno e externo, acompanhando todos os segmentos da produção e distribuição. Gostaria assim de parabenizar a Fundação Getulio Vargas pela decisão extremamente feliz de relançar *Agroanalysis*, após uma ausência de cinco anos.

Nossa economia rural, já em fase de acentuada integração com o Cone Sul e outros blocos econômicos e mesmo por seu importante mercado interno, não pode prescindir de publicações com a alta qualidade técnica e a amplitude de visão que permanecem caracterizando essa excelente revista. Congratulações a toda a equipe.

Marcos Arzua Barbosa
Publicitário e Economista

Parabenizamos o retorno de *Agroanalysis*, que divulga assuntos referentes à pesquisa básica e aplicada de modo geral, estimulando o leitor a valorizar o campo científico e econômico de nosso país. Temos interesse em divulgar as pesquisas desta IES, como devemos proceder?

Regina Albuquerque
Coordenadora do Programa de Bolsas de Iniciação Científica — Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRRJ.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Eliana C.B.L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho e copy), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola). Regis Alimandro (café), Virginia Wanick Vieira (algodão, borracha, cacau).

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Rubens de Mello Nogueira Abdelhay (índice FGV/Abag), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Edna Frias de Souza, Deise Jaffar de Lima e Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico).

Técnico em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima

Estagiários:
Ana Paula Grether de Mello Carvalho, Lucimara Brant Pessoa.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Antonio Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Divisão de Gestão da Informação (DIGI)
Diretor: Moacyr Antonio Fioravante

Editora da FGV
Chefe: Francisco de Castro Azevedo
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de texto: Clóvis Mendes de Moraes, Luiz Alberto Monjardim, Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães.
Editoria de arte: Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.
Produção gráfica: Helio Lourenço Netto, Joel Alves.
Comercialização: Juarez Nery de Souza, Valéria Oliveira Santiago.
Vendas de assinatura: José Milton Gondim, Paulo Appolinário.
Vendas avulsas: Edna Kumakola
Publicidade.

Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Porto Alegre — RS: Tel. e fax: (051) 249-7056; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Ribeirão Preto — SP: Tel.: (016) 625-9639 – Fax: (016) 625-0521; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720 e 252-9074 – Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105

São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.

Editora da Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22257-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente de honra: Luiz Simões Lopes

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen

Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

Conselho Diretor

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen

Vogais: Aldo Baptista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Eliezer Baptista, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emílio Staub, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

Conselho Curador

Presidente: Theodoro Arthou

Vice-presidente: Paulo de Tarso Leal

Vogais: Abgar Renault, Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France S.A., Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Gilberto Duarte Prado, Gilberto Ulhôa Canto, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles-Interamericana de Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Rubens D'Almada Horta Pôrto, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

Suplentes: Antonio Monteiro de Castro (Souza Cruz S.A.), Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.), Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Guilherme Augusto Frering, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Sergio Franklin Quintella, Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Julian M. Chacel
Vice-diretor: Antonio Salazar P. Brandão

Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva

Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos das Empresas
José Francisco Filho

Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira

Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota

Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira

Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Heitor José Müller**

6 **Cartas**

8 **Especial 50 anos da FGV: A Fundação e o tempo**

10 **Especial 50 anos da FGV: A tradição dos estudos agrícolas na FGV**

13 **As 100 Maiores do Agribusiness**

27 **As 100 Maiores Classificação: ordinal, patrimônio líquido, lucro líquido, vendas, imobilizado líquido, alfabética**

42 **Conjuntura do agribusiness**

56 **Índice FGV/ ABAG (IABAG) 1994**

58 **IBGE — Síntese estatística**

60 **Oferta e demanda**

62 **Estatísticas agropecuárias**

68 **Legislação agrícola**

70 **Panorama agropecuário**

74 **Panorama internacional**

76 **Janela aberta**

Editorial

Carta verde

O agribusiness brasileiro se consolidou ao longo dos anos 70, beneficiando-se, em larga medida, dos instrumentos públicos de incentivo ao setor agrícola, notadamente o crédito subvencionado, através do qual induziu-se a modernização no campo com as tecnologias mecânica e biológica.

A demanda derivada do fomento da tecnologia propiciou o desenvolvimento de uma indústria de ponta que hoje mostra-se capaz de competir em regime de abertura comercial. Entretanto, essa não foi uma trajetória linear e absoluta. Houve períodos difíceis. Um ponto importante a assinalar é a dependência do setor no tocante a políticas públicas competentes.

A segunda metade dos anos 80, por exemplo, registrou uma fase de recessão no agribusiness brasileiro. Esse processo foi inicialmente mais visível nas empresas produtoras de insumos para a agricultura. Logo depois, atingiu a produção agrícola, o que foi evidenciado por movimentos de retração de área, da produtividade e da produção. Os efeitos da recessão do agribusiness no segmento processador de matérias-primas de origem rural não chegaram a se evidenciar com clareza maior, possivelmente em razão da semelhança dos desempenhos desse segmento com o do conjunto da economia, por força da própria dimensão do ramo industrial pós-agricultura ou, quem sabe, em decorrência da falta de indicadores mais precisos.

Já em 1987/88, a queda das vendas das empresas produtoras de insumos para a agricultura se generalizara. Por exemplo, o consumo aparente de fertilizantes despencou das mais de 10 milhões de toneladas, verificadas em 1987, para quase 8 milhões, em 1989. E assim foi com as vendas de sementes geneticamente melhoradas, de defensivos etc. Um dos ramos industriais mais fortemente atingidos do segmento foi o de máquinas e implementos agrícolas. Em 1986, a venda de máquinas situou-se no patamar das 60 mil unidades. Em 1990, o mercado não absorveu mais do que 27 mil.

A crise fiscal do Estado brasileiro havia desarticulado os principais elementos constituintes da política agrícola, como o crédito rural e a política de garantia de preços mínimos.

A reação evidente do produtor rural profissionalizado ao aumento do risco de sua atividade, decorrente da escassez e do maior custo do crédito e da não-efetividade do sistema de garantia de preços, foi a redução dos dispêndios com a produção. Não se tratava, como alguns imaginaram inicialmente, de saudável racionalização do uso de insumos, e sim de contenção explícita de gasto. A conseqüência óbvia foi a retração, ainda que marginal, da área plantada, que já se encontrava estagnada desde 1980.

Graças ao clima e ao fator produtividade, a produção agrícola atingiu novos patamares no final da década. Nossa agricultura profissional encontra-se hoje capitalizada, à custa de menor exposição financeira relativa, de economia com insumos e da eliminação dos investimentos, os quais, pouco a pouco, porém, vão sendo retomados.

Mas, como as empresas do agribusiness, individualmente ou aglutinadas por ramo de atividade, reagiram à crise? Como se comportou a lucratividade do setor? Qual terá sido a queda real dos investimentos? Será que eventuais aumentos da margem entre preço e custo terão compensado a queda das vendas? Qual a estratégia dominante adotada pelas empresas do agribusiness para enfrentar a recessão?

Para permitir respostas mais precisas a perguntas como essas, a FGV desenvolveu o primeiro *ranking* brasileiro do agribusiness. As 100 Maiores serão, a partir de agora, editadas anualmente, possibilitando uma análise suplementar do agribusiness, em adição à análise tradicional, realizada a partir de variáveis como área, produção, preços e valor.



A FUNDAÇÃO E O TEMPO

TITO RYFF

No dia 20 de dezembro, a Fundação Getulio Vargas completa seus primeiros 50 anos, cinco décadas de pioneirismo em pesquisas, produção e difusão de conhecimento.

Agroanalysis *é um dos muitos exemplos possíveis dessa característica inovadora da FGV. Em 1977, quando foi lançada, a revista praticamente criou o segmento editorial agrícola, hoje maduro e fortemente segmentado.*

Os estudos econômicos sobre agricultura sempre ocuparam lugar de destaque na FGV. Agroanalysis *convidou dois profissionais renomados, os quais, por algumas décadas, pertenceram ao quadro de especialistas em agricultura da FGV, para contarem um pouco de sua passagem pela FGV. Sylvio Wanick Ribeiro dirigiu o Centro de Estudos Agrícolas da FGV e Tito Bruno Bandeira Ryff foi coordenador do Grupo de Informação Agrícola, que editou* Agroanalysis *em seus primeiros anos.*

Parece estranho, mas 50 anos passam mais rapidamente na vida dos indivíduos do que das instituições. Deveria ser o contrário, já que as instituições duram, em geral, mais tempo do que qualquer um de nós, seres humanos. Espanto-me ao pensar que, durante metade dos 50 anos de existência da Fundação Getulio Vargas, participei diretamente do dia-a-dia dessa Instituição, ou acompanhei a meia-distância sua atividade.

Lembro-me, como se fosse hoje, do dia de novembro de 1970 em que ingressei na FGV. A Fundação Ford havia encomendado à Instituição um estudo de projeção da oferta e demanda de produtos agrícolas no Brasil. Para compor a equipe do projeto, havia necessidade de alguém com formação no campo da econometria, e eu acabara de apresentar uma dissertação na Faculté de Droit et Sciences Economiques, da Universidade de Paris, aplicando um modelo econométrico à análise das flutuações do comércio exterior no âmbito da CEE.

Tarefa difícil, a de projetar, naquela época, a oferta e a demanda de produtos agrícolas de um país em franco processo de crescimento econômico, com uma demografia explosiva, amplas áreas de fronteira agrícola a serem ocupadas, distribuição de renda marcadamente desigual e em fase de integração crescente de seu setor agrícola nas correntes do comércio exterior. Mas creio que a pequena equipe do Centro de Estudos Agrícolas, sob o comando de Sylvio Wanick Ribeiro, cumpriu a contento sua tarefa, considerando os meios técnicos de que se dispunha na ocasião, entre os quais sobressaía um "poderoso" computador 1130 da IBM. Quantas vezes percorri o pátio que separava o velho casarão cor-de-rosa onde trabalhava e o prédio "novo", carregado de caixas cheias de cartões perfurados, para rodar minhas regressões no computador, com medo de que tudo caísse no chão e eu fosse obrigado a recolocar cuidadosamente em ordem cada um dos cartões.

Creio que os técnicos da Fundação Ford duvidavam, naquela época, da capacidade do setor agrícola brasileiro de atender às necessidades de consumo alimentar de nossa população e, ao mesmo tempo, continuar gerando divisas cambiais para financiar a expansão dos demais setores da economia. É certo que as taxas de crescimento do pós-guerra cederam lugar, a partir de 1980, a um processo de semi-estagnação econômica em nosso país, impedindo que se colocasse à prova os temores dos especialistas. Mas é verdade, também, que a agropecuária brasileira demonstrou grande vigor e flexibilidade, ao mudar seu perfil de produção para atender às exigências do mercado, nacional ou internacional. Estão aí, como exemplo dos últimos 25 anos, a expansão da soja, da laranja, da carne bovina, a substituição parcial da gasolina pelo álcool de cana, o aproveitamento agrícola dos "cerrados", entre tantos outros exemplos de progressos registrados na atividade agropecuária.

Terminada essa primeira tarefa, lembro-me de que fui chamado a participar de um grupo de estudos, dirigido por Julian Chacel, diretor de pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), encarregado de analisar o comportamento das

margens de comercialização de produtos agrícolas no Brasil.

Estávamos no final de 1972 e o governo preocupava-se com a possibilidade de um ressurgimento do processo inflacionário, a partir da elevação dos preços dos produtos agrícolas. O mercado futuro de commodities agrícolas ainda era incipiente, a participação das redes de supermercados na venda de gêneros alimentícios bem menor do que hoje e as formas de distribuição dos produtos obsoleta. Técnicos do governo acreditavam que o processo ineficiente de intermediação seria o responsável pela elevação das margens de comercialização e pelo desencadear de um novo processo de alta dos preços. Como se vê, tudo muito atual, se trocarmos a palavra "ineficiente" por "oligopolizado". O Brasil é o único país do mundo em que as entressafras agrícolas se transformam em tragédia nacional.

Àquela altura, eu já havia me convencido de que a agropecuária era uma atividade importante para o processo de desenvolvimento econômico e de distribuição de renda em nosso país e fundamental, também, para assegurar o êxito do combate à inflação. Continuei dedicando-me ao estudo de economia agrícola e pude dar prosseguimento a essa especialização, durante dois anos, no Institute for Agricultural Economics, da Universidade de Oxford, graças a uma bolsa do British Council e ao apoio da Fundação Getulio Vargas.

Quando retornei, no final de 1978, o IBRE tinha um novo rebento: *Agroanalysis*, publicação especializada na análise da conjuntura e dos mercados do setor agrícola no Brasil e no exterior. Concebida por Julian Chacel, ele próprio estudioso das questões agrícolas brasileiras, a nova revista era dirigida por um jovem e talentoso economista, recém-chegado de um doutorado nos EUA, chamado Paulo Rabello de Castro. A publicação, embora recente, já conquistara o público especializado. Uma jovem equipe, saída dos bancos universitários, treinada *on the job*, editava a primeira revista do gênero no Brasil. Paulo Rabello, até então à frente do projeto, estava sendo deslocado para outra missão — a editoria de *Conjuntura Econômica* — e a direção do IBRE pediu-me que assumisse a tarefa de editar *Agroanalysis*.

Lembro-me da novidade que representou para muitos, no Brasil, a análise do ciclo da pecuária de corte... e da reação de alguns ao alerta de que o Brasil estava expandindo seu potencial de produção de cacau muito além da capacidade de absorção do mercado mundial.

Foram quatro anos dedicados a acompanhar o cotidiano da agricultura brasileira. Pois é isso que fazem os analistas de *Agroanalysis*. Acompanham todos os aspectos e cada uma das etapas do processo de produção dos produtos analisados. Os instrumentos de política agrícola — crédito, valores básicos de custeio para financiamento, preços mínimos — a demanda de sementes e de insumos para o plantio, a variação da área plantada, as condições climáticas, a situação da oferta e da demada nos mercados, entre tantos outros fatores, são examinados cuidadosamente para comporem um quadro de previsões que serve de orientação para os que atuam no mercado e de alerta, muitas vezes, para as autoridades econômicas. Lembro-me da novidade que representou para muitos, no Brasil, a análise do ciclo da pecuária de corte, esmiuçado por Paulo Rabello de Castro e sua equipe nas páginas de *Agroanalysis*. Ou da reação que suscitamos, em alguns setores, quando alertamos para o fato de que o Brasil estava expandindo seu potencial de produção de cacau, através do Pró-Cacau, muito além da capacidade de absorção do mercado mundial. Os fatos deram razão aos jovens técnicos de *Agroanalysis*.

Eu e Paulo Rabello sempre estimulamos, naqueles jovens recém-saídos da faculdade, a ousadia de afirmar. Checávamos cuidadosamente seus dados, suas análises, mas não os impedíamos de concluir que a safra ia ficar aquém do previsto pelo governo, que o preço de tal produto ia subir ou baixar, ou de afirmar que o crédito era insuficiente para a expansão desejada da área plantada ou que o valor básico de custeio de um determinado produto não cobria os custos da lavoura. Procurei repassar aos que comigo trabalharam, na ocasião, o exemplo de dois de meus superiores na FGV que examinavam, com minúcia, os textos de seus auxiliares: Julian Chacel e Sylvio Wanick Ribeiro. Chacel, com sua formação cartesiana, contribuiu para que eu reforçasse a minha preocupação com a exposição lógica e concatenada das idéias, e Sylvio Wanick estimulou ainda mais, em mim, o desejo de escrever de forma clara, enxuta e quem sabe atraente, apesar da aridez dos temas econômicos.

Mas, aos 50 anos da FGV, é impossível deixar de mencionar a figura exemplar de Simões Lopes. Alguém já disse que um homem chega à maturidade quanto a única vaidade que lhe resta é a de ser útil. Simões Lopes nasceu maduro para servir ao seu país e construiu uma instituição para atender à mesma finalidade.

Nestes 50 anos, que passaram lentamente pela FGV, o país sofreu profundas ameaças. Saber renovar a Instituição, para que ela possa continuar servindo a um país com novas exigências econômicas e sociais, é o grande desafio da atual geração de administradores e técnicos da Fundação Getulio Vargas.

ESPECIAL

50

A TRADIÇÃO DOS ESTUDOS AGRÍCOLAS NA FGV

SYLVIO WANICK RIBEIRO

É apenas para prestar ligeiro depoimento, testemunhal, evitando tanto quanto possível o sabor enfadonho dos relatórios, apesar de ser inevitável alinhar uma seqüência de fatos, pelo menos os mais destacados. Vou relembrar um pouco a trajetória, nestes últimos pouco mais de 30 anos, do Centro de Estudos Agrícolas (CEA), do IBRE, no momento em que se comemora, com justificado orgulho, o primeiro cinqüentenário de atividades da FGV.

O CEA é um pequeno núcleo, entre dezenas de outros da FGV. Nasceu para realizar, o que veio a ser o seu mais substancioso trabalho analítico: *Projeções da oferta e demanda de produtos agrícolas* (publicado em português e inglês, em mais de uma edição). Esse estudo contou também com a colaboração de economistas de outros centros do IBRE, em seções específicas, e de muitos profissionais não vinculados à FGV, distinguindo-se agrônomos e veterinários do Sistema de Extensão Rural. O projeto exigiu a realização de ampla e aprofundada pesquisa de campo, junto a estabelecimentos rurais (características econômicas das explorações) e famílias rurais (orçamentos familiares), em unidades da federação selecionadas. Requereu a coleta de dados confiáveis, a organização de inúmeras e longas séries estatísticas históricas, contínuas e censitárias, bem como freqüentes entrevistas pessoais e demorada leitura de textos de estudiosos brasileiros de renome. Foi trabalho árduo, extenuante, para uma equipe que estava começando.

A época do estudo podia ser considerada intempestiva, tendo em vista, sobretudo, que se vivia em atmosfera de grande efervescência política, até com grupos armados no meio rural, e a qual veio culminar com a chamada "revolução" de 1964. Foram dias muito difíceis. Além disso, os serviços de comunicações eram extremamente precários (às vezes demorava mais de 24 horas para completar-se uma ligação telefônica, geralmente ruim, com qualquer capital estadual), os serviços postais se mostravam muito deficientes e, destaco, o Rio de Janeiro estava sujeito diariamente a horas de interrupção total no fornecimento de energia elétrica. As grandes usinas hidrelétricas, cuja construção fora impulsionada pelo governo Kubitschek, ainda estavam a caminho, e a rede de distribuição instalada estava obsoleta. Muitos e grandes entraves foram vencidos pela equipe do CEA para cumprir o cronograma do trabalho.

O conteúdo das *Projeções* foi largamente aproveitado, durante anos, pelo própro IBRE, por órgãos governamentais e também, em dissertações acadêmicas, no Brasil e no exterior. Não mais se realizou, no país, até hoje, trabalho semelhante.

Cerca de oito anos depois, o CEA realizou pesquisa de campo assemelhada, mas com objetivo diferente, restrita às características das explorações rurais e nelas incluindo o estado do Paraná, não contemplado na anterior. Seus resultados, que foram publicados, igualmente ganharam ampla repercussão interna e externa.

Outro projeto de largo fôlego, que começou em 1966 e merece destaque não só pelo pioneirismo, mas também pela continuidade mantida até agora, refere-se ao levantamento sistemático de preços pagos e recebidos pelo produtor rural, vigentes nas porteiras dos estabelecimentos e que abrange a maioria absoluta dos municípios brasileiros. Essa coleta é mensal e a ela se agrega outra, semestral, alusiva a preços de arrendamentos, vendas de terras, salários e serviços. As informações obtidas, únicas na espécie compreendendo todo o Brasil, dão origem a milhares de índices (estaduais, regionais, nacionais, por produto, por atividades etc.), incluindo os de relações de troca, e constituem um referencial de política do setor. Cabe destacar a série de preços da terra, única existente no Brasil em nível nacional, utilizada inclusive pela Receita Federal para o balizamento do ITR. Desses levantamentos participam, ativamente, técnicos dos serviços estaduais de extensão rural, da Ceplac, do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais e outros. A implementação desse projeto centralizado no CEA possibilita certa uniformidade de critérios de crítica estatística, que, no caso, inclui a qualificação dos dados apurados, feita por especialistas em economia rural. Vários organismos públicos e privados valem-se desses resultados em seus trabalhos. Todos os índices são regularmente publicados em *Conjuntura Econô-*

mica, no *Anuário Estatístico do Brasil* (IBGE) e, atualmente, na revista *Agroanalysis*.

Há muito mais a destacar entre os trabalhos do CEA (basta ver a lista de suas publicações), que deu e dá sua colaboração para disseminar o prestígio do IBRE e da FGV. Os estudos ganharam notória aceitação junto a eminentes pessoas e instituições. Para não mais me alongar, elejo apenas dois itens adicionais no rol das atividades do CEA.

Primeiro, a constituição de um minisserviço de documentação e uma minibiblioteca, especializados em economia rural, e cuja utilidade se expandiu sobretudo a partir da transferência dos órgãos públicos para Brasília. Aí se armazenaram, selecionadamente, teses acadêmicas das principais escolas de economia agrícola, dados e informações estatísticas, textos avulsos, livros, revistas e folhetos nacionais e estrangeiros, sendo alguns inéditos e vários raros. Essa documentação facilita muito os trabalhos dos técnicos e tem até socorrido, eventualmente, algum estudioso não integrante da FGV.

Segundo, e por último, a *Agroanalysis*, que é uma revista plenamente vitoriosa, publicada durante cerca de 13 anos consecutivos e que deu, recentemente, curta parada. Reformulou-se e agora volta, esperando mais uma vez atender aos seus leitores. No período, inseriu matéria sempre de nível, cuja autoria se deve a sua equipe e a colaboradores eventuais, preponderando as de caráter conjuntural. Foge aos modelos acadêmicos e não é propriamente jornalística, mas respeita as boas regras da economia e se distingue por uma linguagem singela e tanto quanto possível escorreita. É a mais importante revista brasileira em seu gênero.

O CEA aí está, com seus trinta e tantos anos bem vividos, tendo realizado, com parcos recursos, e equipe pequena e orçamento minguado, obra que pode ser considerada meritória. Poderia realizar mais, porém o trabalho não se constitui só de acertos, e em um centro de pesquisas também se erra com alguma freqüência. Por esse motivo, inúmeros estudos deixaram de ser concluídos ou de lograr pleno êxito.

Houve e há bons motivos para a constituição e manutenção do CEA, valendo notar, invocando François Quesnay, que a agricultura é "atividade fundamental, sem a qual nenhuma outra poderia desenvolver-se", daí ser imperioso estudá-la conveniente e permanentemente.

Outro projeto, iniciado em 1966 e ainda em vigência, é o levantamento sistemático dos preços pagos e recebidos pelo produtor rural na porteira da fazenda. Esse levantamento abrange a maioria absoluta dos municípios brasileiros.

Recorde-se que, à época da criação do CEA: a população brasileira, que crescia à taxa de quase 3% anuais, era de mais ou menos 70 milhões de habitantes (hoje são cerca de 150 milhões), sendo que uns 30 milhões (agora, 111 milhões) viviam no meio urbano e 39 milhões (no presente, 36 milhões), ou seja, quase 60%, no meio rural; em 1960, 18% do PIB provinham diretamente do setor agrícola; o número de estabelecimentos agrícolas (3,3 milhões) significava pouco mais da metade do que é hoje (6 milhões), e sua área, que era de 249 milhões de hectares, alcançou 374 milhões de hectares; o número de tratores passou de 61 mil para cerca de 670 mil, na atualidade; e o setor crescia a aproximadamente 4% anuais, oferecendo a cada ano maior disponibilidade *per capita* de produtos.

Note-se, ainda, que o país deu saltos nas décadas de 60 e 70, bastando citar como fatos capazes de influenciar sobremodo a economia agrícola: a incorporação de extensas áreas ao processo produtivo; os progressos alcançados pela agronomia; a implantação da indústria de fertilizantes e correlatos; a acentuação do subemprego rural e a crescente dificuldade de absorção da mão-de-obra no setor industrial e de serviços; a ocorrência de profundas modificações na comercialização de produtos agrícolas; a execução de novo plano viário e o aumento da frota de veículos; o alargamento do Sistema de Crédito Rural, do Serviço de Extensão Rural e da Política de Preços Mínimos; a vigorosa expansão da demanda interna de produtos agrícolas e da produção de algumas lavouras, como trigo e soja.

Encerrando. De certa feita, estava eu só e absorto, redigindo um texto, em hora morta, noturna, pós-expediente, no prédio da FGV à rua da Candelária, onde recentemente se reinstalara o CEA, quando entrou na minha sala, para minha surpresa, o presidente da FGV, dr. Luiz Simões Lopes. Conversamos longa e descontraidamente, ele que muito gostava de assuntos agrícolas, por ser agrônomo e fazendeiro. Disse-me o dr. Simões, lá pelas tantas, que precisamente ali onde estávamos, começara, em 1944, a FGV; então o criador discorreu demoradamente, mas sem pieguice, em especial sobre os precedentes e os primeiros tempos da sua criatura, que agora completa 50 anos. Ainda não é velhice, mas me faz lembrar Cora Coralina, ao falar de sua "Casa Velha da Ponte": "olho e vejo sua ancianidade vigorosa e sã"...

Inscreva-se no programa de seminários de política agroindustrial da Fundação Getulio Vargas

Centro de Estudos Agrícolas — Programa de seminários de política agrícola e agroindustrial — 1994

O Centro de Estudos Agrícolas, do Instituto Brasileiro de Economia, da FGV, desenvolve um programa de capacitação de quadros técnicos, tanto do setor público quanto do setor privado. Em 1994 este programa realizou seminários internacionais e cursos intensivos (que serão repetidos e ampliados em 1995).

1. São Paulo (29/6/94)
Agricultura e Meio Ambiente
DR. MALCOLM BALE
Banco Mundial

2. São Paulo (29/6/94)
Programa do Álcool e a Política Sucroalcooleira
DR. BRENT BORRELL
Centre for International Economics (Camberra, Austrália)

3. Rio de Janeiro (12/9/94)
O Mercado de Commodities Após o Acordo do GATT
DR. ROBERT LEE THOMPSON,
Presidente International Association of Agricultural Economics e Winrock International

4. Brasília (28/7/94)
Painel na Reunião Anual da SOBER
Reformas na Política Agrícola no Brasil
DR. ALBERTO VALDÉS
Banco Mundial
DR. ROBERT LEE THOMPSON,
Presidente International Association of Agricultural Economics e Winrock International

5. Fortaleza (1/8/94)
Descentralização Fiscal, Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza
DR. HANS BINSWANGER
Banco Mundial
DR. CARLOS EMMANUEL
Banco Mundial
DR. MALCOLM BALE
Banco Mundial

6. São Paulo (22/9/94)
As Novas Formas de Financiar a Agricultura
DR. MAÍLSON FERREIRA DA NÓBREGA
Diretor MCM Consultores

7. Brasília (7 a 11/11/94)
Curso Intensivo de Treinamento em Práticas Comerciais
DR. JOÃO MAGALHÃES
Secretariado do GATT (Genebra)
DR. JUAN MESA
Conselheiro, GATT (Genebra)
(Equipe de professores da FGV)

8. Rio de Janeiro (21/11/94)
Integração Comercial no Continente Americano
DR. SHERMAN ROBINSON
Diretor International Food Policy Research Institute

9. Rio de Janeiro (28/11/94)
Economics of Environment
DR. ROEFIE HUETING
Netherlands Central Bureau of Statistics

Apoio: Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária. Banco Mundial. Departamento Nacional de Cooperativismo. Associação das Indústrias de Açúcar e de Álcool do Estado de São Paulo. Banco do Nordeste do Brasil S.A. Sociedade Rural Brasileira. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.

Os assuntos discutidos nos seminários foram resumidos em artigos publicados na *Conjuntura Econômica* e em *Agroanalysis*.

Procure se inscrever no Programa de seminários de política agrícola e agroindustrial de 1995, e você receberá notificações e convites para sua participação em todos os eventos a serem realizados no próximo ano.

Informações:
Telefone: (021) 551-7995 e
Fax: (021) 551-3549

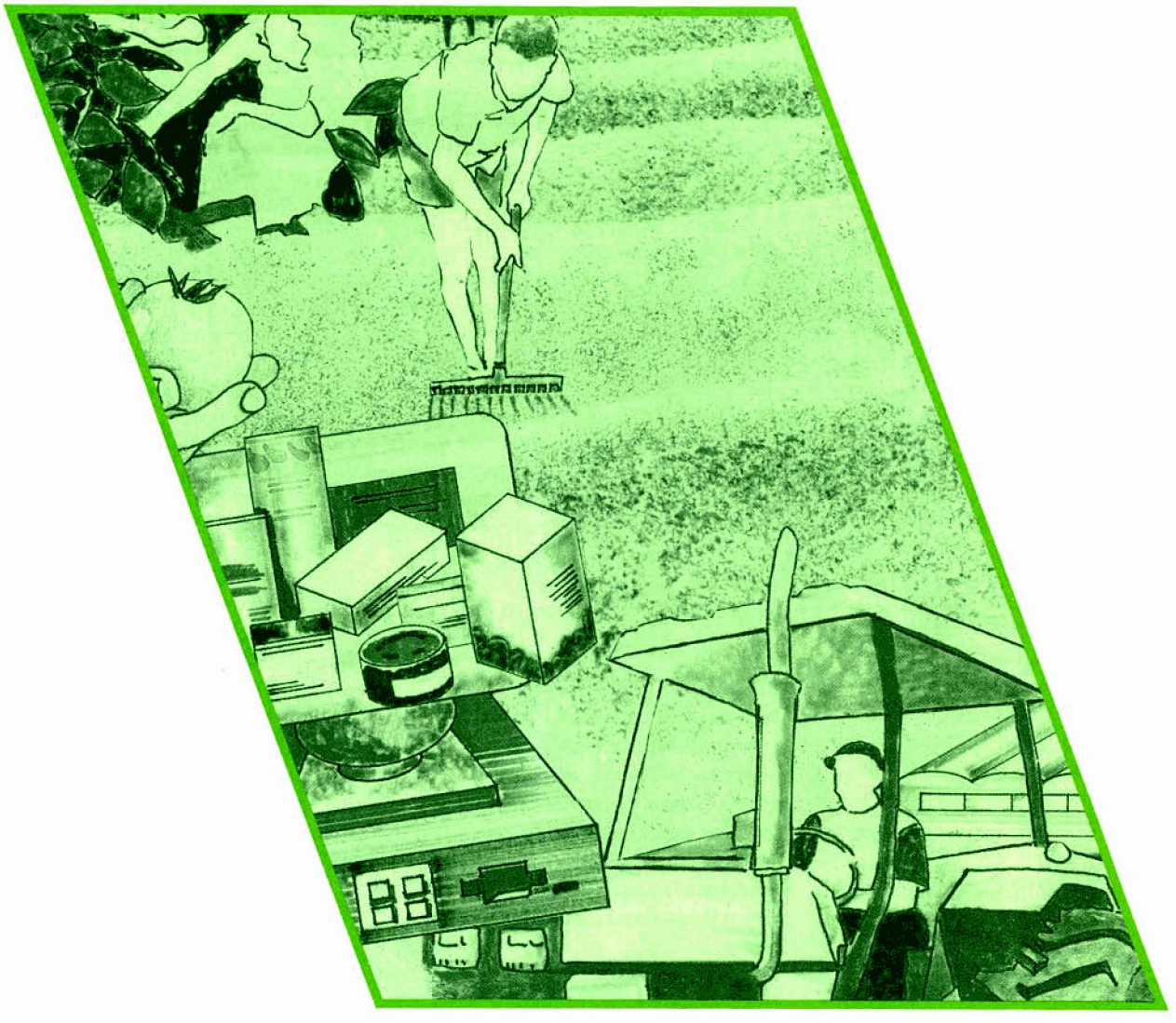
Nome .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

Telefone ..... Fax .....

Remeta a ficha de inscrição para: Centro de Estudos Agrícolas — Fundação Getulio Vargas — Praia de Botafogo, 190 – 8º andar — 22250-040 — Rio de Janeiro — RJ



100 maiores do agribusiness

Agricultura na era do agribusiness

Os anos 80 foram um divisor de águas na agricultura brasileira, embora isso tenha passado despercebido em grande parte do país. O desequilíbrio macroeconômico sepultou o modelo de política agrícola sustentado em crédito barato e farto, que teve seu auge na década de 70. Do mesmo modo, os exauridos recursos governamentais não conseguiram sustentar os instrumentos de comercialização — as operações EGF e AGF e os preços mínimos.

Apesar desse quadro aparentemente soturno, a agricultura teve um desempenho surpreendente: foi o setor que mais cresceu na economia nacional durante os anos 80. Esse crescimento — aliás, em importantes atividades, como por exemplo em cereais e oleaginosas — deu-se em cima de ganhos de produtividade, tendo em vista que a área trabalhada até recuou nesse período, enquanto a produção cresceu. Paralelamente, grandes complexos agroindustriais se consolidaram nos ramos sucrocitrícola, sucroalcooleiro e na avicultura de corte e postura, entre outros.

Enfim, a agricultura ultrapassou os limites da porteira e estabeleceu profundas relações tecnológicas, produtivas, financeiras e de negócios com as demais atividades da economia, ligadas a indústria, comércio e serviços. E o grande vetor desse processo foi a revolução tecnológica das fazendas — responsável pela virtual transformação da agricultura em uma parte do sistema de alimentos, fibras e biomassas.

Tudo isso assinalou o fim de uma visão em que a fazenda típica era considerada um elemento distinto da economia, local não só de plantio e de criação, mas também onde se cuidava dos animais de tração, da produção dos instrumentos de transporte (carroças e carros de boi), das ferramentas e outros itens necessários. Praticamente todas as operações relacionadas com o cultivo, o processamento, o armazenamento e a comercialização eram desenvolvidas na fazenda. Daí parecer apropriado incluir todas essas atividades no termo "agricultura".

Porém, mais do que qualquer argumento teórico sobre os limites da abordagem setorial, cabe neste cenário pós-80 atentar para duas importantes modificações. Da porteira para dentro, onde se assiste à tendência de especialização do produtor na sua atividade-fim, principalmente aquela em que predomina a chamada "agricultura de mercado", na qual vários trabalhos antes realizados pela agricultura passam a ser executados por outros agentes externos. Da porteira da fazenda para fora, com a estruturação de um moderno parque industrial, que fornece bens de capital e insumos modernos que abastecem o campo, como máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, fertilizantes, sementes melhoradas, defensivos, vacinas, medicamentos, rações etc.

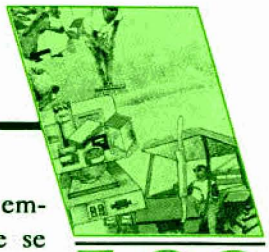
No ambiente de agribusiness, a sobrevivência do produtor rural, independente do seu porte ou tipo de exploração, dependerá do conhecimento das cadeias de alimentos, fibras e biomassas...

À percepção dessas duas modificações soma-se, evidentemente, o fato de o processo da produção agropecuária contar crescentemente com o apoio de organismos até então inexistentes ou pouco atuantes, como órgãos públicos e privados de ensino, pesquisa e experimentação, carteiras de crédito rural dos bancos, firmas de assessoria e planejamento, empresas supridoras de bens de produção e insumos, empresas de transformação e processamento, redes comerciais de atacado e varejo e outras.

Como se vê, o número de segmentos que orbita em torno da produção agropecuária é tão diversificado e estratificado que não cabe enquadrá-la como setor primário, segundo o enfoque simplista de uma economia de três setores isolados: primário (agricultura), secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços).

Foi estudando as transformações e a restruturação da agricultura dos EUA que os professores Ray Goldberg e John H. Davis, da Universidade de Harvard, cunharam em 1957 o termo *agribusiness*. Resultado do esforço para definir os novos sistemas de produção que chegavam ao campo, o neologismo incorpora em seu conceito os agentes que imprimem dinâmica a cada elo da cadeia que parte do mercado de insumos e fatores de produção (antes da porteira), passa pela unidade produtiva agrícola (dentro da porteira) e vai até o processamento, a transformação e a distribuição (depois da porteira).

Pela definição de Goldberg e Davis, o agribusiness é "a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos por elas". Dessa forma, o agribusiness engloba os fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e no fluxo dos produtos agrícolas até o consumidor final. Participam também desse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como governo, mercados, entidades comerciais, financeiras e de serviços.



100 MAIORES

Mesmo depois de quase 40 anos de sua criação, o conceito de agribusiness tem servido como uma alternativa muito apropriada para analisar a agricultura atual do Brasil. Neste sentido, é curioso notar o seu crescente uso no país nestes anos 90, a exemplo do que ocorre há muito tempo nas economias mais desenvolvidas. Na verdade é uma corrida contra o tempo.

Uma vez entendido que a agricultura brasileira possui *status* de agribusiness, é indispensável ter em mente que ela precisa ser vista através do exercício da criatividade e do bom senso, sempre tendo como finalidade encontrar um modelo funcional de gerência. Não se pode limitar o horizonte somente nas atividades de dentro da porteira. É nesse exercício que os tomadores de decisão da iniciativa privada e do governo poderão encontrar respostas, saídas e maneiras flexíveis de aumentar a eficiência da propriedade rural, das agroindústrias, dos canais de comercialização e do abastecimento.

No ambiente do agribusiness, a sobrevivência do produtor rural, independentemente do seu porte ou tipo de exploração, dependerá da difusão de informações sobre administração, mercado e tecnologia, da cogestão de empreendimentos — condomínios rurais e sistemas de integração —, do conhecimento das cadeias de alimentos, fibras e biomassas, da criação de sistemas de comunicação com a comunidade urbana, do estímulo à criatividade e à inovação, à descentralização e à parceria.

Diante de tais circunstâncias, as lideranças rurais devem estrategicamente buscar a liderança em torno do agribusiness de cada atividade da agropecuária. Neste sentido, um caminho a ser seguido diz respeito ao papel do Estado como coordenador de processos. Isto significa, em outras palavras, o esforço governamental para estimular acordos e obter compromissos entre os segmentos de antes, dentro e depois da porteira, no enfoque de cliente e fornecedor, em nome dos princípios da produtividade e da qualidade. As fontes e usos dos recursos oficiais para o agribusiness devem ser transparentes, cabendo pensar o Estado e a agricultura como unidades empresariais que se diferenciam das empresas apenas no resultado final: uma visa o bem-estar e a segurança alimentar dos cidadãos, a outra privilegia o lucro.

É necessário reconhecer que muitos passos têm sido dados para traçar os rumos da agricultura frente aos novos desafios de mercado. Contudo, é preciso acelerá-los para continuar dando respostas às principais questões sobre o negócio agropecuário, que vieram para ficar no horizonte temporal deste fim de século. E aí incluem-se temas ligados a produtividade, qualidade, competitividade, necessidade de integração com a agroindústria, gestão da propriedade, desenvolvimento auto-sustentado e outros mais.

LUIZ ANTONIO PINAZZA
Gerente de planejamento e estudos econômicos da Agroceres.

Evolução da agroindústria — 1981-93

A agroindústria registrou, em termos globais, uma expansão do patamar produtivo da ordem de 13,7% no período 1981-93. Os setores vinculados à pecuária registram taxa de crescimento de 11,4%. Os segmentos agroindustriais associados à agricultura acompanharam de perto o crescimento global com variação positiva de 14,4% (tabela 1).

A excelente *performance* da avicultura (90,9%), seguida do desempenho dos ramos de insumos pecuários (31,4%), determina os resultados obtidos pela pecuária, apesar do recuo na produção de bovinos (33,8%) no período.

O desempenho na produção de aves e derivados teve determinantes diferentes ao longo desses 13 anos. A partir de 1984, o crescimento significativo das exportações de aves e derivados estimulou a produção nacional, consolidando a posição do Brasil no mercado mundial do produto. Já na década de 90, com o ritmo estabilizado das exportações, a produção manteve-se crescente, também em função da maior procura interna devido aos altos preços da carne bovina frente ao poder de compra dos salários.

Observando o gráfico 1, verifica-se que o nível de produção da agroindústria ligada à pecuária ultrapassa o nível global da produção agroindustrial em meados de 1991. Mas, no momento, as exportações de derivados já não estão tão concentradas no setor agrícola. A tabela 2, que mostra os valores exportados pelo setor por categoria de produto, assinala uma recuperação nas vendas externas de bovinos em 1991 e 1992, e um excelente resultado nas exportações de suínos, motivando dessa forma uma melhoria na produção desses setores. No caso dos bovinos, as discussões em torno do acordo do Mercosul combinadas com a defasagem cam-

Para fins específicos desta análise, utilizamos o termo agroindústria para denominar os setores industriais vinculados à produção agropecuária.

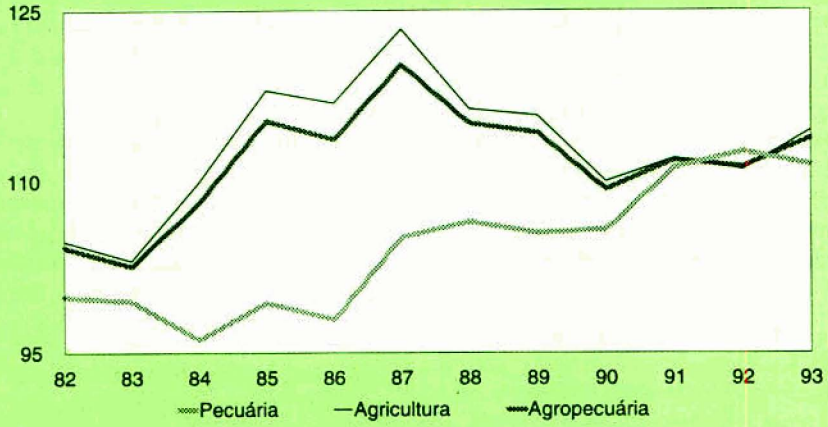
bial do peso argentino explicam esse comportamento.

A evolução da produção industrial derivada da agricultura registrou expansão de 19,8% do nível da atividade na série analisada (1981-93). De acordo com o gráfico 2, observa-se que a partir de 1984 a produção agroindustrial registra uma tendência ascendente, embora com ligeiros declínios em anos alternados.

A produção de cana-de-açúcar esteve 61,2% acima da obtida no início da década de 80, enquanto a produção de seus derivados cresceu 42,9% no mesmo período (tabela 3). Em se tratando de produto perecível, não sujeito a estoques e com produtividade crescente no período, grande parte desse diferencial pode ser explicada pela mudança nos pesos dos produtos derivados no índice global ao longo desses anos. O advento do Proálcool, no início da década de 80, provocou mudanças estruturais significativas no índice, não captadas instantaneamente, sendo a produção de açúcar, praticamente estagnada naquele momento, a de maior impacto sobre o índice obtido. Além disso, os processos produtivos do açúcar e do álcool sofreram mudanças importantes, deixando de ser complementares (álcool residual) para serem substitutos (álcool direto). De qualquer forma, as variações positivas no componente agrícola e industrial da agroindústria canavieira garantem ao setor um lugar de destaque no cenário nacional, principalmente pelas melhorias tecnológicas, tanto no nível de plantio (novas variedades mais produtivas), quanto no nível da indústria de açúcar e álcool, que vem registrando em algumas regiões acréscimos consideráveis na rentabilidade industrial.

Brasil: evolução da produção por setores

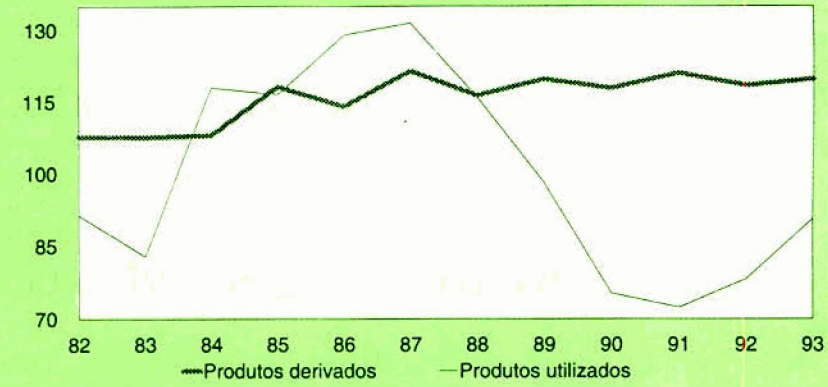
Produtos industriais derivados e utilizados pela agricultura, pecuária e agropecuária — Base (média 1981=100)



Fonte: IBGE / DPE / Departamento de Indústria.

Brasil: evolução da produção industrial por setores

Produtos industriais derivados ou utilizados pela agricultura
Base (média 1981=100)

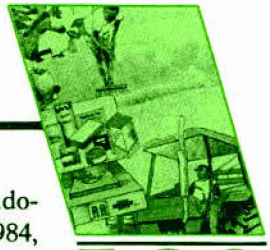


Fonte: IBGE / DPE / Departamento de Indústria.

O patamar de produção na lavoura de soja elevou-se 51,3% no período 1981-93, embora a produção de derivados registrasse queda de 23,2% no mesmo período (tabela 3). Esta diferença é explicada pela importância da exportação *in natura*, que não passa pela indústria.

A *performance* da agroindústria de soja sofre a influência direta da cotação dos produtos derivados no mercado internacional. Diferente do *boom* ocorrido nos anos 70, a situação na década seguinte aponta queda significativa nos preços externos, em grande parte devido à implantação de medidas protecionistas por parte dos EUA, afetando diretamente a produção do "complexo soja", principalmente a de farelo, que recuou 18,5% ao longo dos anos 80. O consumo interno de óleo refinado, auxiliado pelos tabelamentos governamentais, cresceu no período, sendo este o único produto com variação ligeiramente positiva (0,6%).

No início dos anos 90 não houve alterações significativas no contexto do setor, exceto para o ano de 1993, quando houve melhoria significativa nos preços internacionais de soja e derivados, principalmente em função de problemas climáticos nos EUA, resultando em uma receita de exportação para o complexo soja su-



perior em 15% à de 1992. No entanto, o que caracterizou o período 1981-93 foi a prioridade nas exportações de soja em grão e maiores estoques de passagem, o que explica o contraste entre as taxas de produção agrícola (51,3%) e de derivados agroindustriais (-23,2%).

No que se refere ao trigo, observa-se que desde meados dos anos 70 o governo vem buscando tornar o país auto-suficiente no cereal. Neste sentido, atuou como intermediário na relação entre o produtor de trigo e os moinhos, fomentou pesquisas agropecuárias e fixou preços remuneradores ao produtor, permitindo assim a adoção de práticas agrícolas mais modernas. Os anos de 1985, 1986 e 1987 foram marcados por produções agrícolas acima das expectativas, situação que se inverte radicalmente a partir de 1989, com quedas significativas na produção.

Adicionalmente, nesse mesmo período as importações cresceram 394,6%, mostrando que os últimos cinco anos foram importantes no resultado da série considerada, cuja produção agroindustrial (11,4%) só foi possível mediante processamento do trigo importado (tabela 4).

As exportações de suco de laranja ganharam importância na década de 80, sobressaindo-se o ano de 1984, quando atingem 5% de participação no total nacional das vendas externas de produtos agroindustriais. A forte articulação do produto com o mercado internacional determinou maior integração entre produtos agrícolas e industriais, protegendo a receita do setor e conseqüentemente impulsionando os investimentos e a modernização.

No período 1981-83, houve um acréscimo de 57,8% na produção

Tabela 1 — Evolução da agroindústria 1981-93 — Brasil e regiões
Base: 1981 = 100

Grupos selecionados	Brasil	NE	PE	BA	MG	RJ	SP	Sul	PR	SC	RS
Produtos industriais											
Derivados da agricultura (*)	119,8	78,7	75,1	122,8	134,9	74,3	128,7	124,4	116,9	124,6	146,1
cana-de-açúcar	142,9	73,3	69,1	236,1	124,0	79,1	177,3	100,3	124,9	74,4	–
soja	76,8	66,3	132,0	–	365,3	–	73,7	62,2	73,7	88,2	55,0
trigo	111,4	110,0	104,1	102,3	109,7	95,2	106,8	122,2	143,6	246,2	123,6
café	157,1	–	–	–	–	–	151,3	183,9	183,9	–	–
cacau	148,2	129,9	–	129,3	–	–	–	–	–	–	–
laranja	165,3	–	–	–	–	–	164,3	–	–	–	224,5
fumo	145,4	74,8	107,3	–	175,1	59,2	51,2	221,2	233,5	188,9	270,4
uva	209,7	100,5	–	–	–	–	76,0	282,3	–	12,4	295,1
algodão	101,5	65,2	64,7	–	106,8	89,0	84,3	125,8	106,7	105,8	–
milho	116,8	103,2	93,3	–	70,2	35,1	88,2	159,6	145,7	184,9	136,2
Utilizados pela agricultura	90,7	71,8	31,6	102,5	245,1	–	69,0	70,4	107,6	7,3	73,8
máquinas e equipamentos	70,2	–	–	–	–	–	48,1	81,5	52,9	23,0	114,0
adubos e fertilizantes	98,7	71,8	31,6	102,5	245,1	–	80,2	67,7	108,1	0,1	59,5
Total da agricultura (*)	114,4	78,2	72,3	119,3	137,1	74,3	115,1	112,2	115,3	121,1	121,9
Derivados da pecuária (*)	104,5	93,3	15,3	140,0	80,0	65,7	107,2	138,2	133,7	204,2	118,6
bovinos	66,2	97,4	0,3	–	34,7	73,0	76,6	65,2	114,6	77,8	71,7
suínos	107,5	–	–	–	75,3	24,0	49,8	119,8	86,0	151,8	106,7
aves	190,9	–	–	–	130,1	125,7	161,3	214,0	228,2	225,2	193,7
leite	103,2	91,5	45,5	140,0	97,3	41,5	113,4	142,2	188,6	146,8	126,5
Utilizados pela pecuária	131,4	82,7	87,8	–	70,2	38,2	126,1	153,3	126,4	184,9	140,3
Total da pecuária (*)	111,4	87,8	67,2	140,0	78,9	59,3	113,2	141,5	131,7	198,8	122,1
Total da agropecuária (*)	113,7	78,7	71,0	121,1	115,8	72,6	115,9	117,6	118,1	143,8	121,1

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Indústria.
(*) Os totais incluem outros produtos industriais vinculados à agropecuária.

agrícola e expansão de 48,2% no nível de atividade da agroindústria de suco de laranja (tabela 3). Essa *performance*, entretanto, é fortemente atrelada ao comportamento externo, que por sua vez é determinado pelo desempenho da safra norte-americana, o que implica resultados nem sempre positivos em cada um dos anos considerados.

Nos últimos quatro anos destaca-se o de 1991, com o maior recuo anual no processamento industrial (28,6%), devido à queda dos preços externos. Já no ano seguinte a produção recuperou-se (3,2%), dada a variação de 10,3% no preço médio, inclusive impactando positivamente o plantio e o processamento (16,9%) em 1993.

Entre 1981 e 1993 o aumento no patamar de produção da lavoura de milho ficou em 41,9%, enquanto a produção agroindustrial de rações cresceu 16,5% (tabela 3). A adoção de práticas modernas de cultivo, característica das lavouras integradas com a produção de aves e suínos, convive com a agricultura rudimentar de subsistência também presente nesta cultura. Assim, embora a maior parte do milho produzido seja processada pela indústria de rações, aproximadamente 40% de sua produção ficam retidos no estabelecimento agropecuário para consumo *in natura*. Este percentual médio pode ser ainda maior em anos de supersafra, quando o preço baixo do cereal permite o consumo *in natura* pelos produtores de aves e suínos em substituição à compra da ração.

O nível de produção de itens industriais utilizados pela agricultura registrou recuo de 9,3% em relação a 1981. Note-se que dos 12 anos considerados na série, os de 1984, 1986, 1987 e 1993, apresentam crescimento. A recuperação e expansão do mercado externo de produtos agrícolas em 1984 responde pelos resultados naquele ano, sendo que em 1986 e 1987 os efeitos do Plano Cruzado sobre a renda do produtor rural possibilitaram maiores investimentos. Finalmente, em 1993 a excelente safra de soja (18,4%), combinada com preços relativos favoráveis de adubos e fertilizantes ao longo do ano, estimulou os investimentos em máquinas e equipamentos agrícolas e a demanda por insumos industriais (gráfico 2).

Tabela 2 — Evolução das exportações (US$) dos derivados da pecuária — 1990-93
Base: 1989 = 100

Produtos	1990	1991	1992	1993	1990–93
Carne de frango	124	120	114	129	219
Carne bovina congelada	73	178	159	96	198
Carne bovina industrial	56	212	160	93	177
Carne de suíno	114	128	255	114	424

Fonte: Decex.

Tabela 3 — Evolução da produção agrícola e de derivados industriais
Produtos selecionados — 1981-93
Base: 1981 = 100

Setores	Produção agrícola	Produção agroindustrial
Cana-de-açúcar	161,2	142,9
Soja	151,3	76,8
Trigo	99,6	111,4
Laranja	157,8	165,3
Milho	141,9	116,5

Fonte: IBGE/DPE/Deagro/Deind.

Tabela 4 — Evolução da produção e importação de trigo — 1989-93
Base: 1988 = 100

Anos	Trigo	
	Produção	Importação
1989	96,8	163,2
1990	55,7	65,0
1991	94,3	121,2
1992	95,8	183,2
1993	78,7	210,0
1989-93	38,3	494,6

Fonte: IBGE/DPE/Deagro, Decex.

A expansão da agroindústria brasileira em 13,7% nos últimos 12 anos demonstra regionalmente que a maioria dos estados teve desempenho positivo, sendo que somente dois — Pernambuco (29,0%) e Rio de Janeiro (27,4%) — registram queda no nível de produção nesse período.

A agroindústria catarinense, com crescimento de 43,8%, foi a que apresentou melhor *performance*, seguida por Rio Grande do Sul (21,1%) e Paraná (18,1%), contribuindo dessa forma para que nos últimos dois anos o Sul do país (17,6%) tenha ficado à frente de importante pólo industrial como São Paulo (15,6%). Neste estado, o setor canavieiro (77,3%) e a produção de suco de laranja (64,3%) apresentaram as maiores variações positivas.

O crescimento no patamar da produção de derivados da cana-de-açúcar na Bahia (136,1%) foi a maior contribuição para o desempenho agroindustrial daquele estado, embora a indústria cacaueira, importante na região, revele também taxa positiva de 29,3%. Por outro lado, Pernambuco, tradicional produtor de cana e derivados, teve nesse setor o maior impacto negativo, com recuo em 30,9% no nível de produção na comparação 1981-93.

O confronto entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e Nordeste, que têm em comum o grande peso do setor canavieiro, demonstra que a agroindústria mineira esteve a partir de 1986 num nível de produção superior ao verificado para as outras duas regiões, apesar da maior tradição do setor sucroalcooleiro fluminense e nordestino.

ROSANGELA CARNEVALE
Economista do Departamento de Indústria do IBGE.

PAULO GONZAGA M. DE CARVALHO
Economista do Departamento de Indústria do IBGE e professor da Unesa.



100 MAIORES

Reestruturação competitiva do agribusiness

Sistema orientado para o consumidor

A agricultura faz parte do agribusiness, um sistema destinado a atender às necessidades dos consumidores finais em termos de alimentos, fibras e energia renovável. Por isso as tendências do agribusiness devem ser identificadas a partir da compreensão das mudanças em curso na demanda final dos consumidores e de seus impactos sobre o setor de distribuição, a indústria de processamento, a agropecuária propriamente dita e a indústria de insumos e bens de produção rural. Por outro lado, a expansão do comércio mundial, a integração entre países e blocos, a abertura dos mercados e as facilidades de logística e de comunicação transformam a disputa entre concorrentes num desafio de competitividade entre sistemas, envolvendo países e empresas. Dentro desse contexto, as notas que se seguem têm o objetivo de estabelecer um roteiro para análises aprofundadas do movimento de reestruturação ora em curso na agricultura brasileira.

As atividades do agribusiness, no Brasil e no exterior, estão sendo influenciadas pelo menor ritmo de expansão da demanda de alimentos comparativamente ao crescimento do produto interno nas nações desenvolvidas. Necessidades básicas plenamente atendidas e envelhecimento da população são importantes fatores explicativos desse fenômeno. Paralelamente, o mundo acumula estoques apreciáveis ao mesmo tempo em que as nações pobres enfrentam deterioração nos indicadores de consumo alimentar. Assim, a questão alimentar não representa mais uma questão de produção, e sim um problema de distribuição entre regiões, países e pessoas.

Com a menor taxa de crescimento da demanda, a concorrência entre as empresas tornou-se extremamente acirrada, desencadeando um processo de concentração mundial dos negócios, com um menor número de empresas absorvendo parcelas maiores dos mercados ao longo de toda a cadeia de valor adicionado do agribusiness. A competição internacional e as mudanças da demanda final tornam a excelência no processo de implementação de estratégias a pedra de toque para a competitividade. A construção de diferenciais de competitividade envolve uma tripla e simultânea orientação das empresas para o "mercado, a tecnologia e os processos".

...em adição ao quadro geral de competição acirrada, a questão cambial é mais um elemento de pressão por competitividade e reestruturação em todo o agribusiness brasileiro.

Consumidores e clientes — único centro de lucro de uma empresa — estão ficando cada vez mais exigentes e cientes de seus papéis nos mercados. A concorrência maior entre os ofertantes e a exigência crescente dos demandantes estão desencadeando uma forte pressão por melhoria de qualidade e produtividade no agribusiness, nas suas atividades urbanas e no campo. Diferenciação e inovação de produtos; nichos de mercados; novos produtos; novos modos de consumo e de produção (através de contratos especiais, por exemplo); revolução das embalagens e mudanças no sistema de distribuição atacadista e varejista, tudo isso amplia a complexidade do gerenciamento ao longo da cadeia de valor adicionado de alimentos e fibras.

As evidências mostram que a valorização da moeda nacional a partir da implantação do Plano Real é uma mudança estrutural, de efeito imediato e permanente sobre o setor produtivo brasileiro. Para compensar essa "perda de renda", as empresas e as cadeias mais expostas à competição internacional terão de alavancar, em curto espaço de tempo, ganhos de produtividade na faixa dos 20%. Assim, em adição ao quadro geral de competição acirrada, a questão cambial é mais um elemento de pressão por competitividade e reestruturação em todo o agribusiness brasileiro.

Desempenho da indústria da alimentação e da agropecuária

O crescimento do valor da produção da indústria da alimentação guarda estreita relação com a variação do produto interno bruto, tendo ambos experimentado um aumento de 5% em 1993. Em que pese à recessão predominante no Brasil desde o início da década de 90, a indústria da alimentação registra uma contínua agregação de valor sobre as matérias-primas agropecuárias, tal como medida pela relação entre o valor e a quantidade produzida. Da mesma forma, a indústria mostra um processo dinâmico de lançamento de novos produtos para o mercado de consumo final. No ano recessivo de 1992 foram lançados 425 itens, boa parte

dos quais atendendo ao fenômeno do *downgrading*, substituição de um bem de marca conhecida por outro similar mais barato. Em 1993, o lançamento de novos produtos acompanhou a retomada do crescimento econômico, com 638 itens sendo colocados à disposição dos consumidores.

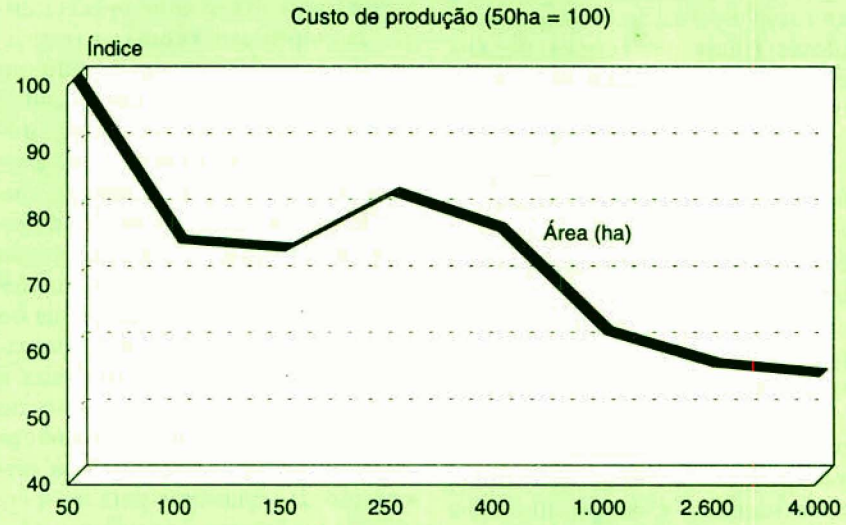
Os indicadores da indústria da alimentação apontam também a construção de uma nova hierarquia no consumo de carnes, decorrente das mudanças que os fatores tecnológicos e gerenciais estão provocando nos preços relativos ao nível do varejo. Entre 1970 e 1973, o preço relativo frango/boi gordo, ao nível do produtor, caiu o equivalente a 46,3%, favorecendo a expansão anual de 10,8% no consumo interno de carne de frango, bem superior ao aumento de 4,5% do produto interno bruto. A maior participação de mercado da carne de frango e o potencial de expansão da suinocultura desencadeiam um aumento da demanda quantitativa e qualitativa de grãos forrageiros por parte da indústria de rações.

A instabilidade crônica da economia brasileira e o protecionismo externo exerceram influência negativa no desempenho da agricultura, notadamente desde a segunda metade dos anos 80. A dimensão da crise pode ser ilustrada pela queda de 5,6% ao ano do valor real da produção dos cinco principais grãos registrada no período 1980-93. As conseqüências desse fenômeno foram a redução do investimento, a diminuição da área plantada e a ênfase no uso de capital próprio, decorrentes da pouca disposição do agricultor de trabalhar com recursos de terceiros. Como contrapartida positiva, o agricultor passou a ter um gerenciamento mais apurado da atividade, o que permitiu a elevação da produtividade da terra, da mão-de-obra e dos insumos. Por conseguinte, a construção de um novo patamar de produção de grãos (70-75 milhões de toneladas) baseou-se numa taxa de crescimento da produtividade de 2,6% ao ano no período 1980-93.

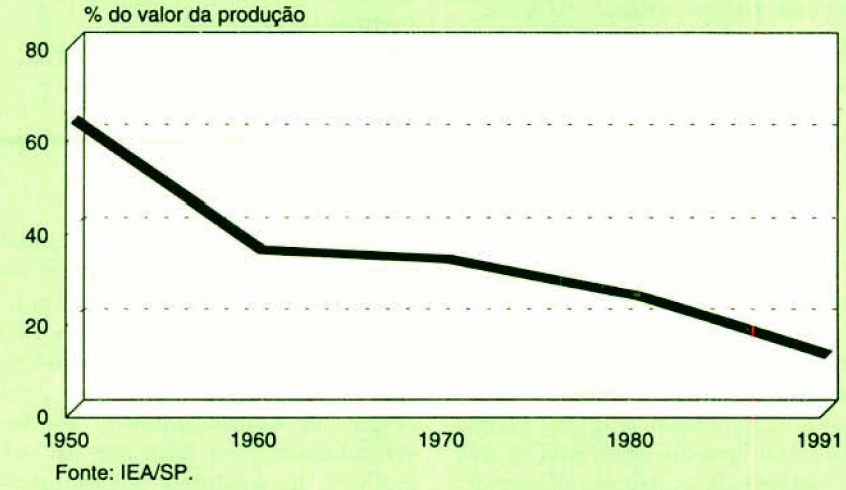
Diante de um setor produtivo em permanente exposição a um ambiente econômico negativo, a importação vem sendo um expediente permanente para a regularização do suprimento interno de grãos. Em 12 anos — de 1982 a 1993 — o Brasil importou 59 milhões de toneladas de grãos. Cerca de 2/3 desse total referem-se ao trigo, lavoura em que o Brasil não é competitivo no cenário internacional. O atendimento da demanda por milho para a indústria de rações e de alimentos só foi possível graças à aquisição de 67,3 milhões de toneladas de fornecedores do exterior, no período em tela.

A constatação superveniente é que a produção interna tem sido insuficiente para atender ao mercado interno e à demanda de exportação, visto que os produtos do agribusiness continuam sendo a maior fonte de divisas cambiais do país.

Economia de escala da soja no cerrado



Segmentação da agricultura paulista



Fonte: IEA/SP.



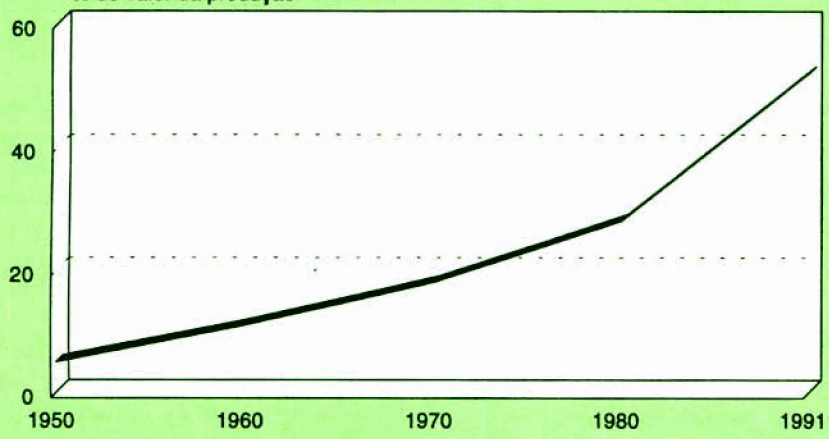
100 MAIORES

Transformação da agricultura tradicional

A demanda e os preços favoráveis no mercado internacional e o crédito interno barato e abundante permitiram uma acelerada ocupação da fronteira agrícola nos anos 70, década em que a área plantada com grãos cresceu de 27 milhões para 38 milhões de hectares. De 1980 para cá, ocorreu um longo processo de ajustamento do setor rural à nova realidade dos mercados. A agricultura ficou mais orientada para o mercado, incorporou e gerenciou melhor a tecnologia disponível, e modificou e aperfeiçoou processos produtivos e gerenciais. A dolorosa metamorfose ocorrida no passado recente coloca a agropecuária brasileira no limiar de um novo salto desenvolvimentista, que será marcado pelo aprofundamento das seguintes macrotendências:

Segmentação da agricultura paulista

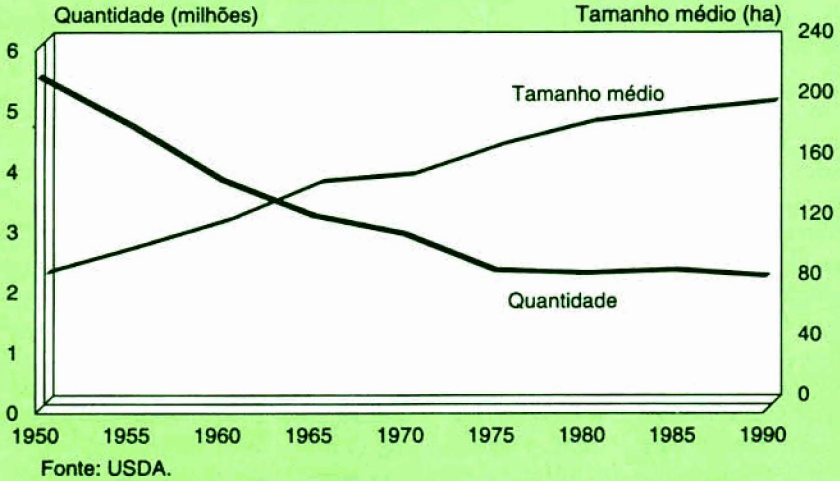
Produtos ascendentes (aves de corte, cana-de-açúcar, laranja)
% do valor da produção



Fonte: IEA/SP.

EUA

Quantidade e tamanho médio das fazendas



Fonte: USDA.

Reestruturação produtiva

Há um nítido processo de segmentação tecnológica da agricultura, inclusive nas lavouras tradicionais de mercado interno, ampliando a importância da produção moderna no suprimento global de bens para processamento ou consumo *in natura* (caso dos produtos hortigranjeiros). É cada vez maior o contingente de produtores profissionais, especializados nas atividades de plantar e criar, em contraposição à grande maioria de produtores que empregam baixa tecnologia. De modo geral, o atendimento da demanda por matérias-primas agropecuárias passa a depender cada vez mais da atividade de médios e grandes produtores, que adotam sistemas de média e alta tecnologia. Embora igualmente orientados para produzir para vender a terceiros, a baixa produtividade faz com que os segmentos mais atrasados acabem consumindo boa parte da produção na propriedade, limitando a sua formação de renda monetária e alimentando o círculo vicioso da baixa renda no campo.

Cálculos do BNDES, com base em dados censitários, mostram que os estabelecimentos rurais considerados "modernos" (os que utilizam pelo menos um tipo de insumo moderno) representavam, em 1980, cerca de 25% do número total e 74% do valor da produção agrope-

cuária. Apesar da fragilidade das estatísticas nacionais, as evidências e as pesquisas de mercado realizadas pelas indústrias de insumos apontam na direção de uma concentração adicional da produção e de um movimento de especialização e profissionalização dos empresários do campo.

A especialização e a busca de economia de escala são as fórmulas adotadas pelos agricultores para manterem-se competitivos através da redução das despesas globais de produção das commodities agropecuárias. Pesquisas feitas pela Universidade de Brasília mostram que o custo de produção de soja nos cerrados chega a diminuir 40-45% quando a área de cultivo passa de 50 para 1 mil hectares. A agricultura brasileira, através do seu segmento mais dinâmico, pressiona os seus fornecedores industriais por novos e melhores insumos e bens de capital; adota novos processos (como o plantio direto, por exemplo); e aprimora o sistema de informações para auferir melhores resultados na comercialização da safra.

A agricultura integra-se à indústria; o agricultor vincula-se cada vez mais às agroindústrias, através de relações de produto, técnicas e comerciais. Amplia-se a visão sistêmica no fluxo produção-consumo e as cadeias agroalimentares passam a competir entre si pela preferência dos consumidores, no país e no exterior. A questão da produtividade muda de eixo: deixa de ser um problema agrícola ou industrial e passa a ser regrada pela disputa de competitividade medida no balcão do varejo. Nessa perspectiva, as carências e ineficiências da infra-estrutura e do sistema tributário nacional são fatores restritivos ao crescimento do agribusiness brasileiro. A agroindústria é chamada a mudar processos e produtos, a investir em qualidade, a relacionar-se globalmente com os agricultores (assistência técnica, promoções, desenvolvimento de produto, informações, enfim, serviços no seu sentido amplo).

Reestruturação fundiária

A concentração fundiária é atualmente um fenômeno de alcance mundial. Não existem políticas no país que permitam reverter a tendência em curso de redução permanente no número de produtores e da população rural (26% dos brasileiros ainda vivem no campo...). Esse fenômeno é preocupante do ponto de vista social, ainda mais quando salta aos olhos o exemplo da verdadeira "reforma agrária americana": nos EUA existiam 5,7 milhões de estabelecimentos rurais em 1950; hoje, o total baixou para 1,7 milhão. A concentração fundiária foi resultado da busca de maior escala de produção, da necessidade de absorver novas tecnologias e otimizar o uso de máquinas para reduzir os custos, como forma de enfrentar a concorrência e a queda dos preços das commodities de origem agropecuária no mercado mundial.

Em 1993, o lançamento de novos produtos do agribusiness acompanhou a retomada do crescimento econômico, com 638 itens sendo colocados à disposição dos consumidores.

Reestruturação espacial

As regiões agrícolas tradicionais vêm perdendo participação de mercado para novas áreas em que a agricultura é desenvolvida em bases superiores de tecnologia e gerenciamento. O desenvolvimento nas últimas duas décadas caracteriza a agricultura como uma atividade migratória, mas apenas pelas diferenças no preço da terra. No curto espaço de 15 anos, o café praticamente desapareceu dos estados de São Paulo e Paraná. Essa lavoura, a exemplo do milho e da soja, migrou em grande parte para a região dos cerrados. Detecta-se todo um movimento de produtos e regiões ascendentes, estabilizados e descendentes no agribusiness nacional. As atividades agropecuárias competem entre si pelos fatores produtivos e as facilidades de infra-estrutura. Em 1991, o valor da produção da pecuária bovina paulista (computando-se a carne e o leite) foi de US$90 por hectare, o equivalente a apenas 900 quilos de milho. No mesmo ano, a produção de laranja e cana-de-açúcar propiciou uma receita bruta de US$600 e US$800 por hectare, respectivamente. Por esse motivo, as duas lavouras e a avicultura de corte (outra atividade ascendente) perfazem 50% do valor da produção agropecuária no estado de São Paulo.

Em todo o Brasil, de olho no desenvolvimento regional, lideranças políticas e empresariais de estados e municípios de agricultura tradicional mobilizam-se agora para melhorar a produtividade no campo, fomentar novos investimentos agroindustriais e gerar empregos em suas cidades. As regiões de fronteira agrícola, passada a crise de renda e liquidez do período 1987-92, instalam novos projetos e constroem modernas bases agroindustriais para agregar valor à produção local.

A interiorização do desenvolvimento ganha novos contornos e passa a ser alavancada pela competitividade do agribusiness, setor econômico brasileiro mais exposto à concorrência internacional.

Reestruturação do capital

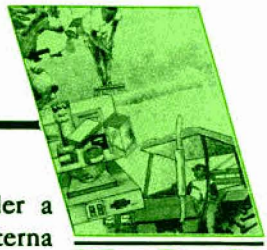
A mudança de sistemas tradicionais para modernos transforma a agricultura numa atividade capital-intensiva, reduzindo a importância dos fatores terra e trabalho na estrutura produtiva. A estabilização da economia — reconhecida como crucial por significativa parcela da produção — cria a necessidade de novo surto de investimento na agropecuária, para recomposição do parque de máquinas, equipamentos, ampliação da infra-estrutura e expansão da capacidade produtiva das áreas já exploradas. Mas do ponto de vista espacial, o potencial

de expansão é enorme: enquanto a área plantada com grãos ocupa atualmente 37 milhões de hectares, o estoque de terras aptas à produção vegetal e animal chega a 150 milhões de hectares somente na região dos cerrados.

Fatalmente, a expansão da produção agrícola demandará o aporte de substanciais volumes de recursos de fora do setor. A crise agrícola no período recente limitou a capacidade de investimento do produto rural. Com a diminuição da oferta e o encarecimento dos recursos de crédito rural, coube ao setor agroindustrial assumir parte do risco de financiar o custeio da produção agrícola, o que não é sua finalidade principal. O desenvolvimento rural e agroindustrial demanda uma verdadeira reengenharia da política macroagrícola, particularmente no financiamento dos investimentos, da produção e da comercialização de produtos agropecuários (nos mercados físico e de futuros). Para tanto, os alicerces da nova fase de investimentos já estão fincados: salvo situações regionais específicas, a agricultura brasileira está financeiramente saneada, com um dos menores coeficientes de endividamento do mundo, o que a capacita a levantar empréstimos e promover associações de capital para produzir melhor e realizar novos investimentos.

Em síntese, as considerações anteriores deixam patente que o ajustamento da agricultura e da agroindústria tem o significado de uma verdadeira reestruturação competitiva, o que credencia o agribusiness brasileiro a atender a demanda interna e ampliar a participação nos mercados mundiais de alimentos e fibras. A perspectiva de estabilização e o conseqüente aumento do poder de compra da produção fazem com que o desafio de compreender e de promover tal reestruturação seja excitante para todos os agentes públicos e privados do agribusiness.

IVAN WEDEKIN
Diretor comercial da Agroceres, vice-presidente da Associação Paulista dos Produtores de Sementes e Mudas (APPS). Engenheiro agrônomo, fez parte da equipe de *Agroanalysis* de 1977 a 1981.



100 MAIORES

As maiores empresas do agribusiness — 94

A revista *Agroanalysis*, em parceria com o Centro de Estudos de Empresas do IBRE/FGV, publica neste número de dezembro o primeiro *ranking* das 100 maiores empresas do agribusiness no Brasil, com base nos demonstrativos financeiros de 1993.

Trata-se de um levantamento pioneiro no Brasil. Deverá contribuir para um melhor conhecimento do nosso agribusiness, através da disponibilização de informações — síntese do desempenho de um conjunto expressivo de empresas que constituem o agribusiness brasileiro.

A metodologia das 100 Maiores do Agribusiness é a mesma empregada na pesquisa As 500 Maiores, publicada há 24 anos pela FGV, na *Conjuntura Econômica*. O *ranking* das 100 maiores do agribusiness foi elaborado com base no desempenho de cinco variáveis contábeis, cujos valores representam recursos colocados à disposição da empresa para que ela exerça sua atividade. Inclui ainda o capital fixo, o patrimônio líquido, que representa o dinheiro que os acionistas colocaram na empresa; a demonstração de resultado, que representa o dinamismo da empresa na geração de receita; e o lucro final, que sintetiza as atividades exercidas desde o último balanço e os seus resultados. Em ambas as pesquisas são consideradas apenas as variáveis contabilizadas segundo a legislação societária.

...as empresas do agribusiness obtiveram maior eficiência nos seus negócios do que o registrado pela média geral das 500 Maiores, uma vez que a participação no patrimônio líquido foi de apenas 7,1%.

Os cinco critérios para chegar às 100 maiores são: o patrimônio líquido (peso 5); o lucro líquido disponível (peso 4); a receita operacional (peso 3); o imobilizado líquido (peso 2); o capital realizado (peso 1).

A base para definição das 100 Maiores do Agribusiness foi o banco de balanços do Centro de Estudos de Empresas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, que coleta e analisa anualmente cerca de 4,5 mil balanços de sociedades anônimas de todos os estados do país. Não se inclu-

em nesse cadastro as empresas financeiras, as sociedades anônimas que optaram pelo critério da correção integral de seus balanços e as empresas limitadas, estas últimas em razão da não-obrigatoriedade legal de divulgar seus balanços. Além disso, algumas empresas, como a Cargile Agrícola, por exemplo, não foram incluídas na amostra porque seus respectivos balanços não foram divulgados em tempo hábil.

Apenas quatro empresas do *ranking* das 100 Maiores não constam da última edição das 500 Maiores, são elas: Copebrás S.A. (fertilizantes); Cia. Industrial de Papel Pirahy (papel e celulose); Arafértil S.A. (fertilizantes); e Santa Maria Cia. Papel Celulose (papel e celulose).

Essas quatro empresas haviam optado pelo critério da correção integral e só recentemente liberaram as informações contabilizadas pela legislação societária.

A seleção das empresas por atividades para a inclusão no *ranking* das 100 Maiores foi feita por técnicos do Centro de Estudos Agrícolas. Foram incluídas todas as empresas do setor agropecuário, bem como aquelas situadas a montante do setor, que produzem insumos utilizados na agricultura, e as empresas a jusante do setor, aquelas cujos insumos principais são produzidos pela agropecuária.

Mais especificamente, foram incluídas empresas do setor químico produtoras de adubos, álcool, defensivos, fertilizantes, produtos farmacêuticos e veterinários; empresas do setor mecânico produtoras de máquinas e implementos agrícolas; empresas fabricantes de produtos alimentares, bebidas, celulose, papel e papelão, cigarros, têxteis; empresas do comércio atacadista e varejista ligadas à distribuição de alimentos (supermercados); e empresas que produzem energia a partir de produtos florestais.

As 100 Maiores Empresas do Agribusiness, classificadas pela Fundação Getulio Vargas com base nos demonstrativos financeiros de 1993, têm patrimônio líquido de US$18,412 bilhões, que representam 7,1% do total do patrimônio líquido das 500 Maiores (US$257,814 bilhões).

Valores consolidados das 100 Maiores do Agribusiness em comparação com as 500 Maiores

	As 500	As 100
Patrimônio líquido (US$ milhões)	257.814	18.412
Lucro líquido (US$ milhões)	3.066	460
Vendas (US$ milhões)	59.901	8.567
Imobilizado líquido (US$ milhões)	191.955	14.308
Capital realizado (US$ milhões)	12.717	2.450
Capital de giro próprio (US$ milhões)	65.859	4.104
Participação no patrimônio líquido (%)	26	22
Margem líquida (%)	5,1	5,4
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	1,2	2,5

O faturamento das 100 Maiores foi de US$8,567 bilhões, representando 14,3% do total de US$59,901 bilhões obtidos pelas 500 maiores empresas do país. Vale a pena notar que a participação de 14,3% das 100 Maiores no faturamento total demonstra que as empresas do agribusiness obtiveram maior eficiência nos seus negócios do que o registrado pela média geral das 500 Maiores, uma vez que a participação no patrimônio líquido foi de apenas 7,1%.

...as 100 Maiores do Agribusiness recuperam seu capital investido em menos tempo. O agribusiness teve uma rentabilidade do patrimônio líquido de 2,5%, enquanto a média das 500 maiores do país ficou em 1,2%.

Analisando a disponibilidade de capital de giro, o levantamento da FGV mostra que as 100 maiores empresas do agribusiness estão financiando sua produção com recursos próprios e ainda têm folga de 22% para financiar suas necessidades de capital de giro. As 100 Maiores dispõem de US$4,104 bilhões, o que representa uma participação de 6,2% no registrado pela 500 Maiores (US$65,859 bilhões).

As empresas do agribusiness mantêm igualmente uma taxa de lucratividade compatível com a verificada entre as 500 maiores. A margem líquida (relação entre o lucro disponível e o faturamento líquido) é de 5,4%, enquanto para as 500 essa taxa é de 5,1%.

Já quando se examina a taxa de retorno do conjunto e do subconjunto de empresas estudados pela FGV, verifica-se que as 100 Maiores do Agribusiness recuperam seu capital investido em menos tempo. O agribusiness teve uma rentabilidade de patrimônio líquido de 2,5%, enquanto a média das 500 maiores do país ficou em 1,2%.

O ranking

Das 100 Maiores do Agribusiness, 78 registraram lucro total de US$975 milhões, enquanto 22 fecharam o ano somando prejuízo de US$515 milhões. O resultado consolidado líquido foi de US$460 milhões, o que garantiu ao setor um saldo positivo.

As 10 primeiras do agribusiness detêm juntas um patrimônio líquido de



100 MAIORES

US$4,673 bilhões, faturamento de US$3,013 bilhões e lucro líquido de US$393 milhões, de acordo com os dados de 1993. Dessas 10 empresas, apenas três são de capital estrangeiro: a Souza Cruz S.A., a Rhodia e a Ciba Geigy Química S.A, que ocupam, respectivamente, o primeiro, o quinto e o oitavo lugares.

A Souza Cruz, líder no *ranking*, tem patrimônio líquido de US$838 milhões e registrou, no ano passado, lucro líquido de US$28 milhões. Em segundo lugar está a Cervejaria Brahma, com patrimônio líquido de US$682 milhões e lucro de US$96 milhões, seguida pela Companhia Antárctica Paulista, com lucro de US$121 milhões e patrimônio de US$719 milhões.

Os setores

O setor de maior destaque entre as 100 maiores empresas foi o de bebidas. O lucro líquido registrado pelas 14 indústrias escaladas no *ranking* foi de US$420 milhões, ou seja, 91% do resultado consolidado líquido de US$460 milhões. As 14 indústrias, lideradas pela Cervejaria Brahma, reúnem um patrimônio de US$2,589 bilhões.

Já o setor de produtos alimentares, que detém 17 empresas, com patrimônio líquido de US$2,142 bilhões, registrou prejuízo da ordem de US$30 milhões, puxado principalmente pela Sanbra, que fechou balanço com resultado negativo de US$84 milhões. A líder do setor, a Ceval Alimentos, que ocupou o sétimo lugar no *ranking* geral, obteve lucro de US$6,8 milhões.

As indústrias químicas que respondem por 12,7% do patrimônio total do *ranking* fecharam com lucro líquido de US$105 milhões, o que representou 23% do resultado líquido das 100 Maiores do Agribusiness. A empresa com melhor resultado é a Rhodia S.A., com lucro de US$422 milhões.

O setor têxtil, que tem 12 empresas entre as 100 Maiores, tem patrimônio de US$1,287 bilhão (7% do patrimônio total) e registrou no ano passado um lucro de US$4,8 milhões, apenas 1% do total do *ranking*.

Os cinco maiores lucros

Na relação dos maiores lucros obtidos entre as 100 Maiores do Agribusiness, os cinco primeiros pertencem ao setor de bebidas. A Cia. Antárctica Paulista, embora tenha ocupado o terceiro lugar no *ranking* geral, obteve lucro de US$121 milhões, superando em muito a segunda colocada, a Brahma, que fechou o período com lucro de US$96 milhões.

O terceiro maior lucro, de US$49 milhões, foi da Indústria de Bebidas Antárctica do Rio de Janeiro; o quarto ficou com as Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A. (US$35 milhões) e o quinto com a Cervejaria Kaiser de São Paulo (US$33 milhões).

...O setor de maior destaque entre as 100 maiores empresas foi o de bebidas, que obteve 91% do lucro líquido total.

Os cinco maiores prejuízos

A empresa Sanbra Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil S.A. registrou o maior prejuízo do *ranking*: US$84 milhões, seguida por duas grandes empresas do setor de celulose, a Jari Celulose S.A. (US$ 72 milhões) e a Aracruz Celulose (US$60 milhões). No caso dessas duas empresas, o prejuízo computado no ano de 1993 se deve em parte aos baixos preços da celulose praticados no mercado internacional. Em 1993 e 1994, a cotação ficou em US$350-433 a tonelada, muito inferior à média de US$800 por tonelada praticada nos últimos oito anos.

O quarto maior prejuízo foi da Itamaraty Filtros de Papel (US$49 milhões) e o quinto, da indústria de tratores Caterpillar Brasil S.A. (US$46 milhões).

O *ranking* das 100 Maiores representa um levantamento pioneiro no setor do agribusiness. Com essas informações será possível fazer pesquisas importantes, pois passa-se a conhecer um conjunto expressivo de empresas para subvencionar pesquisas específicas no setor do agribusiness. O Centro de Estudos Agrícolas necessitava desse levantamento para poder estudar a estrutura das empresas e do setor do agribusiness como um todo, o desempenho dos diversos segmentos e o conjunto de estratégias e táticas adotadas pelas empresas diante de choques externos, tais como o Mercosul, a abertura comercial e a estabilização macroeconômica. Essas mudanças na economia tendem a causar modificações no agribusiness que merecem estudos especiais.

JOSÉ FRANCISCO FILHO
Chefe do Centro de Estudos de Empresas — IBRE/FGV.

Este trabalho contou com o apoio competente e devotado da técnica Deise Jaffar de Lima do Centro de Estudos Agrícolas no processamento dos dados.

Atenção dirigentes de cooperativas

Em 1995, Agroanalysis *incluirá as cooperativas brasileiras no cadastro que gera as 100 Maiores do Agribusiness. Envie já seu balanço de 1993 e, assim que possível, o de 1994 para o Centro de Estudos de Empresas, FGV, Praia de Botafogo, 190 — sala 828 — CEP 22250-040, Rio de Janeiro, RJ.*

Não perca a oportunidade de figurar entre as 100 Maiores do Agrobusiness — 95

VOCÊ SABE ONDE CONSE-GUIR

O Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas possui mais de 10 anos de experiência nesta atividade e oferece a seus usuários 4 modalidades de serviços de informação econômica.

BANCO DE DADOS ON-LINE

O ARIES ON-LINE é um serviço de banco de dados que permite ao assinante o acesso on-line a duas bases de dados numéricas sobre a economia brasileira.
As consultas podem ser feitas através da Renpac, rede de telefonia pública ou telex.

BANCO DE DADOS EM DISQUETE

O serviço em disquete é um sistema de armazenamento e recuperação de aproximadamente 500 séries históricas.
O serviço é prestado sob a forma de assinatura anual com entregas mensais de disquetes contendo as atualizações da base de dados.

SERVIÇO AVULSO

No ARIES AVULSO os pedidos podem ser tanto para fornecimento de pequeno grupo de estatísticas econômicas quanto de trabalhos que requeiram algum tipo de tratamento dos dodos.
A solicitação, sem a necessidade de cadastramento prévio do cliente, pode ser feita por fax ou pelo correio.

SERVIÇO DE ALERTA

O ARIES ALERTA permite ao usuário cadastrado selecionar o perfil dos indicadores econômicos que deseja incluir no seu alerta mensal.
Os relatórios do alerta são enviados por fax ou pelo correio.

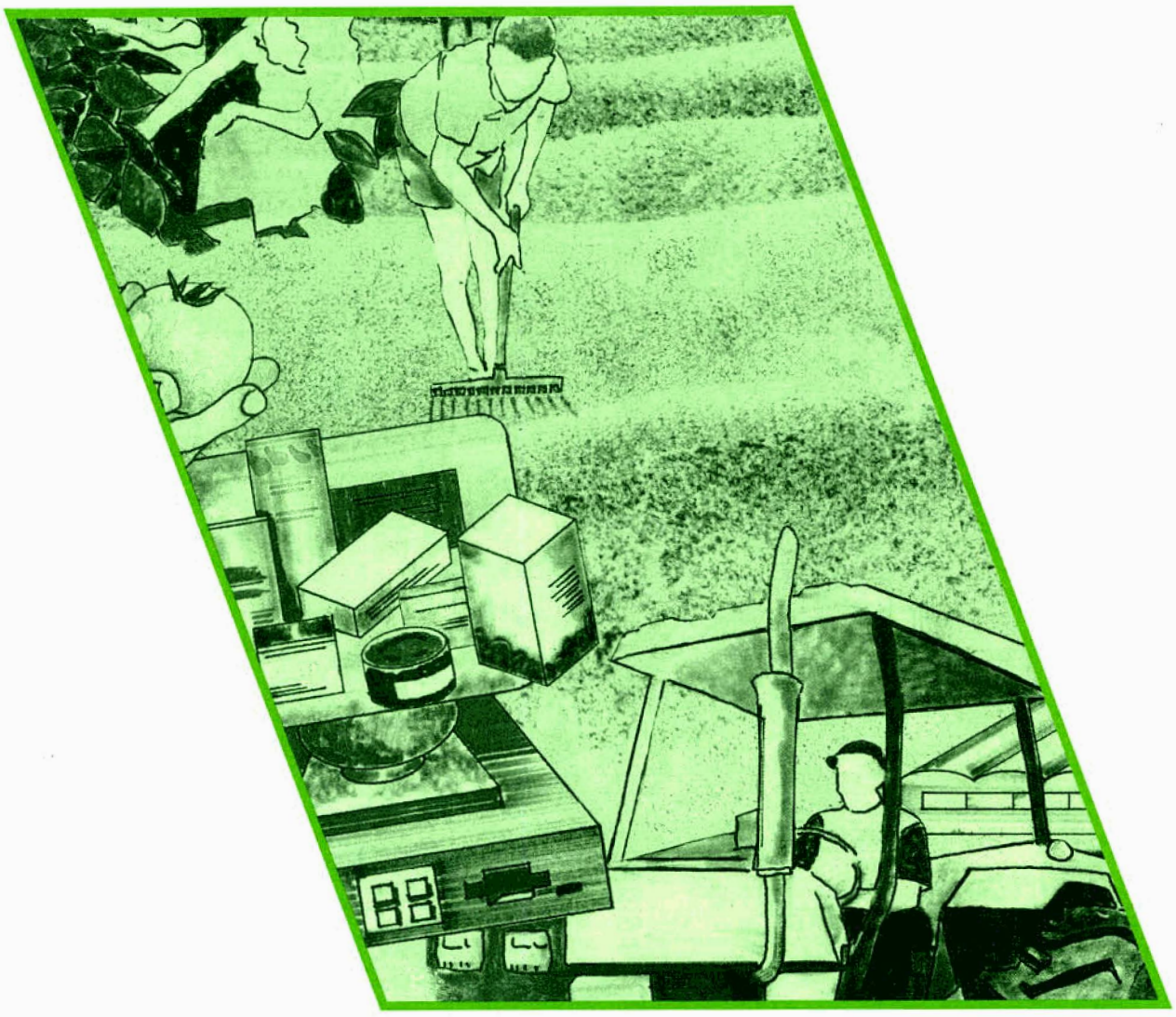
* * *

Recorrendo à produção de dados da própria FGV ou selecionando informações junto às principais fontes estatísticas, o Banco de Dados atua nos seguintes assuntos:

- Agropecuária
- Contas Nacionais
- Economia Internacional
- Emprego e Rendimento
- Empresas
- Energia
- Indicadores Financeiros
- Índices de Preços
- Indústria
- Setor externo
- Vendas

IBRE/Banco de Dados
Praia de Botafogo, 190 - Sala 830
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22253-900
Tels: (021) 551-9099 - 536-9346
Fax: (021) 551-3549

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS?



100 maiores

Classificacão: Ordinal – Patrimônio líquido – Lucro líquido – Vendas – Imobilizado líquido – Alfabética

Tabela 1 — As 100 maiores empresas do Agribusiness
Classificação ordinal — CR$ milhões — 1993

Class. geral	Razão social	Estado	Sociedade A (aberta) F(fechada)	Origem do capital	Data do último balanço	Atividade
1	SOUZA CRUZ S.A.	RJ	A	Estrangeiro	Dez.93	Servs. aux. ativ. econôm.
2	CIA. CERVEJARIA BRAHMA	RJ	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
3	CIA. ANTÁRCTICA PAULISTA	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
4	KLABIN FABRIC. PAP. CELULOSE S.A.	BA	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
5	RHODIA S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Química
6	CIA. BRAS. DISTRIBUIÇÃO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista
7	CEVAL ALIMENTOS	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
8	CIBA GEIGY QUÍM. S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química
9	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA R.J. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
10	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA NORD. S.A.	BA	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
11	FERTILIZANTES FOSF. S.A. FOSFÉRTIL	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química
12	BAYER BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química
13	AVIPAL S.A. AVICULTURA AGROPECUÁRIA	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola
14	CEBRASP S.A. (BRAHMA SP)	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
15	CASAS SENDAS COM. IND. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista
16	HOECHST BR. QUÍM. FARMACÊUTICA S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Química
17	CERVEJARIAS REUNS. SKOL CARACU S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
18	VICUNHA NORDESTE S.A. IND. TÊXTIL	CE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
19	FRIGOBRÁS CIA. BRAS. FRIGORÍFS.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
20	DU PONT DO BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química
21	ELIZABETH S.A. IND. TÊXTIL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
22	GRANJA REZENDE S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola
23	ELDORADO S.A. COM. IND. IMPORTAÇÃO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista
24	COPEBRÁS S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química
25	COTENE COTEMINAS NORDESTE S.A.	RN	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
26	CELPAV CIA. VOTORANTIM CELUL. PAPEL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
27	CERVEJARIA ANTÁRCTICA NIGER S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
28	CIA. SUZANO PAPEL CELULOSE	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
29	CHOCOLATES GAROTO S.A.	ES	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
30	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA POLAR S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
31	PISA PAPEL DE IMPRENSA S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
32	FRANGOSUL S.A. AGROAVÍCOLA INDL.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
33	SLC S.A. IND. COM.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica
34	INDS. PAPEL SIMÃO S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
35	BOMPREÇO S.A. SUPERMERCADOS NE	PE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista
36	BRASPÉROLA IND. COM. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
37	BRASWEY S.A. IND. COM.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
38	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA PIAUÍ S.A.	PI	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
39	PRODS. ROCHE QUÍMS. FARMACS. S.A.	RJ	F	Estrangeiro	Dez.93	Prod. farmac. veterin.
40	ITAMARATY FILTROS PAPEL S.A.	PR	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
41	PERDIGÃO AGROINDL. S.A.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
42	KIBON S.A. INDS. ALIMENTÍCIAS	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Prods. alimentares
43	ARACRUZ CELULOSE S.A.	ES	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
44	ACHÉ LAB. FARMACÊUTICOS S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prod. farmac. veterin.
45	M DIAS BRANCO S.A. COM. IND.	CE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
46	DURAFLORA S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola
47	RIPASA S.A. CELULOSE PAPEL	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
48	FIAT ALLIS LATINO-AMERICANA S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica
49	SADIA CONCÓRDIA S.A. IND. COM.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
50	ULTRAFÉRTIL S.A. IND. COM. FERTILIZ.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química

Patrimônio líquido	Class.	Lucro líquido	Class.	Vendas	Class.	Imob. líquido	Class.	Cap. realizado	Class.
273.379	3	9.134	9	339.801	1	73.525	17	158.032	2
222.615	5	31.300	2	98.001	5	35.999	41	12.554	9
234.476	4	39.464	1	40.685	19	78.778	15	2.843	33
214.422	6	4.865	19	50.253	14	218.666	4	9.090	14
137.640	14	9.947	8	79.866	7	73.016	18	3.882	28
89.225	16	3.648	25	150.905	2	89.283	11	2.661	35
150.185	11	2.216	44	129.805	4	55.478	28	4.550	27
80.536	22	4.760	20	39.054	21	55.529	27	1.933	47
57.195	30	15.973	3	22.750	40	57.268	24	2.106	44
64.435	27	6.723	13	31.502	25	31.665	45	1.886	49
85.205	18	5.040	18	14.576	63	77.765	16	2.270	42
86.482	17	1.601	58	47.725	16	58.314	23	2.208	43
64.455	26	6.339	16	17.124	54	37.262	39	1.420	58
31.072	51	6.433	15	38.583	22	52.653	30	988	75
30.989	52	3.593	27	71.907	8	38.743	38	1.218	66
51.444	38	1.279	66	71.803	9	41.535	36	1.941	46
24.884	67	11.337	4	26.976	30	29.913	49	682	105
56.913	31	1.944	51	22.517	41	21.856	58	1.916	48
34.210	48	1.642	57	49.665	15	31.130	47	960	78
23.987	71	4.033	24	41.327	18	20.971	59	834	86
58.506	28	3.470	29	17.689	51	11.355	111	812	88
82.003	21	5.283	17	5.612	136	46.822	33	927	83
29.810	53	1.460	63	34.360	23	40.398	37	681	106
24.759	68	8.822	10	22.480	42	19.121	66	556	136
52.967	33	3.523	28	6.310	129	31.576	46	1.450	56
197.574	7	-45	148	15.254	60	239.426	2	7.960	19
27.338	63	4.312	22	14.229	64	22.265	57	615	121
304.126	2	-1.265	185	45.782	17	119.293	10	4.765	25
21.641	82	2.711	36	26.375	31	22.547	56	683	104
38.865	41	2.513	40	11.889	78	11.838	105	1.368	60
64.873	25	609	93	9.820	93	49.318	31	2.439	38
34.593	46	1.049	73	16.909	55	30.484	48	775	95
39.556	40	6.533	14	9.791	94	8.405	140	1.300	62
153.341	10	-312	166	17.832	49	133.115	8	11.369	10
29.680	54	336	106	59.580	10	26.806	52	1.415	59
23.703	73	2.914	33	12.001	77	16.641	77	16.120	6
37.944	42	242	113	27.788	28	29.665	50	1.500	54
28.843	59	3.233	30	12.128	76	15.755	82	687	103
20.402	87	3.612	26	24.590	37	13.821	95	611	123
195.386	8	-15.929	225	145.411	3	125.511	9	16.918	5
84.505	19	-3.825	206	54.940	11	86.278	13	93.016	4
24.322	70	2.277	43	20.313	44	18.789	67	209	203
416.693	1	-19.791	228	30.785	26	624.626	1	207.106	1
29.545	55	2.277	42	15.625	59	12.745	102	283	183
27.935	60	4.691	21	8.334	109	13.325	98	600	126
57.870	29	1.949	50	2.122	185	55.581	26	799	90
139.686	13	-5.271	211	21.204	43	162.867	6	107.665	3
23.963	72	10.175	6	11.501	82	4.417	188	1.273	64
79.475	23	-5.113	210	97.241	6	54.200	29	2.100	45
74.167	24	-1.566	189	20.080	46	59.642	22	2.718	34

Tabela 1 — As 100 maiores empresas do Agribusiness
Classificação ordinal — CR$ milhões — 1993

Class. geral	Razão social	Estado	Sociedade A (aberta) F(fechada)	Origem do capital	Data do último balanço	Atividade
51	IND. QUÍM. FARMACÊUTICA SHERING S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prod. farmac. veterin.
52	ADUBOS TREVO S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química
53	PRODS. QUÍMICOS ELEKEIROS S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química
54	MANAH S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química
55	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA PARAÍBA S.A.	PB	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
56	ZENECA BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química
57	SANBRA SOC. ALGODOEIRA NORD. BR. S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Prods. alimentares
58	RIOCELL S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
59	ACESITA ENERGÉTICA S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola
60	FAB. TECIDOS TATUAPÉ S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Têxtil
61	CENIBRA CELULOSE NIPOBRÁS S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
62	BRISTOL MYERS SQUIBB BR S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Prod. farmac. veterin.
63	DOHLER S.A. COM. IND.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
64	JARI CELULOSE S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
65	NITROFÉRTIL FERT. NITROGENAD. NORD.	BA	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química
66	INCOBRASA INDL. COML. BRAS. S.A.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
67	CIA. FIAÇÃO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
68	COTENOR S.A. IND. TÊXTIL	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
69	HERING TÊXTIL S.A.	SC	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
70	CIA. INDL. PAPEL PIRAHY	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
71	CAMPO BELO S.A. IND. TÊXTIL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
72	MARCHESAN IMPLEM. MAQS. ABAS.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica
73	RANDON S.A.VEICS. IMPLEMENTOS	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Material de transporte
74	PAPEL CELULOSE CATARINENSE S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
75	CIA. INDL. MERCL. PAOLETTI	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
76	IND. PAPEL CELULOSE SALTO S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
77	REFRESCOS BRASIL S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Servs. aux. ativ. econôm.
78	CERVEJARIA KAISER SÃO PAULO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
79	VICUNHA S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
80	ARAFÉRTIL S.A.	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química
81	IAP S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química
82	SAMRIG S.A. MOINHOS R. GRANDENSES	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
83	SANDOZ S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química
84	CATERPILLAR BRASIL S.A. .	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica
85	S.A. USINA CORURIPE AÇÚCAR ÁLCOOL	AL	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
86	IND. PRODS. ALIMS. PIRAQUÊ S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
87	CIA. TÊXTIL KARSTEN	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
88	IND. BEB. ANTÁRCTICA AMAZÔNIA S.A.	AM	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
89	CIRNE CIA. INDL. RN	RN	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
90	SANTA MARIA CIA. PAPEL CELULOSE	PR	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
91	SOC. TÉCN. INDL. LUBRIFS. SOLUTEC S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química
92	PISA FLORESTAL S.A.	PR	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio atacadista
93	PRIMO SCHINCARIOL IND. REFRIGS. S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
94	LPC INDS. ALIMENTÍCIAS S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
95	NOVA AMÉRICA S. A.	RJ	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
96	CIA. MELHORS. NORTE PARANÁ	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola
97	CIA. AGR. ZILLO LORENZETTI	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola
98	CIA. ITACOLOMY CERVEJAS	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
99	SEIVA S.A. FLORESTAS INDS.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola
100	CARPA-SERRANA AGR. RIO PARDO S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola

Patrimônio líquido	Class.	Lucro líquido	Class.	Vendas	Class.	Imob. líquido	Class.	Cap. realizado	Class.
18.431	93	3.186	31	14.133	65	13.999	92	376	162
20.974	84	763	85	18.677	48	16.649	76	780	92
18.595	92	942	76	10.071	91	22.989	53	14.340	7
21.549	83	2.834	34	14.793	62	9.557	131	390	159
32.805	49	1.073	72	5.780	135	17.136	72	931	81
12.804	140	4.129	23	24.359	38	13.116	100	871	84
52.064	36	-27.343	231	52.179	12	68.870	19	1.560	52
82.952	20	-5.763	214	13.632	67	86.215	14	1.761	50
36.135	44	738	87	2.157	184	32.034	44	3.655	29
47.660	39	-9.069	220	39.340	20	41.805	34	2.565	37
144.904	12	-10.352	222	10.229	89	142.731	7	6.100	23
16.932	104	8.104	12	20.211	45	4.564	184	281	186
21.675	81	1.552	60	10.427	88	10.478	120	634	115
153.591	9	-23.466	230	9.255	99	225.899	3	8.921	16
51.448	37	-5.793	215	17.486	52	48.517	32	4.888	24
20.406	86	152	118	23.742	39	14.193	91	740	98
25.548	65	653	92	12.451	75	8.334	141	639	111
20.311	88	1.876	53	5.231	142	16.660	75	700	99
29.255	57	-3.094	202	25.004	34	37.020	40	958	79
20.588	85	1.122	69	7.471	122	19.450	63	350	167
21.995	78	2.528	39	8.162	112	5.244	176	480	148
23.132	75	269	112	7.945	117	19.753	62	772	96
17.287	99	1.861	54	12.896	73	6.406	164	533	141
37.442	43	-5.597	213	12.625	74	64.879	21	940	80
24.596	69	79	131	8.827	101	17.442	71	689	102
20.110	89	1.844	55	5.402	138	18.634	69	197	206
52.469	35	8.371	11	0	226	0	231	962	77
35.648	45	10.834	5	0	225	167	225	1.141	71
32.026	50	3	146	11.549	81	6.095	167	1.492	55
18.970	91	688	90	7.982	116	14.329	89	510	145
18.284	95	-570	173	14.974	61	19.421	65	10.140	12
18.164	97	400	103	15.718	58	7.615	151	621	120
16.589	110	-71	151	32.243	24	12.047	104	1.188	67
18.320	94	-15.018	224	27.304	29	88.934	12	2.333	40
22.433	77	484	100	4.854	147	13.030	101	794	91
23.192	74	177	115	8.796	102	7.221	155	967	76
17.102	101	1.020	74	8.011	115	11.162	115	486	147
16.268	114	1.572	59	7.315	124	11.807	106	443	153
25.797	64	10.076	7	1.809	189	2.096	213	105	219
53.328	32	-3.909	207	3.406	164	66.764	20	1.162	68
21.688	80	422	102	10.580	87	3.646	198	583	131
29.004	58	114	127	926	209	27.514	51	803	89
10.556	160	2.072	46	7.632	119	11.174	113	1.439	57
16.935	103	60	134	13.176	71	11.398	110	409	157
29.319	56	-4.751	209	5.956	133	34.658	43	1.154	70
27.687	61	1.105	70	1.733	192	3.647	197	610	124
15.625	119	839	79	7.026	126	11.244	112	293	180
19.283	90	598	94	5.032	144	7.726	149	548	138
18.126	98	329	107	1.205	201	14.830	86	12.560	8
16.446	112	1.984	49	1.320	199	10.846	117	609	125

Tabela 2 — As 100 maiores empresas do Agribusiness
Patrimônio líquido — CR$ milhões — 1993

Class. geral	Razão social	Estado	Sociedade A (aberta) F (fechada)	Origem do capital	Data do último balanço	Atividade	Patrimônio líquido
1	ARACRUZ CELULOSE S.A.	ES	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	416.693
2	CIA. SUZANO PAPEL CELULOSE	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	304.126
3	SOUZA CRUZ S.A.	RJ	A	Estrangeiro	Dez.93	Servs. aux. ativ. econôm.	273.379
4	CIA. ANTÁRCTICA PAULISTA	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	234.476
5	CIA. CERVEJARIA BRAHMA	RJ	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	222.615
6	KLABIN FABRIC. PAP. CELULOSE S.A.	BA	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	214.422
7	CELPAV CIA. VOTORANTIM CELUL. PAPEL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	197.574
8	ITAMARATY FILTROS PAPEL S.A.	PR	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	195.386
9	JARI CELULOSE S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	153.591
10	INDS. PAPEL SIMÃO S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	153.341
11	CEVAL ALIMENTOS	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	150.185
12	CENIBRA CELULOSE NIPOBRÁS S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	144.904
13	RIPASA S.A. CELULOSE PAPEL	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	139.686
14	RHODIA S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Química	137.640
15	CIA. BRAS. DISTRIBUIÇÃO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	89.225
16	BAYER BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	86.482
17	FERTILIZANTES FOSF. S.A. FOSFÉRTIL	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	85.205
18	PERDIGÃO AGROINDL. S.A.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	84.505
19	RIOCELL S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	82.952
20	GRANJA REZENDE S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	82.003
21	CIBA GEIGY QUÍM. S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	80.536
22	SADIA CONCÓRDIA S.A. IND. COM.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	79.475
23	ULTRAFÉRTIL S.A. IND. COM. FERTILIZ.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	74.167
24	PISA PAPEL DE IMPRENSA S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	64.873
25	AVIPAL S.A. AVICULTURA AGROPECUÁRIA	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	64.455
26	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA NORD. S.A.	BA	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	64.435
27	ELIZABETH S.A. IND. TÊXTIL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	58.506
28	DURAFLORA S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	57.870
29	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA R.J. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	57.195
30	VICUNHA NORDESTE S.A. IND. TÊXTIL	CE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	56.913
31	SANTA MARIA CIA. PAPEL CELULOSE	PR	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	53.328
32	COTENE COTEMINAS NORDESTE S.A.	RN	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	52.967
33	REFRESCOS BRASIL S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Servs. aux. ativ. econôm.	52.469
34	SANBRA SOC. ALGODOEIRA NORD. BR. S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Prods. alimentares	52.064
35	NITROFÉRTIL FERT. NITROGENAD. NORD.	BA	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	51.448
36	HOECHST BR. QUÍM. FARMACÊUTICA S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Química	51.444
37	FAB. TECIDOS TATUAPÉ S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Têxtil	47.660
38	SLC S.A. IND. COM.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	39.556
39	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA POLAR S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	38.865
40	BRASWEY S.A. IND. COM.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	37.944
41	PAPEL CELULOSE CATARINENSE S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	37.442
42	ACESITA ENERGÉTICA S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	36.135
43	CERVEJARIA KAISER SÃO PAULO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	35.648
44	FRANGOSUL S.A. AGROAVÍCOLA INDL.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	34.593
45	FRIGOBRÁS CIA. BRAS. FRIGORÍFS.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	34.210
46	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA PARAÍBA S.A.	PB	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	32.805
47	VICUNHA S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	32.026
48	CEBRASP S.A. (BRAHMA SP)	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	31.072
49	CASAS SENDAS COM. IND. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	30.989
50	ELDORADO S.A. COM. IND. IMPORTAÇÃO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	29.810

Class. geral	Razão social	Estado	Sociedade A (aberta) F (fechada)	Origem do capital	Data do último balanço	Atividade	Patrimônio líquido
51	BOMPREÇO S.A. SUPERMERCADOS NE	PE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	29.680
52	ACHÉ LAB. FARMACÊUTICOS S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	29.545
53	NOVA AMÉRICA S. A.	RJ	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	29.319
54	HERING TÊXTIL S.A.	SC	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	29.255
55	PISA FLORESTAL S.A.	PR	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio atacadista	29.004
56	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA PIAUÍ S.A.	PI	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	28.843
57	M DIAS BRANCO S.A. COM. IND.	CE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	27.935
58	CIA. MELHORS. NORTE PARANÁ	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	27.687
59	CERVEJARIA ANTÁRCTICA NIGER S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	27.338
60	CIRNE CIA. INDL. RN	RN	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	25.797
61	CIA. FIAÇÃO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	25.548
62	CERVEJARIAS REUNS. SKOL CARACU S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	24.884
63	COPEBRÁS S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	24.759
64	CIA. INDL. MERCL. PAOLETTI	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	24.596
65	KIBON S.A. INDS. ALIMENTÍCIAS	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Prods. alimentares	24.322
66	DU PONT DO BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	23.987
67	FIAT ALLIS LATINO-AMERICANA S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	23.963
68	BRASPÉROLA IND. COM. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	23.703
69	IND. PRODS. ALIMS. PIRAQUÊ S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	23.192
70	MARCHESAN IMPLEM. MAQS. ABAS.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	23.132
71	S.A. USINA CORURIPE AÇÚCAR ÁLCOOL	AL	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	22.433
72	CAMPO BELO S.A. IND. TÊXTIL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	21.995
73	SOC. TÉCN. INDL. LUBRIFS. SOLUTEC S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	21.688
74	DOHLER S.A. COM. IND.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	21.675
75	CHOCOLATES GAROTO S.A.	ES	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	21.641
76	MANAH S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	21.549
77	ADUBOS TREVO S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	20.974
78	CIA. INDL. PAPEL PIRAHY	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	20.588
79	INCOBRASA INDL. COML. BRAS. S.A.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	20.406
80	PRODS. ROCHE QUÍMS. FARMACS. S.A.	RJ	F	Estrangeiro	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	20.402
81	COTENOR S.A. IND. TÊXTIL	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	20.311
82	IND. PAPEL CELULOSE SALTO S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	20.110
83	CIA. ITACOLOMY CERVEJAS	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	19.283
84	ARAFÉRTIL S.A.	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	18.970
85	PRODS. QUÍMICOS ELEKEIROS S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	18.595
86	IND. QUÍM. FARMACÊUTICA SHERING S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	18.431
87	CATERPILLAR BRASIL S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	18.320
88	IAP S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	18.284
89	SAMRIG S.A. MOINHOS R. GRANDENSES	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	18.164
90	SEIVA S.A. FLORESTAS INDS.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	18.126
91	RANDON S.A.VEICS. IMPLEMENTOS	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Material de transporte	17.287
92	CIA. TÊXTIL KARSTEN	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	17.102
93	LPC INDS. ALIMENTÍCIAS S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	16.935
94	BRISTOL MYERS SQUIBB BR S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	16.932
95	SANDOZ S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	16.589
96	CARPA-SERRANA AGR. RIO PARDO S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	16.446
97	IND. BEB. ANTÁRCTICA AMAZÔNIA S.A.	AM	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	16.268
98	CIA. AGR. ZILLO LORENZETTI	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	15.625
99	ZENECA BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	12.804
100	PRIMO SCHINCARIOL IND. REFRIGS. S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	10.556

Tabela 3 — As 100 maiores empresas do Agribusiness
Lucro líquido — CR$ milhões — 1993

Class. geral	Razão social	Estado	Sociedade A (aberta) F (fechada)	Origem do capital	Data do último balanço	Atividade	Lucro líquido
1	CIA. ANTÁRCTICA PAULISTA	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	39.464
2	CIA. CERVEJARIA BRAHMA	RJ	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	31.300
3	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA R.J. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	15.973
4	CERVEJARIAS REUNS. SKOL CARACU S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	11.337
5	CERVEJARIA KAISER SÃO PAULO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	10.834
6	FIAT ALLIS LATINO-AMERICANA S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	10.175
7	CIRNE CIA. INDL. RN	RN	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	10.076
8	RHODIA S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Química	9.947
9	SOUZA CRUZ S.A.	RJ	A	Estrangeiro	Dez.93	Servs. aux. ativ. econôm.	9.134
10	COPEBRÁS S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	8.822
11	REFRESCOS BRASIL S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Servs. aux. ativ. econôm.	8.371
12	BRISTOL MYERS SQUIBB BR S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	8.104
13	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA NORD. S.A.	BA	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	6.723
14	SLC S.A. IND. COM.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	6.533
15	CEBRASP S.A. (BRAHMA SP)	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	6.433
16	AVIPAL S.A. AVICULTURA AGROPECUÁRIA	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	6.339
17	GRANJA REZENDE S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	5.283
18	FERTILIZANTES FOSF. S.A. FOSFÉRTIL	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	5.040
19	KLABIN FABRIC. PAP. CELULOSE S.A.	BA	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	4.865
20	CIBA GEIGY QUÍM. S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	4.760
21	M DIAS BRANCO S.A. COM. IND.	CE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	4.691
22	CERVEJARIA ANTÁRCTICA NIGER S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	4.312
23	ZENECA BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	4.129
24	DU PONT DO BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	4.033
25	CIA. BRAS. DISTRIBUIÇÃO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	3.648
26	PRODS. ROCHE QUÍMS. FARMACS. S.A.	RJ	F	Estrangeiro	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	3.612
27	CASAS SENDAS COM. IND. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	3.593
28	COTENE COTEMINAS NORDESTE S.A.	RN	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	3.523
29	ELIZABETH S.A. IND. TÊXTIL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	3.470
30	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA PIAUÍ S.A.	PI	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	3.233
31	IND. QUÍM. FARMACÊUTICA SHERING S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	3.186
32	BRASPÉROLA IND. COM. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	2.914
33	MANAH S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	2.834
34	CHOCOLATES GAROTO S.A.	ES	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	2.711
35	CAMPO BELO S.A. IND. TÊXTIL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	2.528
36	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA POLAR S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	2.513
37	ACHÉ LAB. FARMACÊUTICOS S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	2.277
38	KIBON S.A. INDS. ALIMENTÍCIAS	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Prods. alimentares	2.277
39	CEVAL ALIMENTOS	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	2.216
40	PRIMO SCHINCARIOL IND. REFRIGS. S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	2.072
41	CARPA-SERRANA AGR. RIO PARDO S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	1.984
42	DURAFLORA S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	1.949
43	VICUNHA NORDESTE S.A. IND. TÊXTIL	CE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	1.944
44	COTENOR S.A. IND. TÊXTIL	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	1.876
45	RANDON S.A.VEICS. IMPLEMENTOS	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Material de transporte	1.861
46	IND. PAPEL CELULOSE SALTO S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	1.844
47	FRIGOBRÁS CIA. BRAS. FRIGORÍFS.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	1.642
48	BAYER BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	1.601
49	IND. BEB. ANTÁRCTICA AMAZÔNIA S.A.	AM	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	1.572
50	DOHLER S.A. COM. IND.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	1.552

Class. geral	Razão social	Estado	Sociedade A (aberta) F (fechada)	Origem do capital	Data do último balanço	Atividade	Lucro líquido
51	ELDORADO S.A. COM. IND. IMPORTAÇÃO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	1.460
52	HOECHST BR. QUÍM. FARMACÊUTICA S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Química	1.279
53	CIA. INDL. PAPEL PIRAHY	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	1.122
54	CIA. MELHORS. NORTE PARANÁ	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	1.105
55	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA PARAÍBA S.A.	PB	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	1.073
56	FRANGOSUL S.A. AGROAVÍCOLA INDL.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	1.049
57	CIA. TÊXTIL KARSTEN	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	1.020
58	PRODS. QUÍMICOS ELEKEIROS S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	942
59	CIA. AGR. ZILLO LORENZETTI	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	839
60	ADUBOS TREVO S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	763
61	ACESITA ENERGÉTICA S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	738
62	ARAFÉRTIL S.A.	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	688
63	CIA. FIAÇÃO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	653
64	PISA PAPEL DE IMPRENSA S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	609
65	CIA. ITACOLOMY CERVEJAS	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	598
66	S.A. USINA CORURIPE AÇÚCAR ÁLCOOL	AL	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	484
67	SOC. TÉCN. INDL. LUBRIFS. SOLUTEC S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	422
68	SAMRIG S.A. MOINHOS R. GRANDENSES	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	400
69	BOMPREÇO S.A. SUPERMERCADOS NE	PE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	336
70	SEIVA S.A. FLORESTAS INDS.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	329
71	MARCHESAN IMPLEM. MAQS. ABAS.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	269
72	BRASWEY S.A. IND. COM.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	242
73	IND. PRODS. ALIMS. PIRAQUÊ S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	177
74	INCOBRASA INDL. COML. BRAS. S.A.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	152
75	PISA FLORESTAL S.A.	PR	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio atacadista	114
76	CIA. INDL. MERCL. PAOLETTI	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	79
77	LPC INDS. ALIMENTÍCIAS S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	60
78	VICUNHA S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	3
79	CELPAV CIA. VOTORANTIM CELUL. PAPEL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	-45
80	SANDOZ S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	-71
81	INDS. PAPEL SIMÃO S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	-312
82	IAP S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	-570
83	CIA. SUZANO PAPEL CELULOSE	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	-1.265
84	ULTRAFÉRTIL S.A. IND. COM. FERTILIZ.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	-1.566
85	HERING TÊXTIL S.A.	SC	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	-3.094
86	PERDIGÃO AGROINDL. S.A.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	-3.825
87	SANTA MARIA CIA. PAPEL CELULOSE	PR	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	-3.909
88	NOVA AMÉRICA S. A.	RJ	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	-4.751
89	SADIA CONCÓRDIA S.A. IND. COM.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	-5.113
90	RIPASA S.A. CELULOSE PAPEL	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	-5.271
91	PAPEL CELULOSE CATARINENSE S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	-5.597
92	RIOCELL S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	-5.763
93	NITROFÉRTIL FERT. NITROGENAD. NORD.	BA	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	-5.793
94	FAB. TECIDOS TATUAPÉ S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Têxtil	-9.069
95	CENIBRA CELULOSE NIPOBRÁS S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	-10.352
96	CATERPILLAR BRASIL S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	-15.018
97	ITAMARATY FILTROS PAPEL S.A.	PR	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	-15.929
98	ARACRUZ CELULOSE S.A.	ES	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	-19.791
99	JARI CELULOSE S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	-23.466
100	SANBRA SOC. ALGODOEIRA NORD. BR. S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Prods. alimentares	-27.343

Tabela 4 — As 100 maiores empresas do Agribusiness
Vendas — CR$ milhões — 1993

Class. geral	Razão social	Estado	Sociedade A (aberta) F (fechada)	Origem do capital	Data do último balanço	Atividade	Vendas
1	SOUZA CRUZ S.A.	RJ	A	Estrangeiro	Dez.93	Servs. aux. ativ. econôm.	339.801
2	CIA. BRAS. DISTRIBUIÇÃO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	150.905
3	ITAMARATY FILTROS PAPEL S.A.	PR	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	145.411
4	CEVAL ALIMENTOS	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	129.805
5	CIA. CERVEJARIA BRAHMA	RJ	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	98.001
6	SADIA CONCÓRDIA S.A. IND. COM.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	97.241
7	RHODIA S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Química	79.866
8	CASAS SENDAS COM. IND. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	71.907
9	HOECHST BR. QUÍM. FARMACÊUTICA S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Química	71.803
10	BOMPREÇO S.A. SUPERMERCADOS NE	PE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	59.580
11	PERDIGÃO AGROINDL. S.A.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	54.940
12	SANBRA SOC. ALGODOEIRA NORD. BR. S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Prods. alimentares	52.179
13	KLABIN FABRIC. PAP. CELULOSE S.A.	BA	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	50.253
14	FRIGOBRÁS CIA. BRAS. FRIGORÍFS.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	49.665
15	BAYER BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	47.725
16	CIA. SUZANO PAPEL CELULOSE	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	45.782
17	DU PONT DO BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	41.327
18	CIA. ANTÁRCTICA PAULISTA	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	40.685
19	FAB. TECIDOS TATUAPÉ S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Têxtil	39.340
20	CIBA GEIGY QUÍM. S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	39.054
21	CEBRASP S.A. (BRAHMA SP)	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	38.583
22	ELDORADO S.A. COM. IND. IMPORTAÇÃO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	34.360
23	SANDOZ S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	32.243
24	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA NORD. S.A.	BA	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	31.502
25	ARACRUZ CELULOSE S.A.	ES	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	30.785
26	BRASWEY S.A. IND. COM.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	27.788
27	CATERPILLAR BRASIL S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	27.304
28	CERVEJARIAS REUNS. SKOL CARACU S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	26.976
29	CHOCOLATES GAROTO S.A.	ES	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	26.375
30	HERING TÊXTIL S.A.	SC	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	25.004
31	PRODS. ROCHE QUÍMS. FARMACS. S.A.	RJ	F	Estrangeiro	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	24.590
32	ZENECA BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	24.359
33	INCOBRASA INDL. COML. BRAS. S.A.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	23.742
34	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA R.J. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	22.750
35	VICUNHA NORDESTE S.A. IND. TÊXTIL	CE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	22.517
36	COPEBRÁS S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	22.480
37	RIPASA S.A. CELULOSE PAPEL	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	21.204
38	KIBON S.A. INDS. ALIMENTÍCIAS	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Prods. alimentares	20.313
39	BRISTOL MYERS SQUIBB BR S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	20.211
40	ULTRAFÉRTIL S.A. IND. COM. FERTILIZ.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	20.080
41	ADUBOS TREVO S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	18.677
42	INDS. PAPEL SIMÃO S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	17.832
43	ELIZABETH S.A. IND. TÊXTIL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	17.689
44	NITROFÉRTIL FERT. NITROGENAD. NORD.	BA	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	17.486
45	AVIPAL S.A. AVICULTURA AGROPECUÁRIA	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	17.124
46	FRANGOSUL S.A. AGROAVÍCOLA INDL.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	16.909
47	SAMRIG S.A. MOINHOS R. GRANDENSES	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	15.718
48	ACHÉ LAB. FARMACÊUTICOS S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	15.625
49	CELPAV CIA. VOTORANTIM CELUL. PAPEL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	15.254
50	IAP S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	14.974

Class. geral	Razão social	Estado	Sociedade A (aberta) F (fechada)	Origem do capital	Data do último balanço	Atividade	Vendas
51	MANAH S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	14.793
52	FERTILIZANTES FOSF. S.A. FOSFÉRTIL	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	14.576
53	CERVEJARIA ANTÁRCTICA NIGER S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	14.229
54	IND. QUÍM. FARMACÊUTICA SHERING S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	14.133
55	RIOCELL S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	13.632
56	LPC INDS. ALIMENTÍCIAS S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	13.176
57	RANDON S.A.VEICS. IMPLEMENTOS	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Material de transporte	12.896
58	PAPEL CELULOSE CATARINENSE S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	12.625
59	CIA. FIAÇÃO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	12.451
60	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA PIAUÍ S.A.	PI	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	12.128
61	BRASPÉROLA IND. COM. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	12.001
62	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA POLAR S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	11.889
63	VICUNHA S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	11.549
64	FIAT ALLIS LATINO-AMERICANA S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	11.501
65	SOC. TÉCN. INDL. LUBRIFS. SOLUTEC S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	10.580
66	DOHLER S.A. COM. IND.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	10.427
67	CENIBRA CELULOSE NIPOBRÁS S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	10.229
68	PRODS. QUÍMICOS ELEKEIROS S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	10.071
69	PISA PAPEL DE IMPRENSA S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	9.820
70	SLC S.A. IND. COM.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	9.791
71	JARI CELULOSE S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	9.255
72	CIA. INDL. MERCL. PAOLETTI	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	8.827
73	IND. PRODS. ALIMS. PIRAQUÊ S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	8.796
74	M DIAS BRANCO S.A. COM. IND.	CE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	8.334
75	CAMPO BELO S.A. IND. TÊXTIL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	8.162
76	CIA. TÊXTIL KARSTEN	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	8.011
77	ARAFÉRTIL S.A.	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	7.982
78	MARCHESAN IMPLEM. MAQS. ABAS.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	7.945
79	PRIMO SCHINCARIOL IND. REFRIGS. S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	7.632
80	CIA. INDL. PAPEL PIRAHY	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	7.471
81	IND. BEB. ANTÁRCTICA AMAZÔNIA S.A.	AM	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	7.315
82	CIA. AGR. ZILLO LORENZETTI	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	7.026
83	COTENE COTEMINAS NORDESTE S.A.	RN	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	6.310
84	NOVA AMÉRICA S. A.	RJ	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	5.956
85	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA PARAÍBA S.A.	PB	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	5.780
86	GRANJA REZENDE S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	5.612
87	IND. PAPEL CELULOSE SALTO S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	5.402
88	COTENOR S.A. IND. TÊXTIL	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	5.231
89	CIA. ITACOLOMY CERVEJAS	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	5.032
90	S.A. USINA CORURIPE AÇÚCAR ÁLCOOL	AL	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	4.854
91	SANTA MARIA CIA. PAPEL CELULOSE	PR	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	3.406
92	ACESITA ENERGÉTICA S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	2.157
93	DURAFLORA S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	2.122
94	CIRNE CIA. INDL. RN	RN	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	1.809
95	CIA. MELHORS. NORTE PARANÁ	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	1.733
96	CARPA-SERRANA AGR. RIO PARDO S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	1.320
97	SEIVA S.A. FLORESTAS INDS.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	1.205
98	PISA FLORESTAL S.A.	PR	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio atacadista	926
99	CERVEJARIA KAISER SÃO PAULO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	0
100	REFRESCOS BRASIL S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Servs. aux. ativ. econôm.	0

Tabela 5 — As 100 maiores empresas do Agribusiness
Imobilizado líquido — CR$ milhões — 1993

Class. geral	Razão social	Estado	Sociedade A (aberta) F (fechada)	Origem do capital	Data do último balanço	Atividade	Imobilizado líquido
1	ARACRUZ CELULOSE S.A.	ES	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	624.626
2	CELPAV CIA. VOTORANTIM CELUL. PAPEL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	239.426
3	JARI CELULOSE S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	225.899
4	KLABIN FABRIC. PAP. CELULOSE S.A.	BA	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	218.666
5	RIPASA S.A. CELULOSE PAPEL	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	162.867
6	CENIBRA CELULOSE NIPOBRÁS S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	142.731
7	INDS. PAPEL SIMÃO S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	133.115
8	ITAMARATY FILTROS PAPEL S.A.	PR	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	125.511
9	CIA. SUZANO PAPEL CELULOSE	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	119.293
10	CIA. BRAS. DISTRIBUIÇÃO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	89.283
11	CATERPILLAR BRASIL S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	88.934
12	PERDIGÃO AGROINDL. S.A.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	86.278
13	RIOCELL S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	86.215
14	CIA. ANTÁRCTICA PAULISTA	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	78.778
15	FERTILIZANTES FOSF. S.A. FOSFÉRTIL	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	77.765
16	SOUZA CRUZ S.A.	RJ	A	Estrangeiro	Dez.93	Servs. aux. ativ. econôm.	73.525
17	RHODIA S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Química	73.016
18	SANBRA SOC. ALGODOEIRA NORD. BR. S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Prods. alimentares	68.870
19	SANTA MARIA CIA. PAPEL CELULOSE	PR	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	66.764
20	PAPEL CELULOSE CATARINENSE S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	64.879
21	ULTRAFÉRTIL S.A. IND. COM. FERTILIZ.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	59.642
22	BAYER BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	58.314
23	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA R.J. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	57.268
24	DURAFLORA S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	55.581
25	CIBA GEIGY QUÍM. S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	55.529
26	CEVAL ALIMENTOS	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	55.478
27	SADIA CONCÓRDIA S.A. IND. COM.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	54.200
28	CEBRASP S.A. (BRAHMA SP)	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	52.653
29	PISA PAPEL DE IMPRENSA S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	49.318
30	NITROFÉRTIL FERT. NITROGENAD. NORD.	BA	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	48.517
31	GRANJA REZENDE S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	46.822
32	FAB. TECIDOS TATUAPÉ S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Têxtil	41.805
33	HOECHST BR. QUÍM. FARMACÊUTICA S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Química	41.535
34	ELDORADO S.A. COM. IND. IMPORTAÇÃO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	40.398
35	CASAS SENDAS COM. IND. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	38.743
36	AVIPAL S.A. AVICULTURA AGROPECUÁRIA	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	37.262
37	HERING TÊXTIL S.A.	SC	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	37.020
38	CIA. CERVEJARIA BRAHMA	RJ	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	35.999
39	NOVA AMÉRICA S. A.	RJ	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	34.658
40	ACESITA ENERGÉTICA S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	32.034
41	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA NORD. S.A.	BA	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	31.665
42	COTENE COTEMINAS NORDESTE S.A.	RN	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	31.576
43	FRIGOBRÁS CIA. BRAS. FRIGORÍFS.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	31.130
44	FRANGOSUL S.A. AGROAVÍCOLA INDL.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	30.484
45	CERVEJARIAS REUNS. SKOL CARACU S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	29.913
46	BRASWEY S.A. IND. COM.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	29.665
47	PISA FLORESTAL S.A.	PR	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio atacadista	27.514
48	BOMPREÇO S.A. SUPERMERCADOS NE	PE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista	26.806
49	PRODS. QUÍMICOS ELEKEIROS S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	22.989
50	CHOCOLATES GAROTO S.A.	ES	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	22.547

Class. geral	Razão social	Estado	Sociedade A (aberta) F (fechada)	Origem do capital	Data do último balanço	Atividade	Imobilizado líquido
51	CERVEJARIA ANTÁRCTICA NIGER S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	22.265
52	VICUNHA NORDESTE S.A. IND. TÊXTIL	CE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	21.856
53	DU PONT DO BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	20.971
54	MARCHESAN IMPLEM. MAQS. ABAS.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	19.753
55	CIA. INDL. PAPEL PIRAHY	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	19.450
56	IAP S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	19.421
57	COPEBRÁS S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	19.121
58	KIBON S.A. INDS. ALIMENTÍCIAS	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Prods. alimentares	18.789
59	IND. PAPEL CELULOSE SALTO S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão	18.634
60	CIA. INDL. MERCL. PAOLETTI	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	17.442
61	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA PARAÍBA S.A.	PB	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	17.136
62	COTENOR S.A. IND. TÊXTIL	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	16.660
63	ADUBOS TREVO S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	16.649
64	BRASPÉROLA IND. COM. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	16.641
65	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA PIAUÍ S.A.	PI	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	15.755
66	SEIVA S.A. FLORESTAS INDS.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	14.830
67	ARAFÉRTIL S.A.	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	14.329
68	INCOBRASA INDL. COML. BRAS. S.A.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	14.193
69	IND. QUÍM. FARMACÊUTICA SHERING S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	13.999
70	PRODS. ROCHE QUÍMS. FARMACS. S.A.	RJ	F	Estrangeiro	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	13.821
71	M DIAS BRANCO S.A. COM. IND.	CE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	13.325
72	ZENECA BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química	13.116
73	S.A. USINA CORURIPE AÇÚCAR ÁLCOOL	AL	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	13.030
74	ACHÉ LAB. FARMACÊUTICOS S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	12.745
75	SANDOZ S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	12.047
76	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA POLAR S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	11.838
77	IND. BEB. ANTÁRCTICA AMAZÔNIA S.A.	AM	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	11.807
78	LPC INDS. ALIMENTÍCIAS S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	11.398
79	ELIZABETH S.A. IND. TÊXTIL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	11.355
80	CIA. AGR. ZILLO LORENZETTI	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	11.244
81	PRIMO SCHINCARIOL IND. REFRIGS. S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	11.174
82	CIA. TÊXTIL KARSTEN	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	11.162
83	CARPA-SERRANA AGR. RIO PARDO S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	10.846
84	DOHLER S.A. COM. IND.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	10.478
85	MANAH S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química	9.557
86	SLC S.A. IND. COM.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	8.405
87	CIA. FIAÇÃO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	8.334
88	CIA. ITACOLOMY CERVEJAS	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	7.726
89	SAMRIG S.A. MOINHOS R. GRANDENSES	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	7.615
90	IND. PRODS. ALIMS. PIRAQUÊ S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	7.221
91	RANDON S.A.VEICS. IMPLEMENTOS	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Material de transporte	6.406
92	VICUNHA S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	6.095
93	CAMPO BELO S.A. IND. TÊXTIL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil	5.244
94	BRISTOL MYERS SQUIBB BR S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Prod. farmac. veterin.	4.564
95	FIAT ALLIS LATINO-AMERICANA S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica	4.417
96	CIA. MELHORS. NORTE PARANÁ	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola	3.647
97	SOC. TÉCN. INDL. LUBRIFS. SOLUTEC S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química	3.646
98	CIRNE CIA. INDL. RN	RN	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares	2.096
99	CERVEJARIA KAISER SÃO PAULO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas	167
100	REFRESCOS BRASIL S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Servs. aux. ativ. econôm.	0

Tabela 6 — As 100 maiores empresas do Agribusiness
Classificação alfabética — CR$ milhões — 1993

Class. geral	Razão social	Estado	Sociedade A (aberta) F (fechada)	Origem do capital	Data do último balanço	Atividade
59	ACESITA ENERGÉTICA S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez. 93	Setor agrícola
44	ACHÉ LAB. FARMACÊUTICOS S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prod. farmac. veterin.
52	ADUBOS TREVO S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química
43	ARACRUZ CELULOSE S.A.	ES	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
80	ARAFÉRTIL S.A.	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química
13	AVIPAL S.A. AVICULTURA AGROPECUÁRIA	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola
12	BAYER BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química
35	BOMPREÇO S.A. SUPERMERCADOS NE	PE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista
36	BRASPÉROLA IND. COM. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
37	BRASWEY S.A. IND. COM.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
62	BRISTOL MYERS SQUIBB BR S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Prod. farmac. veterin.
71	CAMPO BELO S.A. IND. TÊXTIL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
100	CARPA-SERRANA AGR. RIO PARDO S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola
15	CASAS SENDAS COM. IND. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista
84	CATERPILLAR BRASIL S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica
14	CEBRASP S.A. (BRAHMA SP)	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
26	CELPAV CIA. VOTORANTIM CELUL. PAPEL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
61	CENIBRA CELULOSE NIPOBRÁS S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
27	CERVEJARIA ANTÁRCTICA NIGER S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
78	CERVEJARIA KAISER SÃO PAULO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
17	CERVEJARIAS REUNS. SKOL CARACU S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
7	CEVAL ALIMENTOS	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
29	CHOCOLATES GAROTO S.A.	ES	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
87	CIA. TÊXTIL KARSTEN	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
97	CIA. AGR. ZILLO LORENZETTI	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola
3	CIA. ANTÁRCTICA PAULISTA	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
6	CIA. BRAS. DISTRIBUIÇÃO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista
2	CIA. CERVEJARIA BRAHMA	RJ	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
67	CIA. FIAÇÃO TECIDOS CEDRO CACHOEIRA	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
75	CIA. INDL. MERCL. PAOLETTI	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
70	CIA. INDL. PAPEL PIRAHY	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
98	CIA. ITACOLOMY CERVEJAS	MG	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
96	CIA. MELHORS. NORTE PARANÁ	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola
28	CIA. SUZANO PAPEL CELULOSE	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
8	CIBA GEIGY QUÍM. S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química
89	CIRNE CIA. INDL. RN	RN	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
24	COPEBRÁS S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química
25	COTENE COTEMINAS NORDESTE S.A.	RN	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
68	COTENOR S.A. IND. TÊXTIL	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
63	DOHLER S.A. COM. IND.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
20	DU PONT DO BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química
46	DURAFLORA S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola
23	ELDORADO S.A. COM. IND. IMPORTAÇÃO	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio varejista
21	ELIZABETH S.A. IND. TÊXTIL	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
60	FAB. TECIDOS TATUAPÉ S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Têxtil
11	FERTILIZANTES FOSF. S.A. FOSFÉRTIL	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química
48	FIAT ALLIS LATINO-AMERICANA S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica
32	FRANGOSUL S.A. AGROAVÍCOLA INDL.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
19	FRIGOBRÁS CIA. BRAS. FRIGORÍFS.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
22	GRANJA REZENDE S.A.	MG	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola
69	HERING TÊXTIL S.A.	SC	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil

Class. geral	Razão social	Estado	Sociedade A (aberta) F (fechada)	Origem do capital	Data do último balanço	Atividade
16	HOECHST BR. QUÍM. FARMACÊUTICA S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Química
81	IAP S.A	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química
66	INCOBRASA INDL. COML. BRAS. S.A.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
88	IND. BEB. ANTÁRCTICA AMAZÔNIA S.A.	AM	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
10	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA NORD. S.A.	BA	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
55	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA PARAÍBA S.A.	PB	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
38	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA PIAUÍ S.A.	PI	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
30	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA POLAR S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
9	IND. BEBIDAS ANTÁRCTICA R.J. S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
76	IND. PAPEL CELULOSE SALTO S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
86	IND.PRODS. ALIMS. PIRAQUÊ S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
51	IND. QUÍM. FARMACÊUTICA SHERING S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prod. farmac. veterin.
34	INDS. PAPEL SIMÃO S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
40	ITAMARATY FILTROS PAPEL S.A.	PR	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
64	JARI CELULOSE S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
42	KIBON S.A. INDS. ALIMENTÍCIAS	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Prods. alimentares
4	KLABIN FABRIC. PAP. CELULOSE S.A.	BA	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
94	LPC INDS. ALIMENTÍCIAS S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
45	M DIAS BRANCO S.A. COM. IND.	CE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
54	MANAH S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química
72	MARCHESAN IMPLEM. MAQS. ABAS.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica
65	NITROFÉRTIL FERT. NITROGENAD. NORD.	BA	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química
95	NOVA AMÉRICA S. A.	RJ	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
74	PAPEL CELULOSE CATARINENSE S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
41	PERDIGÃO AGROINDL. S.A.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
92	PISA FLORESTAL S.A.	PR	F	Priv. Nac.	Dez.93	Comércio atacadista
31	PISA PAPEL DE IMPRENSA S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
93	PRIMO SCHINCARIOL IND. REFRIGS. S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Bebidas
53	PRODS. QUÍMICOS ELEKEIROS S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Química
39	PRODS. ROCHE QUÍMS. FARMACS. S.A.	RJ	F	Estrangeiro	Dez.93	Prod. farmac. veterin.
73	RANDON S.A. VEICS. IMPLEMENTOS	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Material de transporte
77	REFRESCOS BRASIL S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Servs. aux. ativ. econôm.
5	RHODIA S.A.	SP	A	Estrangeiro	Dez.93	Química
58	RIOCELL S.A.	RS	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
47	RIPASA S.A. CELULOSE PAPEL	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
85	S.A. USINA CORURIPE AÇÚCAR ÁLCOOL	AL	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
49	SADIA CONCÓRDIA S.A. IND. COM.	SC	A	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
82	SAMRIG S.A. MOINHOS R. GRANDENSES	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Prods. alimentares
57	SANBRA SOC. ALGODOEIRA NORD. BR. S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Prods. alimentares
83	SANDOZ S.A.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química
90	SANTA MARIA CIA. PAPEL CELULOSE	PR	F	Priv. Nac.	Dez.93	Cel. papel e papelão
99	SEIVA S.A. FLORESTAS INDS.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Setor agrícola
33	SLC S.A. IND. COM.	RS	F	Priv. Nac.	Dez.93	Mecânica
91	SOC. TÉCN. INDL. LUBRIFS. SOLUTEC S.A.	RJ	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química
1	SOUZA CRUZ S.A.	RJ	A	Estrangeiro	Dez.93	Servs. aux. ativ. econôm.
50	ULTRAFÉRTIL S.A. IND. COM. FERTILIZ.	SP	F	Priv. Nac.	Dez.93	Química
79	VICUNHA S.A.	SP	A	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
18	VICUNHA NORDESTE S.A. IND. TÊXTIL	CE	F	Priv. Nac.	Dez.93	Têxtil
56	ZENECA BRASIL S.A.	SP	F	Estrangeiro	Dez.93	Química

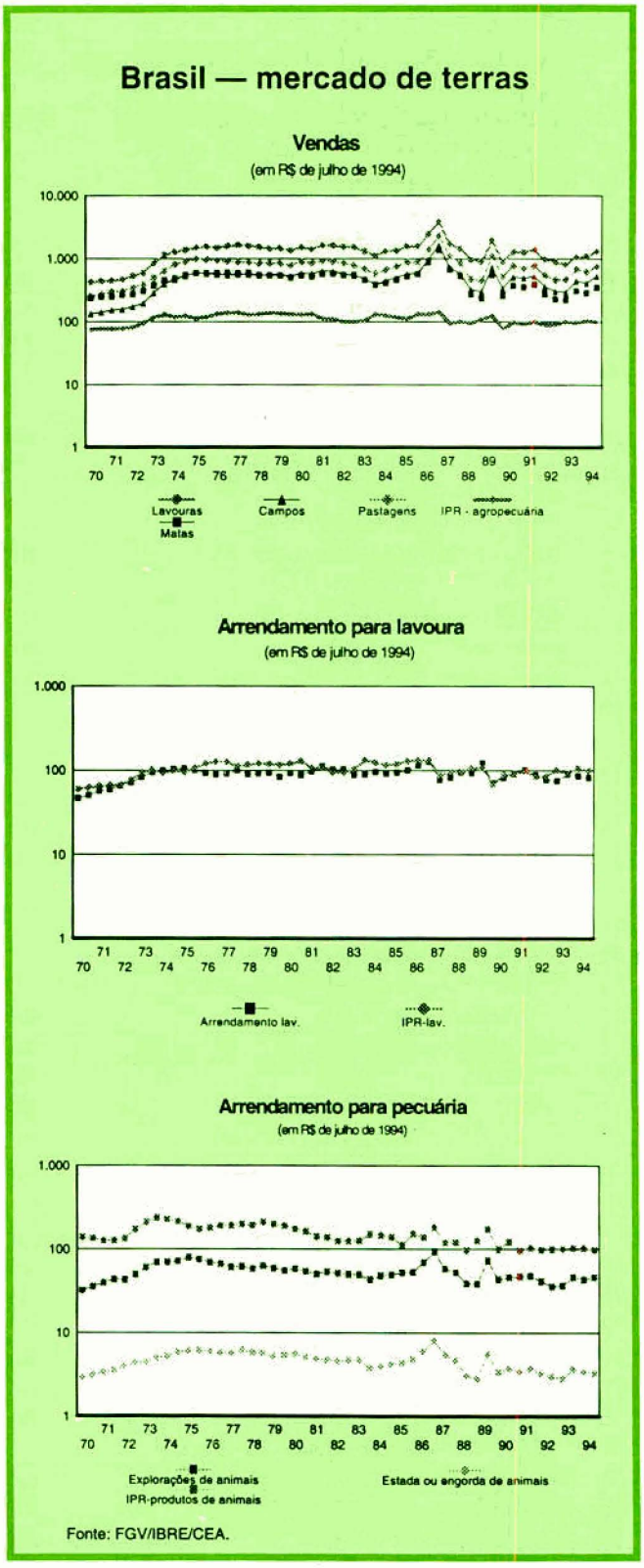
Preço da terra: 25 anos de observação

Dos pontos de vista teórico e empírico, a análise dos preços da terra é tarefa das mais complexas. Vários fatores contribuem para essa dificuldade. A própria definição do objeto das transações mostra os problemas envolvidos: embora seja costumeiro se referir à terra nua qualificada segundo sua aptidão de uso (ver box), este conceito oculta uma série de particularidades, como, por exemplo, fertilidade natural do solo, disponibilidade de água etc., para não falar de aspectos como proximidade de estradas ou de centros de comercialização e benfeitorias existentes, que não podem ser totalmente isolados.

Outro ponto a ponderar é a pouca transparência do mercado. As transações ocorrem entre agentes que em geral não revelam o resultado das negociações, e os registros obrigatórios tendem a ser distorcidos na medida em que há interesse em ocultar os valores por razões tributárias. Cabe também levar em conta que a extensão da terra comprada ou vendida é fator que também influencia seu preço.

Por fim, deve-se considerar que, no caso do mercado de terras, é praticamente impossível o conhecimento das quantidades ofertadas e demandadas. Mesmo levando-se em conta que a terra não é um bem reprodutível, é sabido que novas tecnologias podem trazer para o mercado terras que, de outra forma, seriam consideradas de pequeno ou nenhum valor (o cerrado é um exemplo marcante) e que a erosão e outros fatos assemelhados podem tirar do mercado quantidades substanciais de terra. Assim, a quantidade potencial de terra pode variar ao longo do tempo. Mas a oferta relevante para o mercado depende da disposição do proprietário de se desfazer do bem.

Embora as formulações que a teoria econômica apresenta para explicar o movimento dos preços da terra estejam eivadas de controvérsia,[1] os autores são quase que unânimes em apontar a influência exercida pelo caráter de reserva de valor assumido pela terra, sobretudo em economias inflacionárias, o que faz com que os movimentos dos preços se relacionem de forma bastante es-



[1] Para uma síntese abrangente das questões envolvidas na análise teórica do preço da terra, ver: Romeiro, Ademar (coord.). *O mercado de terras*. Ipea, 1994. 204p. (Série Estudos de Política Agrícola. Relatórios de Pesquisa, 13.) Projeto Pnud/BRA/91/014.

Os dados: algumas definições. O Centro de Estudos Agrícolas coleta, no fim de cada semestre, os preços da terra, em nível municipal, com o objetivo de construir os respectivos índices. O levantamento é executado pelas empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural e pela Ceplac, no caso da área cacaueira. Apenas no estado de São Paulo se utilizam as informações coletadas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Os números expressam situações concretas, sem levar em consideração esperança de realização de contratos ou valores sabidamente declarados com o propósito de cumprir determinações legais.

No que se refere às informações sobre vendas de terras, o preços referem-se à média das transações efetivadas, com base no valor da terra nua (sem quaisquer benfeitorias) e de qualidade comum à região. São excluídos os negócios com terras localizadas junto às cidades (a fim de fugir ao efeito de valorização urbana) ou de qualidade excepcional (muito acima ou abaixo da média).

Lavouras são terras propícias para o plantio de culturas permanentes ou temporárias; campos são terras onde há predominância de gramíneas grosseiras; pastagens são terras cobertas por gramíneas palatáveis (de boa aceitação pelo gado); e matas são terras com cobertura florística de certo porte (incluindo caatinga ou cerrado, desde que seja este o revestimento local mais comum).

Quanto aos arrendamentos agrícolas em dinheiro, tem-se o preço médio mais comumente pago no local da coleta. São excluídos os valores de parcerias (meias, terças ou outras) ou quaisquer outros arrendamentos pagos, total ou parcialmente, em espécie. Convém esclarecer que os arrendamentos de explorações animais correspondem aos arrendamentos (em dinheiro) de terras para colocação de gado, e os arrendamentos para engorda ou estada de animais referem-se à guarda de animais durante determinado período (geralmente curto).

treita com o mercado financeiro, contribuindo para a complexidade da análise.

Apesar de todas essas dificuldades, é interessante observar, de um modo empírico, o comportamento do valor da terra. O gráfico 1 mostra uma série de observações relativas ao período 1970-94. Em primeiro lugar, chamam a atenção as curvas[2] representativas dos quatro tipos de terra que apresentam uma evolução bastante semelhante, o que parece indicar que os movimentos de tais cotações é influenciado primordialmente por algum fator que pouco tem a ver com suas aptidões produtivas. Em outras palavras, mais importante do que seu uso para cultivo de vegetais, madeira ou criação de animais é o fato de ser *terra*, isto é, um ativo real com perspectivas próprias de valorização, o que determina a variação de sua cotação.

Em segundo lugar, cabe destacar que a evolução das curvas apresenta três fases bastante nítidas. A primeira, que se estende até 1975, é claramente ascendente e coincide com a fase do "milagre" brasileiro. A segunda, que vai até o segundo semestre de 1985, se caracteriza por uma certa estabilidade dos preços da terra. Finalmente, a fase mais recente se salienta pela acentuada flutuação dos preços de um semestre para outro.

De certa forma, o comportamento dessa última fase não causa estranheza, na medida em que esse período foi marcado pela sucessão de planos de estabilização, com mudanças nas regras econômicas que, sem dúvida, devem ter acentuado o caráter especulativo do mercado. Mesmo assim, é interessante observar que o período 1975-85, quando os preços da terra se mantiveram mais estáveis, foi também marcado por fatos de ordem macroeconômica que poderiam suscitar incertezas no que tange ao componente especulativo do mercado de terras, como as crises do petróleo, a crise da dívida externa e várias maxidesvalorizações da moeda, bem como a escalada inflacionária. Foi também nesse período, a partir de 1979, que o crédito rural — apontado por alguns autores, a exemplo de Rezende,[3] como um dos determinantes do movimento dos preços de venda da terra — entrou em crise.

Outra forma de acesso à terra é o arrendamento. Nesse caso não há transferência de propriedade, mas apenas cessão de uso. Assim, não é de estranhar que os valores pagos pelo arrendamento acompanhem de perto o mo-

[2] Optou-se pelo uso da escala logarítmica para destacar a proporcionalidade das variações. Como se sabe, na escala logarítmica, distâncias iguais ao longo do eixo vertical indicam variações percentuais iguais, em vez de variações absolutas iguais, como ocorre na escala natural.

[3] Rezende, Gervásio de Castro. Crédito rural subsidiado e o preço da terra no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, *12*(2):117-38, ago. 1982.

vimento dos preços recebidos pelos produtores, uma vez que o contrato de arrendamento só se justifica se houver intenção de exercer a atividade produtiva (ver gráficos 2 e 3).

Brasil — preços médios de arrendamentos, vendas de terras, salários e serviços no meio rural
(em R$ de julho de 1994)

Discriminação	Unidade	1993 1º sem.	1993 2º sem.	1994 1º sem.
Arrendamentos				
Lavouras	(ha/ano)	90,08	85,74	81,51
Explorações animais	(ha/ano)	46,73	43,79	46,48
Estada e engorda de animais	(cabeça/mês)	3,65	3,42	3,26
Vendas de terras				
Lavouras	(ha)	1.054,19	1.085,81	1.303,92
Campos	(ha)	448,31	413,07	536,25
Pastagens	(ha)	677,88	620,04	760,72
Matas	(ha)	310,84	288,99	353,09

Fonte dos dados primários, brutos: Empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV.

Os preços dos arrendamentos têm menor variação que os das vendas, embora se possa verificar que sua trajetória mostra as mesmas fases que foram constatadas no caso das vendas de terra. A série de arrendamentos para lavoura é bem mais estável que a dos relativos a explorações animais, o que também se observa no caso dos índices de preços recebidos pelos agricultores.

A tabela mostra os preços praticados nos últimos três semestres. No período, os montantes pagos pelos arrendamentos, de modo geral, decresceram, enquanto os preços de venda das terras tiveram evolução positiva. É interessante registrar que, embora o índice de preços recebidos pelos agricultores para as lavouras, já descontada a inflação, tenha registrado evolução positiva no semestre, os preços dos arrendamentos para lavoura declinaram. Dois fatores devem ser considerados na análise desses resultados. Por um lado, o IPR foi bastante influenciado pela alta dos preços do café. Por outro, essa redução nos preços de arrendamentos pode ter sido mais um dos fatores que permitiram que, no período mais recente, os agricultores tivessem absorvido a queda nas cotações de produtos da lavoura sem reduzir suas atividades. Contudo é bom não esquecer que, segundo dados do Censo Agropecuário de 1985 (o último realizado no Brasil), apenas 3,5% da área dos estabelecimentos do país se encontravam sob responsabilidade de arrendatários. É verdade que, como os arrendamentos se concentram em algumas atividades, o impacto dos aluguéis de terra tem repercussão setorial bem maior.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO
ADIB JAMIL AMIN

FINANCIAMENTO AGRÍCOLA

Reformas na comercialização devem preceder a reforma de crédito rural

O esgotamento dos recursos públicos para financiamento das safras levou o setor privado a criar um conjunto de instrumentos de crédito para o custeio e a comercialização. Tais são os casos dos certificados e das cédulas, como CM-G, CLB e CPR.[1]

O desenvolvimento dos novos títulos de crédito processou-se preponderantemente no mercado secundário, onde estão os investidores em papéis e títulos e valores mobiliários (as chamadas securities*). Esse mercado é o responsável pelo financiamento das safras em muitos países, operando com títulos lastreados por produtos depositados em armazéns ou por documentos de depósito de real credibilidade.*

[1] Para um resumo desses títulos ver, por exemplo, Lopes, Mauro de Rezende. Os novos sistemas de financiamento de safras. *Agroanalysis, 14* (3), nov. 1994.

Há um mercado secundário de títulos que pode financiar as safras agrícolas

Estima-se que o mercado secundário tem US$200 bilhões para investimentos em papéis do mercado financeiro, inclusive em títulos representativos de operações com produtos agrícolas estocados, lastreados por documentos de depósito.[2] Compõem este segmento do mercado financeiro os bancos de investimento, fundos diversos, financeiras, cadernetas de poupança, agentes em geral dos mercados de capitais e investidores no país e no exterior. A rede bancária poderá participar da comercialização com apoio de investidores, através dos fundos de commodities. As seguradoras poderão também participar no mercado. Finalmente, as bolsas e os mercados futuros poderão operar com esses títulos. Esse é um grande mercado que merece títulos de boa credibilidade e liquidez, mas sobretudo de baixo risco.

O mercado secundário tem interesse nos títulos, mas não conhece a agricultura. E não precisará conhecer, se o mercado que emite os títulos for de alta credibilidade. Na falta de um mercado de credibilidade procurar-se-á uma instituição financeira que "avalize" os títulos, pois o mercado secundário não corre riscos além dos peculiares a seu mercado.

Por que não se desenvolveu um mercado secundário de títulos de crédito de comercialização no Brasil?

Porque no Brasil esse mercado não se desenvolveu a ponto de substituir — com vantagens, diga-se de passagem — os empréstimos do governo federal (EGF) e aqueles da linha de crédito de estocagem do Banco Central.[3] A resposta envolve um conjunto grande de questões, que podem ser sumarizadas em poucos pontos.

O mercado secundário não se desenvolveu porque não havia um mercado primário desses títulos, é óbvio. O mercado primário é o mercado onde estão os emitentes dos títulos (depositantes das mercadorias), os serviços de comercialização (classificação e armazenagem) e as armazenadoras (que emitem os documentos de depósito). Pode-se perguntar: sem esse mercado, pode existir um mercado secundário de títulos lastreados por produtos em depósito? A resposta é óbvia: não. Se esse mercado não funcionar eficientemente, não há o segundo mercado que financia os produtos agrícolas.

Os serviços de armazenagem que são os mais necessários nesse processo não têm qualidade, pelo menos em escala nacional. As razões são conhecidas: a) na fronteira agrícola faltam graneleiros e sobram armazéns convencionais (armazéns de ensacados); b) a tecnologia e a formação de profissionais deteriorou-se com a extinção do Centro de Treinamento em Armazenagem (Centreinar), em Viçosa; c) os contratos de depósito não são equilibrados na preservação dos direitos de depositantes e depositários; e) não há tabelas de desconto de umidade e impureza confiáveis (o que leva o produtor a depositar uma mercadoria e não saber quando e a que custo ele vai retirar sua mercadoria); f) não existe fiscalização dos armazéns gerais por parte das juntas comerciais (com poucas exceções).

Estima-se que o mercado secundário tem US$200 bilhões para investimentos em papéis do mercado financeiro.

Devido à falta de fiscalização, generalizaram-se práticas lesivas ao interesse dos depositantes do produto, tais como descontos excessivos, apropriação de parte da produção estocada para cobrir eventuais perdas e cobrança de onerosos serviços de secagem e limpeza. Esses problemas têm prejudicado demais o próprio setor de armazenamento.

Os serviços de classificação são muito pobres (com raras exceções). São conhecidos os problemas decorrentes de ter o Ministério da Agricultura se limitado a transferir a responsabilidade dos serviços, sem acompanhamento técnico, administrativo-financeiro das dificuldades enfrentadas pelos órgãos prestadores desse serviço. As receitas originárias dos serviços não são reutilizadas na melhoria dos próprios serviços.

O órgão de classificação fica extremamente dependente da administração direta estadual. Faltam aos serviços infra-estrutura, equipamento, instalações e pessoal. Há o recurso. Poucas seriam, na prática, as entidades estaduais deficitárias se o que arrecadam com a prestação dos serviços fosse usado no custeio dos órgãos. Mas, por não ser assim, tem-se um quadro claro de queda de qualidade nos serviços.

Há outros fatores menos óbvios que impediram o financiamento privado das safras no Brasil

Não há suporte legal eficiente que proteja os direitos dos que investem nos títulos lastreados por commodities

[2] Ver, sobre essa questão, a entrevista de Maílson Ferreira da Nóbrega, Novas formas de financiar a agricultura. *Agroanalysis*, *14* (3), nov. 1994. p.2-5.

[3] Os empréstimos de formação de estoques, que o Banco Central já regulamentou, cumprem a finalidade de financiamento do primeiro comprador dos estoques e não facilitam ao próprio produtor estocar seu produto, na espera de melhor preço no mercado na entressafra. Essa linha de crédito substituiu em parte o EGF.

em depósito. Deveria ficar assegurada a execução rápida e sumária das garantias, caso houvesse o descumprimento do pagamento dos títulos. A legislação nesse mister é de caráter geral e não específica. A lei de armazéns gerais protege o *warrant* e pouco mais do que isso (se tanto, pois a Justiça é lenta no Brasil). Talvez por isso mesmo o *warrant* foi o título lastreado em commodities que teve largo curso no país.

Os riscos são elevados no Brasil e os seguros correspondentes são, até certo ponto, insuportáveis para os títulos e os tomadores dos empréstimos. O risco de produção tem um custo de 11,7% no caso do Proagro e entre 1,5 a 19%, conforme o produto, no caso da Cosesp. Os riscos de crédito custam cartas de fiança com cobrança da emissão entre 4 e 6%. É preciso não esquecer que esses custos incidem sobre os custos do crédito de TR mais juros.

O mercado secundário tem interesse nos títulos, mas não conhece a agricultura. E não precisará conhecer, se o mercado que emite os títulos for de alta credibilidade.

Os riscos de preço são ainda maiores e difíceis de serem cobertos por seguro de preço. Os custos da carta de fiança em parte se destinam a cobrir esses custos. O problema é que não há uma percepção exata desse risco no mercado. Não se conhece exatamente a sua magnitude e nem os mecanismos formadores de preço em uma economia aberta com custos elevados de importação e exportação. No passado, o risco de preços era absorvido pela política de garantia de preços mínimos, hoje sem recursos para prosseguir nessa tarefa. Poucos produtos podem hoje desfrutar de operações de mercados futuros: a soja e o café são alguns deles. Mesmo assim, com limitações e apenas no exterior.

O risco institucional, ou seja, o risco da intervenção das instituições do governo nos mercados agrícolas — para o qual não há seguro, diga-se de passagem — não está inteiramente afastado do mercado. Muito menos em períodos de estabilização econômica. Esse risco é acima do risco natural de preços no mercado, como tratado anteriormente.

Faltam instituições especializadas para operações com títulos garantidos por produtos em estoque

Para que esses mercados se desenvolvam é preciso que os títulos sejam operados tanto com baixos custos de transação quanto com um risco de crédito mínimo. As instituições (no sentido amplo da palavra) não garantem isso, mas facilitam.

Assim, é preciso haver instituições tais como um sistema de custódia que permita acompanhar a emissão, o endosso, as negociações e a propriedade dos documentos. Custódia é mais do que segurança no depósito de documentos. É o acompanhamento rápido das transações operadas com os documentos, pois estes são garantias de empréstimos concedidos.

Há que se ter um depósito central dos documentos e seus registros de transações. Deve haver o sistema de *clearing*, ou seja, é preciso haver um meio de conciliar as operações de compra e venda de documentos. Pode haver uma empresa que opere como uma *clearing house* e desempenhe o papel de interface entre compradores e vendedores, garantindo a liquidação das operações. (E isso pode ser feito por uma empresa privada que registre as operações de compra e venda de produtos agrícolas.)

Um terceiro papel no sistema está reservado à liquidação das operações. Através dessa função as transações são liquidadas. Na data da liquidação é preciso haver um sistema de compensação simultânea dos pagamentos com os débitos e créditos correspondentes. Se esse sistema não existe, os custos de transação e os riscos de crédito são elevados.

Conclusão: as reformas foram feitas às avessas no Brasil

Primeiro desenvolveram-se o mercado secundário e os títulos como CM-G, CLB e CPR. Agora as preocupações se voltam para o desenvolvimento do mercado primário, sob pena de os títulos não prosperarem em mercados estreitos e limitados por poucas operações.

A seqüência correta das reformas teria sido principiar pelos mercados primários, onde se emitem os títulos e se prestam os serviços básicos de comercialização. O Estado deveria ter criado um conjunto de documentos de depósito de amplo e irrestrito curso, amparado por uma legislação moderna de proteção dos emitentes e dos depositantes. A falta de seqüência sempre prejudica o resultado final das reformas.[4] Isso, contudo, não tira de forma alguma o mérito das experiências recentes no mercado secundário de títulos; elas até contribuíram para explicitar as reformas necessárias no mercado primário.

Uma vez reformado o mercado primário, os serviços de comercialização, e criada a credibilidade dos documentos destinados a lastrear os títulos, seria desenvolvido o mercado secundário, com seus investidores privados e institucionais.

As reformas nas legislações de armazenagem deveriam vir antes de qualquer outra reforma. Nessa reforma seriam criadas as bases para a emissão dos documentos de depósito e para a boa guarda e conservação das mercadorias em depósito — pré-requisitos fundamentais para o

[4] Ver, por exemplo, uma discussão desse ponto no artigo de Lopes, Mauro de Rezende. Reformas agrícolas: os custos dos ajustes parciais. *Conjuntura Econômica,* jul. 1994. p. 25-9.

funcionamento dos mercados de grãos, cereais, fibras e oleaginosas.

As reformas necessárias nos serviços básicos

Assim, se pretendemos desenvolver um mercado que financie a agricultura, devemos começar por uma reforma nos serviços básicos de comercialização. O setor de armazenagem no Brasil necessita de reformas estruturais.[5] Há uma infra-estrutura implantada, mas os problemas da organização econômica e legal do setor têm impedido o seu desenvolvimento. Embora tenham sido relegados a um segundo plano, os serviços prestados por este setor são vitais para a comercialização.

Há um conjunto de reformas indispensáveis na armazenagem:

a) prosseguimento das reformas de privatização no setor de armazenamento público, hoje paralisadas. O governo iniciou a privatização de grande parte da extinta Cibrazem. O plano inicial era privatizar cerca de 450 armazéns, de um total de 550, aproximadamente (há informações de que foram privatizados cerca de 180);

b) melhoria da tecnologia de armazenamento. As principais atribuições da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em combinação com o Centreinar (que inexplicavelmente se encontra desativado), está nas áreas de desenvolvimento tecnológico, criação de normas, manuais de procedimentos e rotinas de inspeção, formação de mão-de-obra técnica qualificada (e não de operação física e econômica de unidades armazenadoras);

c) investimento em pesquisas prioritárias nas áreas de comercialização e armazenagem;

d) estudo de eficiência dos serviços de classificação, pois sabe-se que embora o serviço arrecade taxas suficientes para oferecer um serviço de qualidade, os recursos vão para os estados, que por sua vez não os repassam ao serviço;

e) estudo do sistema de informações de mercado. Este é um serviço-chave para a comercialização, e no Brasil os produtores não têm acesso à informação independente. A informação que o produtor obtém é já viciada pelos intermediários;

f) estudos dos padrões dos serviços de pulverização, limpeza, secagem e embalagem oferecidos aos usuários, inclusive de oportunidades de mercado interno e externo, com recomendações de aprimoramento e melhoria de qualidade dos mesmos;

g) reforma da Lei nº 1.102 — lei de armazéns gerais. A Lei nº 1.102 necessita de atualização, principalmente no tocante ao papel das juntas comerciais na atuação direta e na responsabilidade pela fiscalização. Isso não pode ser feito só pelo governo federal e pelos estados;

h) estabelecimento de documentos de depósitos uniformes e negociáveis. A Lei nº 102 criou o recibo de depósito (RD), o conhecimento de depósito (CD) e o *warrant* (W). Os armazéns gerais podem emitir os três. As cooperativas, que não podem emitir W nem CD e são responsáveis por grande parte da comercialização de grãos, emitem o certificado de depósito e o recibo de depósito;

O risco institucional — para o qual não há seguro, diga-se de passagem — não está inteiramente afastado do mercado.

i) busca de solução para o problema das "quebras técnicas" e realização de pesquisas para determinar parâmetros admissíveis. Esse problema já é conhecido tecnicamente, e é possível mediar as quebras técnicas tornando-as admissíveis; e

j) implantação do regime de responsabilidade técnica (RT) nos armazéns gerais e silos. Esse regime permitiria a assistência técnica de profissionais às armazenadoras e a fiscalização do exercício profissional de RT junto às armazenadoras. A conservação de grão e produtos agrícolas requer conhecimentos científicos e tecnológicos, indispensáveis à atividade armazenadora.

Essas reformas não deverão acarretar custos adicionais para o setor público. Vários países estão transferindo essas atividades para o setor privado. Muitas dessas reformas poderão ser conduzidas dentro de um processo de auto-regulamentação do setor de armazenamento no Brasil. A criação de um selo de qualidade resolverá muitos dos problemas da oferta de bons serviços no setor. Há muita armazenadora de primeira qualidade no país. E existem amplas possibilidades de parceria com o setor privado que podem e devem ser exploradas.

MAURO DE REZENDE LOPES

[5] Para uma discussão detalhada desse tema ver, por exemplo, Lopes, Mauro de Rezende. *Propostas de reformulação da comercialização agrícola.* Trabalho preparado para o Fórum da Competitividade do Agribusiness — Fatores de inibição e a nova política agroindustrial. Promovido pelo Ipea. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1994.

A supersafra norte-americana continua pressionando o mercado

A safra 1994/95 começará em condições bem diferentes das de sua antecedente. Os EUA colherão produção inédita, Brasil e Argentina deverão exportar menos, e os preços previstos para o ano que vem são considerados muito fracos.

A atual entressafra não tem apresentado preços elevados para a soja. Com efeito, os preços do mercado interno recuaram paulatinamente durante todo o segundo semestre, sob a pressão baixista das informações provenientes do exterior. O processo de baixa originava-se nas estimativas do USDA para a grande safra norte-americana deste ano; a partir do dia 12 de outubro, também passou a ser influenciado pela reavaliação da produção e dos estoques dos EUA no ano passado. É interessante observar que, no caso dessa previsão, especificamente, os números da nova safra não tiveram tanta repercussão quanto os da anterior, que já eram considerados praticamente definitivos.

A atual colheita norte-americana foi interrompida pelas chuvas de fins de outubro. Mesmo assim, já tinham sido colhidos 74% da área, percentual bem acima dos 67% do ano passado, até àquela época, e acima da média histórica de 70%. Como os rendimentos físicos continuam elevados, alguns analistas acreditavam que o USDA voltaria a divulgar números maiores para a produtividade e a produção. Isso realmente voltou a acontecer e, em 9 de novembro, a nova estimativa superou a de outubro em 3%, considerando-se que a produção somará 68,5 milhões de toneladas.

Contudo, como a produção brasileira deste ano foi recorde, e os preços estiveram favoráveis, as exportações do complexo da soja superaram amplamente as de 1993. Nos primeiros oito meses do ano, obtiveram-se US$3,13 bilhões com as vendas externas, valor mais de 40% acima do verificado no mesmo período um ano antes. Todos os componentes do complexo venderam mais, e o destaque ficou com o óleo, que exportou, em valor, mais de 150% do que o arrecadado em janeiro/agosto do ano passado. Pode-se esperar que a receita de exportação do país com a soja venha alcançar novo recorde, em 1994, superando os US$3,6 bilhões registrados em 1989.

O bom desempenho do óleo ainda continua, pois o total dos registros de exportação, até meados de outubro, atingiu 1,4 milhão de toneladas (85% já embarcadas), o que é o dobro da média do que se exportou no qüinqüênio (718 mil toneladas). Tamanha quantidade, porém, poderá pressionar os preços do produto no mercado interno, até a entrada da próxima safra, levando a novas compras das indústrias brasileiras no exterior, para complementar a oferta local.

As importações chinesas cresceram espetacularmente

China — Balanço[1] de oferta e demanda de óleos e gorduras[2]
População e consumo *per capita* — 1991 a 1994[3]
(em milhões de toneladas)

Discriminação	1991	1992	1993	1994
Estoque inicial	1,13	1,28	1,06	0,63
Produção	7,59	8,03	8,43	8,25
Importações totais	1,98	1,50	1,52	3,35
de óleo de soja	0,32	0,22	0,08	1,10
de óleo de colza	0,28	0,19	0,15	0,61
de óleo de palma	1,21	0,87	1,12	1,44
de outros óleos	0,17	0,22	0,17	0,20
Exportações	0,20	0,15	0,29	0,41
Consumo interno	9,22	9,61	10,08	10,64
Estoque final	1,28	1,06	0,63	1,18
População (milhões de habitantes)	1.150	1.163	1.175	1.188
Consumo *per capita* (kg)	8,02	8,27	8,58	8,96

Fonte: *Oil World*.
[1] Janeiro a dezembro.
[2] Dezessete principais óleos e gorduras.
[3] Previsão.

Convém observar que, se os números do USDA para a soja em grão são baixistas, há estimativas positivas para os derivados. O maior consumo mundial das carnes bran-

cas aumenta a demanda pelo arraçoamento, o que levará a novo recorde no esmagamento mundial de soja (104 milhões de toneladas). O óleo continua enfrentando problemas de escassez no exterior, em razão dos desfalques nas produções asiáticas (China, Índia, Indonésia e Malaísia). A China, por exemplo, de acordo com informações da publicação alemã *Oil World*, absorveu os excedentes exportáveis de óleo de soja das Américas do Norte e do Sul. As exportações sul-americanas desse óleo aceleraram-se desde abril de 1994 e as do óleo de colza europeu, desde o mês de agosto último. Espera-se que os chineses comprem cerca de 3,35 milhões de toneladas de óleos e gorduras vegetais; foram 1,52 milhão de toneladas, de janeiro a dezembro de 1993, conforme é apresentado na tabela. O óleo de soja liderará as aquisições, com 1,1 milhão de toneladas (em 1993, compraram-se tão-somente 76 mil toneladas). Deste total, estima-se que 830 mil toneladas sejam provenientes do Brasil. O óleo de colza passará das 150 mil toneladas de 1993 para 610 mil toneladas, e o óleo de palma, de 1,12 milhão de toneladas para 1,44 milhão de toneladas.

O bom desenvolvimento das lavouras norte-americanas leva a sucessivas reavaliações para cima, do tamanho da safra de soja dos EUA.

A situação chinesa interessa sobremaneira aos produtores ocidentais. Em 1994, seus estoques de óleo corresponderam a apenas 75% do consumo. Para 1995, a expectativa é de que as importações chinesas diminuam, pois seus estoques voltaram a crescer. Até setembro último, as compras chinesas de óleo de soja totalizaram 2,5 milhões de toneladas. Mantida a atual fase expansiva da economia chinesa, o mercado mundial continuará contando com o apoio da demanda daquele país. No entanto, diante dos estoques que estão sendo constituídos, pode-se esperar que o governo chinês opte, em 1995, por reduzir um pouco as importações. Sua forte demanda deste ano responde pela redução dos estoques combinados de óleo de soja da Argentina, do Brasil e dos EUA, que registraram, em 1-10-1994, 400 mil toneladas abaixo do total estocado em 1-10-1993.

A ex-URSS também pode apresentar-se como um comprador importante, mas sua situação é um tanto nebulosa. Para atenuar o problema da apertada oferta interna de carne, a Rússia, por exemplo, tem aumentado bastante suas importações de carne de frango: este ano, deverão alcançar o recorde de 350 mil toneladas, o quádruplo do que foi importado entre janeiro e dezembro de 1993.

O relatório do USDA apontou que, em 1994/95, as exportações norte-americanas de soja em grão aumentarão 25%. No total mundial, o aumento será de 13%, mas o Brasil exportará 3% a menos, e a Argentina, 9% a menos. No caso do farelo, as exportações estão estimadas em mais 10% para os EUA, mais 1% para o mundo e mais 2% para os dois países sul-americanos. O óleo tem previsão de manutenção do recorde de exportações de 1993/94: 4,5 milhões de toneladas.

A previsão das cotações mostra que tendem a ficar no máximo em US$5,30/bushel (1 bushel=27,22kg), podendo subir até US$5,75/bushel em maio do próximo ano, valor 15% abaixo do registrado em maio de 1994.

Essa expectativa de menor remuneração tem afetado a conjuntura de mercado da soja brasileira, cujo plantio começou atrasado, em função da seca e do retardamento na chegada de recursos para o custeio na rede bancária. Esses problemas dificultaram a visualização das tendências de plantio, notadamente de algodão, milho e soja, em algumas regiões, pelas limitações do calendário de plantio. Qualquer que seja a definição — redução da área ou repetição do que foi plantado um ano antes — o cenário de 1994/95 difere bastante do de 1993/94. Além da supersafra norte-americana, as vendas antecipadas da nova safra mal chegam a 25% do que eram em novembro do ano passado. Também a atual situação do câmbio é diferente.

O mercado da China absorveu os excedentes exportáveis de óleo dos países americanos.

Pelo menos, tem-se como certo que o mercado interno será forte demandador de farelo e de óleo, mas nada se pode afirmar quanto ao tamanho da próxima colheita. O primeiro levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento definiu uma faixa de variação em que se situará o desenvolvimento da área plantada. Segundo a Conab, a maior produtividade física das lavouras deverá compensar reduções no plantio, onde ocorrerem. Como tem ocorrido expansão nas vendas de máquinas agrícolas e de fertilizantes, isso poderá refletir-se em maior rendimento físico médio nas plantações de soja, o que colocaria a safra mais uma vez no patamar de 24 milhões de toneladas.

No relatório do USDA de novembro, estima-se que a safra brasileira será de 23,7 milhões de toneladas, e que as exportações do grão atingirão 4,8 milhões de toneladas (contra 5,3 milhões em 1993/94). O esmagamento cairia apenas 0,5%, ficando em 18 milhões de toneladas, redução igual à da produção de farelo, que atingiria 14,15 milhões de toneladas, com exportações de 9,75 milhões de toneladas (10 milhões de toneladas, em 1993/94).

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

Parque agroindustrial de fécula se expande

A safra de 1994 deverá crescer cerca de 10% em relação à anterior, totalizando cerca de 24 milhões de toneladas. Esse resultado se deve, entre outros fatores, à boa rentabilidade obtida com a raiz no ano passado, considerada estimulante pelos produtores rurais.

No Paraná, que está disputando com o Pará a hegemonia na produção da raiz, a produção de fécula este ano deverá alcançar 150 mil toneladas, o que corresponde a 60% da oferta nacional. Mas as fecularias paranaenses estão preocupadas com a disponibilidade de matéria-prima, pois o crescimento do parque industrial do estado foi proporcionalmente maior que o da produção da raiz, segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca (Abam). A perspectiva da indústria é de que o nível de ociosidade das fábricas deverá elevar-se em 1994. Isso continuará dando sustentação aos preços recebidos pelos produtores da raiz. Deve-se observar também que, além das 29 fecularias existentes no Paraná, existem cerca de 207 unidades processadoras de farinha que, em conjunto, constituem um importante canal de escoamento da produção primária naquele estado.

No ano passado, a produção da raiz alcançou 21,9 milhões de toneladas, repetindo o modesto desempenho de 1992. A seca no Nordeste foi o principal fator limitante da produção em 1993. As perdas nordestinas neste ano foram porém compensadas pelo bom desempenho nas demais regiões, o que permitiu equilibrar o resultado final da safra.

O real fluxo de aproveitamento da mandioca não é bem conhecido, uma vez que não se dispõe de dados consistentes a respeito. Sabe-se que se destina, em grande parte, ao consumo animal. Mas a quantidade destinada ao arraçoamento seria diferenciada nas duas grandes regiões produtoras, Nordeste e Sul, em função da oferta de outras rações. Assim, no Nordeste, 70% da produção seriam destinados ao arraçoamento, enquanto na região Sul, em face da maior oferta de milho e de farelo, essa destinação diminuiria para 35%, de acordo com estimativas da Conab. Esta instituição, com base em algumas conversões agroindustriais, também estima aproximadamente as quantidades destinadas às diferentes vias de aproveitamento da raiz, o que permite traçar um esquema simplificado (ver gráfico).

Aproveitamento agroindustrial é pequeno

Em termos agroindustriais, os principais produtos obtidos com a raiz são a farinha e a fécula. A produção de fécula ou amido, por ser pequena e mais localizada, é mais fácil de ser mensurada. Além disso, o grau de associativismo nessa atividade agroindustrial é bastante elevado, facilitando o controle quantitativo da produção.

A Abam estima uma produção anual de fécula em torno de 250 mil toneladas. Esse ramo agroindustrial vem apresentando razoável dinamismo nos últimos anos, com o surgimento de três a quatro novas fecularias a cada ano, segundo fontes do mercado. Tem havido também um deslocamento dessa atividade para regiões não-tradicionais, como o Centro-Oeste, devido à substituição da mandioca pelo fumo em Santa Catarina e no Paraná, estados que concentram grande número de fecularias. O alto custo de mão-de-obra nos estados de maior tradição agrícola também explicaria a recente migração das indústrias para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O principal mercado comprador de fécula de mandioca é a indústria de derivados de carne, que a utiliza para dar liga aos embutidos. Parte da produção seria também destinada à indústria de papel e de colas. Outro produto considerado de grande potencial de mercado é a fécula modificada, da qual se podem obter pré-gelatinizados para alimentos de baixas calorias, plásticos biodegradáveis e produtos de uso farmacêutico, entre outros.



Pressupondo um consumo animal da raiz em nível nacional da ordem de 60% do total produzido, a Conab estima que, em 1993, foram produzidas cerca de 1,5 milhão de toneladas de farinha de mesa. De acordo com a mesma fonte, no ano passado o preço real médio da farinha no atacado de São Paulo foi 12,5% inferior ao de 1992, ano em que a produção da raiz declinou cerca de 10% em relação ao nível dos dois anos anteriores.

As safras de 1992 e 1993 foram praticamente equivalentes e alcançaram níveis apenas regulares, mas em 1993 houve uma certa inibição na evolução dos preços da farinha em relação a 1992. Isso porque a seca do Nordeste provocou desemprego e redução no nível de renda da região, principalmente na zona canavieira.

ELIANA CONDE B. VIGLIO

ACEROLA

Setor agroindustrial impulsiona a produção

Alvo de campanhas de divulgação na década de 80, visando a disseminar o plantio e o consumo, a acerola foi popularizada basicamente em função do seu elevado teor de vitamina C. Mas quem de fato está se encarregando de sua expansão em termos de área cultivada é o setor agroindustrial. Ainda que os projetos tenham forte caráter experimental, as empresas vêm paulatinamente consolidando e ampliando seus mercados, tanto no nível interno como no externo, na esteira de uma crescente demanda mundial por produtos saudáveis e naturais.

As informações sobre a atual área de cultivo são em geral obtidas com as próprias agroindústrias, uma vez que o sistema oficial de extensão não dispõe de dados. Além disso, esse é um dos poucos segmentos agroindustriais em que a verticalização tende a ser predominante, ou seja, os plantios em geral pertencem às próprias empresas processadoras. Isso parece estar relacionado à elevada perecibilidade da fruta, o que torna difícil para a indústria controlar o manejo pós-colheita em áreas contratadas com terceiros. Visto que o mercado internacional é extremamente rigoroso quanto a padrões sanitários e qualitativos no comércio de frutas tropicais e derivados, a empresa tem de exercer um eficiente controle sobre a qualidade do produto destinado à exportação, sobretudo aqueles cujas características organolépticas se alteram rapidamente após a colheita.

Acerola
Custo de implantação — sem irrigação

Anos	Custo (US$/ha)	Produtividade (kg/ha)
1	2,429	—
2	1,729	10,000
3	1,868	15,000
4	1,977	20,000

Fonte: Codevasf (Projeto Nilo Coelho — Petrolina — PE).

Uma totalização aproximada da área ocupada com a lavoura em 1993 indica que foram empregados no mínimo cerca de 1.700 hectares, considerando apenas os plantios vinculados direta ou indiretamente ao setor agroindustrial. A Caju do Brasil S.A. (Cajuba), considerada a maior produtora individual no Brasil, possui cerca de 450 hectares na Bahia. No Rio Grande do Norte localizam-se importantes projetos, como o da Mossoró Agroindustrial S.A. (Maisa), que ocupa cerca de 450 hectares na chapada do Açu. No vale do rio São Francisco haveria cerca de 300 hectares plantados, 200 dos quais integrados à Nischirey do Brasil Agrícola Ltda., que opera sem produção própria. Há também um importante pólo produtor em Castanhal, no Pará, pertencente à Cooperativa Agrícola Mista da Amazônia (Copama), com cerca de 200 hectares plantados, sendo a maior parte da produção destinada à exportação. Os grupos Utiara, Frutos do Brasil Ltda. (Brasfrut) e Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta) são outros exemplos de empresas que também investem na fruta, mas em menor escala.

Remuneração baixa nas áreas contratadas à indústria

Nos perímetros irrigados do vale do rio São Francisco, a remuneração média que o agricultor obtém com a fruta está em torno de US$0,40 por quilo do produto de primeira (maiores e mais vermelhos) entregue à indústria. Mas essa remuneração é baixa, considerando que a produtividade média fica em torno de 20 toneladas/hectares/ano (o que ocorre a partir do quarto ano, quando a produção se estabiliza) e que os custos operacionais levantados pela Codevasf são de aproximadamente US$1.977 por hectare, a partir do quarto ano (ver tabela).

No que se refere ao mercado internacional, o Japão é um mercado promissor, mas muito exigente e de difícil penetração. Os japoneses preferem adquirir a fruta congelada *in natura*, devido à preocupação em evitar alterações por perda de vitaminas ou mudanças na coloração, o que pode vir a ocorrer com o esmagamento. A Alemanha, outro grande mercado em potencial, tem aumentado gradativamente as suas compras de polpa, que é utilizada para a produção de *mixed juice*, uma mistura de diversos sucos de frutas muito apreciada na Europa.

ELIANA CONDE B. VIGLIO

VINHOS

Os vinhos brancos de 1994 foram considerados muito bons

O mercado de vinho e derivados surpreendeu por sua boa movimentação, desde o ano passado. De acordo com dados da União Brasileira de Vitivinicultura (Uvibra), em 1993 foram comercializados 292,3 milhões de litros dessas bebidas, sendo 201,2 milhões de litros dos vinhos comuns, o que representou 69% do total.

Os vinhos de viníferas tiveram 43,9 milhões de litros vendidos (15%) e os especiais totalizaram 1,85 milhão de litros. As vendas totais do ano passado superaram em 16% as de 1992, quando se comercializaram 252,6 milhões de litros (180 milhões dos comuns — com 71% do total —, 34,8 milhões dos vinhos de variedades viníferas e 0,9 milhão dos especiais). Ainda não foi igualado o movimento de vendas realizado em 1986 (314 milhões de litros), ano do Plano Cruzado, mas é importante ressaltar o crescimento. Isso demonstra que o subsetor superou o temor da integração das economias do Cone Sul, que prenunciava dias difíceis. Evidentemente, continua sendo feita a reconversão da viticultura, mas no que se refere à vinicultura, há muitos anos o padrão tecnológico aqui implantado permite compensar quaisquer deficiências das frutas. Permanecem, porém, expectativas quanto ao comportamento dos produtores argentinos, desejosos, segundo a Uvibra, de colocar no mercado brasileiro vinho de qualidade inferior a granel, para a produção de vinho comum.

A boa participação dos vinhos de cepas européias constitui um fator positivo. Chegaram ao país nos anos 70 e se disseminaram no Rio Grande do Sul, chegando também ao vale do rio São Francisco, onde a empresa produtora da marca Botticelli cultiva seis variedades asiáticas e européias (Sylvanner, Cabernet Sauvignon, Moscato Canelli, Chenin Blanc, Sauvignon Blanc e Petite Sirah).

Os vinhos de 1994 entraram no mercado no segundo semestre, quando os consumidores começam a degustar o bom tinto da safra de 1991.

Os primeiros vinhos produzidos foram os brancos de variedades precoces e, segundo o Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho, da Embrapa, sediado em Bento Gonçalves, os deste ano estão sendo considerados muito bons. As uvas viníferas entraram mais tarde nas cantinas, e sabe-se que o processo industrial exigirá correção, pois apresentaram baixo teor de açúcar, em razão das chuvas de fevereiro, na Serra Gaúcha. No segundo semestre, o produto da vindima de 1994 começou a ser encontrado com maior disseminação na ponta final do consumo. Os vinhos tintos da safra de 1991, considerados excelentes, também entraram no mercado. Espera-se que a estabilização da economia tenha efeito favorável sobre o consumo, mas permanece a necessidade de campanhas promocionais, ainda mais quando se leva em conta a confirmação dos cronogramas das tarifas alfandegárias do Mercosul. Sempre houve o

temor, entre os agentes econômicos ligados à atividade, de que os consumidores brasileiros viessem a dar preferência aos vinhos dos países vizinhos, vale dizer, argentinos, pela mera curiosidade de degustação de um produto importado, ignorando os notáveis ganhos de qualidade que a vinicultura brasileira registrou nos últimos anos. Considerando-se que as exportações argentinas não se notabilizam pela qualidade, a preocupação faz sentido.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

CARNES

Os vilões da inflação?

No último inverno, época da entressafra de carne bovina, os preços desta e do frango tiraram o sono das autoridades econômicas e assustaram os consumidores, principalmente a partir de meados de outubro. Porém, a comparação dos preços médios reais praticados nos meses de julho a outubro, quando normalmente são mais intensos os efeitos dessa menor oferta, leva a constatações surpreendentes: os valores praticados nesses meses foram os menores desde 1980.

Passados os primeiros meses da implantação do Plano Real, o governo enfrentou dificuldades típicas da época de entressafra agropecuária, no que diz respeito ao abastecimento e aos preços de alguns produtos. Grande destaque foi dado à carne bovina e, por tabela, ao frango, devido aos seus elevados pesos na composição dos índices inflacionários. No caso, o efeito adverso causado pela prolongada seca no Centro-Sul do país, sentido desde o início do segundo semestre até fins de outubro, acentuou os matizes dessa tendência sazonal.

A cada inverno repete-se o quadro de desabastecimento da carne de boi, conseqüência perversa do fato de o gado de corte brasileiro ser criado principalmente de forma extensiva. Assim, a curva de preços reais recebidos pela arroba do boi gordo em geral se eleva anualmente a partir de maio/junho. Cai, após novembro, quando a normalização do período de chuvas leva à recuperação dos pastos, aumentando a oferta do animal para abate.

Por seu turno, a avicultura de corte tradicionalmente aproveita essa fase de aumento dos preços da carne vermelha para recompor suas margens.

Tabela 1
São Paulo — boi gordo (BG), carne bovina no varejo (CB)
Preços mensais reais recebidos — jan./out. 1994
(atualizados pelo IGP-DI para out. 1994)

Meses	BG (R$/kg)	CB (R$/kg)	CB/BG
janeiro	1,91	3,38	1,77
fevereiro	1,87	3,02	1,61
março	1,88	3,16	1,68
abril	1,71	3,17	1,85
maio	1,52	2,88	1,89
junho	1,85	4,19	2,26
julho	1,58	3,49	2,21
agosto	1,65	3,15	1,91
setembro	1,64	3,22	1,96
outubro	2,02	3,70	1,83

Fontes: FGV/CEA, IEA/SP.

Portanto não é de admirar que, desde agosto, os preços do boi gordo tenham ascendido, a despeito das tentativas retóricas do governo visando a reverter essa tendência. Afinal, entressafra é incompatível com preços estáveis ou em queda, a não ser que o único antídoto, representado pelas importações, seja acionado com a devida antecipação para internalizar o produto.

Tabela 2
São Paulo — boi gordo (BG), carne bovina no varejo (CB)
Preços recebidos (R$/kg) — médias reais
de julho a outubro — 1980 a 1994
(atualizadas pelo IGP-DI para out. 1994)

Anos	BG (R$/kg)	CB (R$/kg)	CB/BG
1980	3,82	6,27	1,64
1981	2,58	4,84	1,88
1982	2,50	4,95	1,98
1983	3,17	5,82	1,84
1984	3,39	5,42	1,60
1985	2,89	4,95	1,71
1986[a]	3,03	4,12	1,36
1987	2,60	4,43	1,70
1988	2,33	3,87	1,66
1989	2,30	3,91	1,70
1990	2,17	4,04	1,86
1991	2,08	3,80	1,83
1992	1,90	3,34	1,76
1993	2,02	3,24	1,60
1994	1,67	3,28	1,96

Fontes: FGV/CEA, IEA/SP.
[a] Julho/agosto/outubro.

Além do mais, a cada plano econômico tradicionalmente observam-se ações especulativas por parte daqueles que detêm estoques não-perecíveis, dando origem a apostas num eventual fracasso das medidas determinadas pelo governo.

No entanto, cabe a pergunta: até que ponto a pressão dos preços das carnes sobre a inflação derivou de uma real especulação orquestrada pelos criadores? Afinal, na ponta do varejo, acumularam-se queixas quanto à intensidade dos aumentos dos preços de ambos os produtos. O sentimento do consumidor final foi de que os limites considerados *aceitáveis* para uma tendência histórica teriam sido rompidos, caracterizando uma forte especulação nos balcões varejistas.

Confrontando-se os preços mensais reais do boi gordo recebidos pelos criadores no estado de São Paulo ao lon-

Tabela 3
São Paulo — frango vivo (FV), frango limpo no varejo (FL)
Preços mensais reais recebidos (R$/kg) — jan./out. 1994
(atualizados pelo IGP-DI para out. 1994)

Meses	FV (R$/kg)	FL (R$/kg)	FL/FV
janeiro	0,73	1,51	2,07
fevereiro	0,74	1,37	1,85
março	0,75	1,46	1,95
abril	0,69	1,43	2,07
maio	0,69	1,40	2,03
junho	0,66	1,38	2,09
julho	0,67	1,45	2,16
agosto	0,63	1,35	2,14
setembro	0,64	1,31	2,05
outubro	0,75	1,48	1,97

Fontes: FGV/CEA, IEA/SP.

go dos 10 primeiros meses do presente ano, observa-se que, em plena entressafra (ou seja, nos meses de julho a outubro), sua média foi 4% menor do que aquela referente ao primeiro semestre (ver tabela 1).

Além do mais, também é verdade que o nível atingido pelo preço do boi gordo de julho a outubro de 1994 foi o menor desde 1980, enquanto o da carne bovina praticamente igualou-se ao recorde baixista registrado em 1993 (ver tabela 2). De fato, as médias do preço do boi gordo e da carne bovina no varejo, para o quadrimestre relativo a 1994, foram respectivamente 37% e 27% menores do que as médias do mesmo quadrimestre para os 14 anos precedentes.

Por outro lado, confrontando-se os preços do boi gordo com os preços médios mensais da carne bovina no varejo da cidade de São Paulo ao longo de 1994, houve uma clara tendência ao aumento da relação a partir de abril (ver tabela 1). O aguçamento deu-se em junho e julho — meses em que o preço no varejo representou mais do que o dobro da cotação do boi — cedendo em seguida.

Tabela 4
São Paulo — frango vivo (FV), frango limpo no varejo(FL)
Preços recebidos (R$/kg) — médias reais de
julho a outubro — 1980 a 1994
(atualizadas pelo IGP-DI para out. 1994)

Anos	FV (R$/kg)	FL (R$/kg)	FL/FV
1980	1,48	2,99	2,02
1981	1,38	2,74	1,99
1982	1,11	2,26	2,04
1983	1,38	3,03	2,20
1984	1,56	2,80	1,79
1985	1,64	2,90	1,77
1986[a]	1,74	2,67	1,53
1987	1,13	1,91	1,69
1988	1,17	2,23	1,91
1989	1,06	2,16	2,04
1990	1,08	2,36	2,19
1991	0,79	1,57	1,99
1992	0,74	1,57	2,12
1993	0,80	1,52	1,90
1994	0,65	1,35	2,08

Fontes: FGV/CEA, IEA/SP.
[a] Julho/agosto/outubro.

Para que se possa avaliar até que ponto esses quocientes inserem-se ou não dentro de uma *normalidade*, selecionaram-se as médias dos mesmos preços para os meses de julho a outubro de todos os anos desde 1980 (ver tabela 2). O resultado é que a relação de preços carne bovina/boi gordo de julho a outubro de 1994, da ordem de 1,96, foi 14% superior à média de 1,72 para o período julho-outubro dos 14 anos precedentes. Uma vez que praticamente igualou-se ao patamar referente ao quadrimestre de 1982, ambos os valores foram, portanto, os recordes da margem de comercialização varejista nos últimos 15 anos.

Ou seja, embora os preços absolutos tanto da carne no varejo quanto o da arroba do boi ao produtor, entre julho e outubro últimos, tenham sido os mais baixos, em termos reais, desde o início da década passada, no atual exercício houve uma recomposição da margem varejista que não se via desde 1982. Fica explicado, portanto, que estavam totalmente equivocados os ataques governamentais aos bovinocultores, caracterizando-os como os culpados pelo aumento dos preços finais da carne na atual entressafra. Aparentemente não se deu a devida atenção ao controle da margem varejista, causa primária da volatilidade registrada junto aos índices inflacionários no período.

Quanto à carne avícola, a situação é um pouco diferente. Desde janeiro, a margem varejista mensal pouco oscilou, à exceção dos meses de junho a agosto (ver tabela 3). Já na comparação dos resultados quadrimestrais desde 1980, a relação entre os preços do varejo e ao produtor foi, em 1994, menor do que as de 1983, 1990 e 1992, embora tenha suplantado em 7,2% a média do período 1980-94 (ver tabela 4).

Por seu turno, os níveis dos preços reais da carne avícola, tanto ao produtor quanto ao consumidor, atingiram, no quadrimestre julho-outubro de 1994, os níveis mais baixos desde o início da década passada (ver tabela 4).

De fato, se as autoridades governamentais temem que uma maior procura pela carne avícola possa incrementar a inflação, por sua vez o setor produtivo não pode ser acusado de colaborar para esse desfecho. Afinal, ao longo dos últimos 10 anos a oferta desse alimento tem aumentado ininterruptamente, crescendo a sua disponibilidade interna *per capita* apesar do avanço simultâneo das exportações. De janeiro a novembro últimos, a Associação Brasileira de Produtores de Pintos de Corte (Apinco) contabilizou uma produção de carne de frango da ordem de 3,1 milhões de toneladas, nível recorde e 8% acima do obtido no mesmo período de 1993.

Mais importante ainda é verificar que a capacidade ociosa média desse setor, desde janeiro, não passou de 4,9%, tendo ficado em praticamente 4% entre julho e novembro. No caso de chegar-se ao final do ano com a média de ociosidade próxima a 5%, ter-se-á atingido o nível anual historicamente mais elevado de utilização da capacidade, suplantando inclusive o até então inédito patamar de 8,7% registrado em 1987. Apenas não se terá chegado às ociosidades mensais de 2,8% e -1,3%, registradas respectivamente em novembro e dezembro de 1986, quando a demanda anormal gerada pelo Plano Cruzado levou o setor a aumentar o rendimento das reprodutoras, mantendo-as em produção além do tempo normal e ideal.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

ÍNDICE FGV/ABAG (IABAG) 1994

Resultados de outubro de 1994

Discriminação	Variação %	Ponderação	Influência IABAG	Influência IGP-DI
Total do mês	5,78	100,00	100,00	79,33
Itens do IPA-DI	6,97	69,16	83,33	66,11
Alimentação	7,61	35,31	46,47	36,86
Matéria-prima bruta	6,30	33,85	36,86	29,24
Algodão arbóreo	-3,87	0,14	-0,10	-0,08
Algodão herbáceo	0,80	1,35	0,19	0,15
Amendoim	29,66	0,10	0,54	0,42
Arroz em casca	-0,21	2,41	-0,09	-0,07
Aves	13,91	2,00	4,81	3,81
Babaçu	3,85	0,08	0,06	0,04
Borracha hévea	0,00	0,14	0,00	0,00
Bovinos	22,73	7,32	28,78	22,83
Cacau	-3,24	0,59	-0,33	-0,26
Café em coco	-4,84	5,08	-4,25	-3,38
Cana-de-açúcar	0,36	5,25	0,33	0,26
Cevada	7,95	0,06	0,08	0,06
Erva-mate (bruta)	12,33	0,04	0,08	0,07
Fumo em folha	-2,11	0,49	-0,18	-0,14
Juta	1,45	0,03	0,01	0,01
Leite *in natura*	2,69	3,61	1,68	1,33
Malva	0,00	0,05	0,00	0,00
Soja	-0,48	1,81	-0,15	-0,12
Suínos	5,51	1,23	1,17	0,93
Trigo	11,85	2,08	4,25	3,37
Itens do IPC-BR	3,13	30,84	16,67	13,23
Alimentação	3,35	28,47	16,51	13,10
Gêneros alimentícios	3,35	25,02	14,48	11,49
Adoçantes	-3,44	0,60	-0,35	-0,28
Arroz e feijão	7,49	1,10	1,43	1,13
Aves e ovos	4,55	1,11	0,88	0,69
Bebidas não-alcoólicas	-1,21	1,55	-0,33	-0,26
Carne bovina	19,31	2,14	7,14	5,67
Carne suína	15,39	0,12	0,31	0,25
Carnes e peixes industrializados	-0,03	1,30	-0,01	-0,01
Condimentos	-2,39	0,83	-0,34	-0,27
Doces e chocolates	-2,07	0,56	-0,20	-0,16
Frutas	9,99	2,99	5,17	4,10
Hortaliças	-0,62	3,80	-0,41	-0,33
Laticínios	3,36	3,34	1,94	1,54
Massas e farinhas	-3,78	0,81	-0,53	-0,42
Óleos e gorduras	-1,26	0,77	-0,17	-0,13
Outros gêneros alimentícios	-1,74	0,22	-0,07	-0,05
Panificados	-2,16	2,59	-0,97	-0,77
Pescado	9,71	0,71	1,20	0,95
Enlatados e conservas	-2,53	0,47	-0,21	-0,16
Alimentação fora	3,40	3,45	2,03	1,61
Bebidas alcoólicas e fumo	0,40	2,37	0,16	0,13

IABAG — outubro de 1994

Os produtos pertencentes ao IPA-DI exerceram influência de 83,3% no IABAG de outubro. Assim, do resultado mensal, que alcançou 5,78%, deveram-se a esses itens 4,82 pontos, sendo de apenas 0,96 ponto a participação dos componentes do IPC. A contribuição do grupo Alimentação do IPA (IPA-ALI), que registrou elevação de 7,6%, foi de 46,5% e a de Matérias-Primas Brutas (alta de 6,3%), de 36,9%. Alimentação do IPC (IPC-ALI), que aumentou apenas 3,4%, teve impacto de 16,5%, isto é, 0,95 ponto.

Os itens de maior influência sobre o IABAG de setembro, conforme pode ser visto na tabela, foram bovinos, com mais 22,7%, componente de Matérias-Primas Brutas, do IPA, e, pelo lado do IPC-Gêneros Alimentícios, carne bovina (+19,3%) e frutas (+10,0%). Hortaliças, também integrante do IPC, que nos últimos meses vinha exercendo importante pressão altista, registrou este mês redução de preços (-0,6%).

Quanto aos produtos do Grupo Alimentação do IPA que não figuram nas tabelas (que somente apresentam o resultado agregado), cabe destacar as altas da laranja (+43,5%), feijão (+40,7%) e mandioca (+15,6%), que em conjunto foram responsáveis por 1,3 ponto do IPA-DI no mês (2,71%).

IABAG x IGP-DI

De janeiro a outubro, a variação acumulada do IABAG alcançou 1.306,5%, resultado que supera em 23,4% o do IGP-DI (1.058,4%). Essas taxas acumuladas encontravam-se muito próximas no final do primeiro semestre do ano (diferença de 2,8%) e desde então passaram a se distanciar sensivelmente, ficando o IABAG, no período julho/outubro, sistematicamente bem acima do IGP-DI. Neste último mês o IGP-DI teve elevação de 2,55% e o IABAG de 5,78%.

IPA x IPA-ALI

Na confrontação entre o IPA e o IPA-Gêneros Alimentícios, em termos acumulados janeiro/outubro, observa-se que o IPA-ALI, com 1.482,8%, superou o IPA (1.003,4%) pela significativa margem de 47,8%. A ampliação da diferença em quatro meses (em junho era de 2,2%) revela o quanto as taxas mensais do IPA-Gêneros Alimentícios estiveram acima daquelas referentes ao IPA como um todo. Em outubro, o IPA foi de 2,71% e o IPA-ALI chegou a 7,61%.

IPC x IPC-ALI

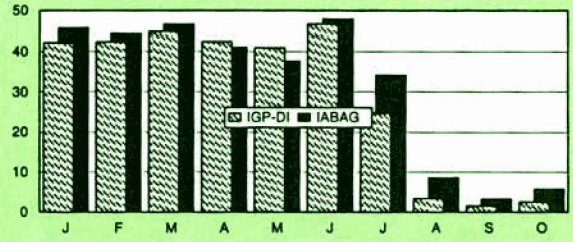
Enquanto a variação acumulada do IPC no período janeiro/outubro alcançava 1.183,4%, a do IPC-Alimentação ficou em 1.256,7%. A diferença entre ambas experimentou pequena elevação, passando para 6,2%. Em outubro, o IPC teve alta de 2,65% e o IPC-ALI de 3,35%.

IABAG — Estrutura

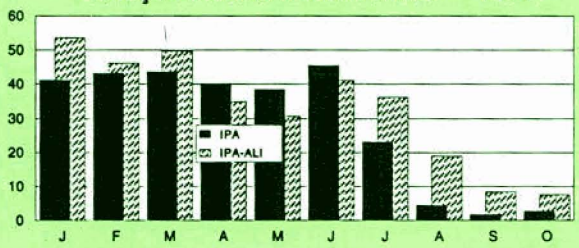
O IABAG é constituído por itens pertencentes ao Índice de Preços por Atacado-Disponibilidade Interna (IPA-DI) e ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Em termos de grandes grupos, os integrantes do IPA-DI classificam-se em Alimentação e Matérias-Primas Brutas, e os produtos e serviços do IPC, em Alimentação (Gêneros Alimentícios e Alimentação Fora) e Bebidas Alcoólicas e Fumo. A importância relativa de cada componente do IABAG (ponderação) e sua influência no índice estão listadas na tabela.

RUBENS ABDELHAY

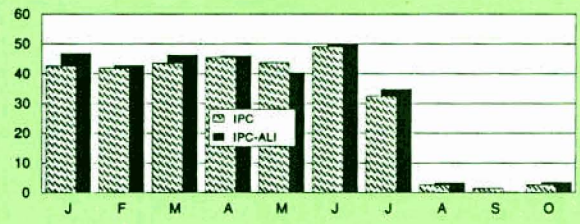
Variação mensal IGP-DI x IABAG — 1994



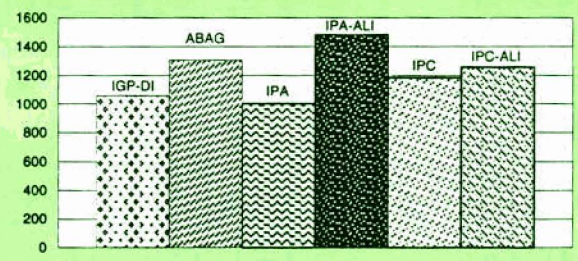
Variação mensal IPA x IPA-ALI — 1994



Variação mensal IPC x IPC-ALI — 1994



Variação acumulada no ano — jan./out. 1994



IABAG

O índice FGV-ABAG vem sendo calculado desde setembro de 1993 como resultado do convênio mantido entre a Fundação Getulio Vargas e a Associação Brasileira de Agribusiness. O índice procura avaliar o impacto dos produtos semiprocessados, processados e in natura *de origem agrícola, no atacado e no varejo, sobre a inflação. A definição da metodologia de cálculo contou com a colaboração da Gerência de Planejamento e Estudos Econômicos da Agroceres.*

IBGE — SÍNTESE ESTATÍSTICA

Conforme os dados mais recentes do IBGE no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, continuam em destaque as produções de feijão (61,45%), algodão herbáceo (19,01%) e cana-de-açúcar (14,52%). Entretanto, neste mês serão comentadas as seguintes lavouras com aumento de produção: milho primeira safra (8,02%), trigo (5,74%) e maçã (6%).

Nesta safra, houve uma recuperação no total da área colhida de milho, o que propiciou aumento em sua produção, que poderia até ter sido maior não fosse a segunda safra de 1994, prejudicada por geada, que comprometeu o rendimento físico da cultura, apesar dos elevados investimentos feitos pelos agricultores na expectativa de suplantarem o resultado do ano precedente.

Já o trigo vem sofrendo um processo de retração na área colhida, o que no entanto não afetou a produção, que cresceu em face do bom rendimento da lavoura

A maçã vem apresentando bom desempenho, com incremento na produção, resultado da organização empresarial montada pelos produtores e também da crescente presença da fruta na pauta de exportações do país.

Produção anual das lavouras (em 1.000t) e área (em 1.000ha)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994*	
	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área
Algodão em caroço	1.813	1.895	2.076	1.830	1.876	1.878	1.134	1.057	1.359	1.179
arbóreo	38	512	39	345	22	284	8	137	18	117
herbáceo	1.783	1.383	2.038	1.484	1.863	1.594	1.126	920	1.341	1.061
Amendoim em casca	137	87	139	88	171	100	150	85	159	92
Arroz em casca	7.419	3.945	9.496	4.127	9.962	4.687	10.143	4.421	10.592	4.447
Banana	550	487	553	490	561	516	559	521	591	522
Batata-inglesa	2.219	158	2.265	161	2.421	172	2.359	162	2.420	168
1ª safra	–	–	–	–	1.406	–	1.285	–	1.325	–
2ª safra	–	–	–	–	699	–	724	–	768	–
3ª safra	–	–	–	–	317	–	350	–	327	–
Cacau	355	664	320	667	328	731	340	733	344	725
Café em coco	2.926	2.906	3.051	2.767	2.587	2.498	2.555	2.257	2.632	2.128
Cana-de-açúcar	262.605	4.271	260.839	4.211	271.432	4.201	244.303	3.863	279.642	4.212
Cebola	887	74	879	76	886	75	917	71	1.007	80
Feijão em grão	2.219	4.680	2.749	5.443	2.795	5.142	2.432	3.808	3.334	5.390
1ª safra	–	–	–	–	1.553	–	1.343	–	1.635	–
2ª safra	–	–	–	–	1.019	–	808	–	1.386	–
3ª safra	–	–	–	–	228	–	281	–	265	–
Fumo em folha	444	272	413	286	577	343	657	372	543	338
Laranja	87.531	910	94.512	981	98.286	987	93.822	798	93.208	838
Mandioca	24.285	1.934	24.531	1.943	21.918	1.826	21.911	1.814	24.056	1.842
Milho em grão	21.341	11.389	23.739	13.110	30.557	13.389	30.065	11.868	32.252	13.728
1ª safra	–	–	–	–	29.096	–	27.799	–	29.917	–
2ª safra	–	–	–	–	1.460	–	2.266	–	2.335	–
Pimenta-do-reino	75	33	84	37	33	29	41	23	36	21
Soja em grão	19.888	11.481	14.938	9.618	19.185	9.436	22.694	10.627	24.856	11.494
Tomate	2.255	61	2.339	61	2.133	52	2.340	53	2.534	59
Trigo em grão	3.093	2.681	2.921	1.995	2.796	1.958	2.201	1.509	2.289	1.346
Uva	786	57	618	57	799	60	786	60	799	59
Abacaxi	736	33	779	34	809	36	818	38	990	45
Alho	71	17	85	19	78	17	87	17	92	18
Aveia em grão	178	193	228	263	295	284	261	266	318	294
Castanha de caju	108	583	186	645	108	695	62	689	198	685
Centeio em grão	5	4	6	5	7	7	5	6	5	4
Cevada em grão	157	105	111	97	128	67	110	67	109	57
Coco-da-baía	734	214	849	228	879	236	823	228	871	231
Guaraná	2	11	2	7	2	7	2	7	2	8
Juta (fibra)	4	3	3	3	3	3	4	3	2	2
Maçã	2.718	22	2.633	26	2.997	24	3.493	26	3.644	27
Mamona	148	290	129	233	102	175	42	140	54	109
Malva (fibra)	19	21	12	13	19	16	17	10	16	10
Rami (fibra)	10	7	8	6	7	5	7	5	4	3
Sisal (sisal)	185	249	234	300	204	264	126	179	129	164
Sorgo em grão	236	138	254	172	285	159	251	125	289	151
Total	–	49.878	–	49.997	–	50.073	–	45.909	–	50.475

Fonte: IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

*Última previsão (outubro de 1994).

Safra de verão 1994/95: perspectivas

As primeiras estimativas disponíveis indicam que a área a ser plantada na região Centro-Sul deverá manter-se praticamente inalterada em relação ao ano anterior. Segundo o IBGE, a área aumentará apenas 0,66%.

Como se sabe, as primeiras estimativas da intenção de plantio estão sujeitas a incertezas. Nesta safra o quadro é ainda mais instável, pois os recursos destinados ao crédito rural (anunciados, tardiamente, em agosto) demoraram a chegar às agências bancárias, dadas as dificuldades de se equacionar fontes de recursos, e a estiagem que assolou boa parte da região impediu que o plantio se desenvolvesse normalmente.

Ambas as circunstâncias podem levar os agricultores a rever seus propósitos. No caso do milho, que se configurava uma alternativa mais rentável nesta próxima safra, é possível que o atraso no plantio leve os agricultores a optar pela soja, mais adequada ao cultivo tardio, apesar das cotações em baixa. Haveria, assim, uma opção por resultados menos compensadores, mas mais seguros.

O algodão é outra lavoura cujo quadro poderá sofrer mudanças. Por um lado, fontes do mercado consideram que as previsões oficiais, baseadas na distribuição de sementes pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, subestimam a área plantada no estado. Por outro, o atraso no plantio poderá levar agricultores mais avessos ao risco a buscar outras opções, ante o receio de condições climáticas desfavoráveis em momentos cruciais do ciclo vegetativo da fibra.

Em muitos casos, contudo, a tecnologia empregada, como investimentos em máquinas ou benfeitorias, pode impedir a busca de alternativas. É o caso, por exemplo, da batata no sul de Minas Gerais ou do arroz no Rio Grande do Sul.

Por fim, é necessário considerar que a dependência climática da agricultura também tem aspectos positivos. Se daqui para a frente São Pedro for clemente, é possível que, mesmo sem uma significativa expansão da área, os números finais da safra sejam bastante favoráveis.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Prognóstico da produção agrícola — out. 1994 — na região Centro-Sul e em Rondônia
Confronto entre as áreas plantada e colhida na safra de 1994 e a área plantada ou a plantar para a safra 1995, principais produtos agrícolas

Área (ha)

Produtos agrícolas	Safra/94		Safra/95	Variação %	
	Plantada [2]	Colhida [3]	Plantada ou a plantar [4]	[4/2]	[4/3]
Total	29.055.528	28.966.725	2.886.234	-0,66	-0,36
Algodão herbáceo (em caroço)	661.146	651.824	712.124	7,71	9,25
Amendoim (em casca) 1ª safra	65.894	65.849	65.771	-0,19	-0,12
Arroz (em casca)	2.865.703	2.839.297	2.712.317	-5,35	-4,47
Batata-inglesa 1ª safra	96.823	96.613	96.258	-0,58	-0,57
Cana-de-açúcar[1]	3.026.422	3.021.104	2.894.525	-4,36	-4,19
Cebola	70.546	70.546	63.453	-10,05	-10,05
Feijão 1ª safra	1.343.838	1.337.980	1.358.359	1,08	1,52
Fumo (em folha)	289.953	288.685	275.261	-5,07	-4,65
Mamona	3.580	3.458	2.624	-26,70	-24,12
Mandioca[1]	592.833	591.776	582.465	-1,75	-1,57
Milho (em grão) 1ª safra	9.022.184	9.002.541	9.151.948	1,44	1,66
Soja (em grão) 1ª safra	10.977.225	10.957.701	10.907.569	-0,63	-0,46
Tomate	39.381	39.151	39.670	0,73	1,33

Fonte: IBGE/Cepagro.

[1]Área destinada à colheita.

Total mundial — arroz beneficiado

Pela segunda vez consecutiva, o estoque final mundial de 1994/95 será menor do que o precedente e ficará 20% abaixo do nível atingido em 1991/92.

Anos-safra 1991/92 a 1994/95 (em milhões de t)

Item	1991/92	1992/93	1993/94[2]	1994/95[3]
Estoque inicial	59,41	55,60	54,72	49,86
Produção	348,28	352,53	350,30	352,06
Consumo	352,09	353,41	355,16	357,54
Importações[1]	12,05	13,99	14,93	14,28
Exportações	14,95	14,97	16,09	15,95
Estoque final	55,60	54,72	49,86	44,38

Fonte: USDA.
[1] Importações e exportações podem não se igualar devido a diferenças nos dados de alguns países.
[2] Estimativa.
[3] Projeção de outubro de 1994.

Tailândia — arroz beneficiado

O aumento da produção de 1994/95 facultará um maior desafogo no balanço tailandês, embora o estoque final venha a ser pouco mais da metade do registrado em 1991/92.

Anos-safra 1991/92 a 1994/95 (em milhões de t)

Item	1991/92	1992/93	1993/94[1]	1994/95[2]
Estoque inicial	0,74	0,93	0,78	0,28
Produção	13,46	13,15	12,20	13,20
Consumo	8,50	8,50	8,50	8,50
Importações	0,00	0,00	0,00	0,00
Exportações	4,77	4,80	4,20	4,50
Estoque final	0,93	0,78	0,28	0,48

Fonte: USDA.
[1] Estimativa.
[2] Projeção de outubro de 1994.

Vietnã — arroz beneficiado

As exportações vietnamitas em 1994/95 deverão corresponder a 13% do total mundial, repetindo a média registrada nos três anos-safra anteriores.

Anos-safra 1991/92 a 1994/95 (em milhões de t)

Item	1991/92	1992/93	1993/94[1]	1994/95[2]
Estoque inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção	14,48	14,32	15,10	14,85
Consumo	12,56	12,52	13,00	12,75
Importações	0,00	0,00	0,00	0,00
Exportações	1,92	1,80	2,10	2,10
Estoque final	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: USDA.
[1] Estimativa.
[2] Projeção de outubro de 1994.

Japão — arroz beneficiado

Após a forte queda observada em 1993/94, a produção japonesa deverá avançar 50% na atual temporada, diminuindo substancialmente a necessidade de importações.

Anos-safra 1991/92 a 1994/95 (em milhões de t)

Item	1991/92	1992/93	1993/94[1]	1994/95[2]
Estoque inicial	ND	0,24	0,38	0,31
Produção	ND	9,62	7,13	10,70
Consumo	ND	9,50	9,40	9,50
Importações	ND	0,02	2,20	0,40
Exportações	ND	0,00	0,00	0,00
Estoque final	0,24	0,38	0,31	1,91

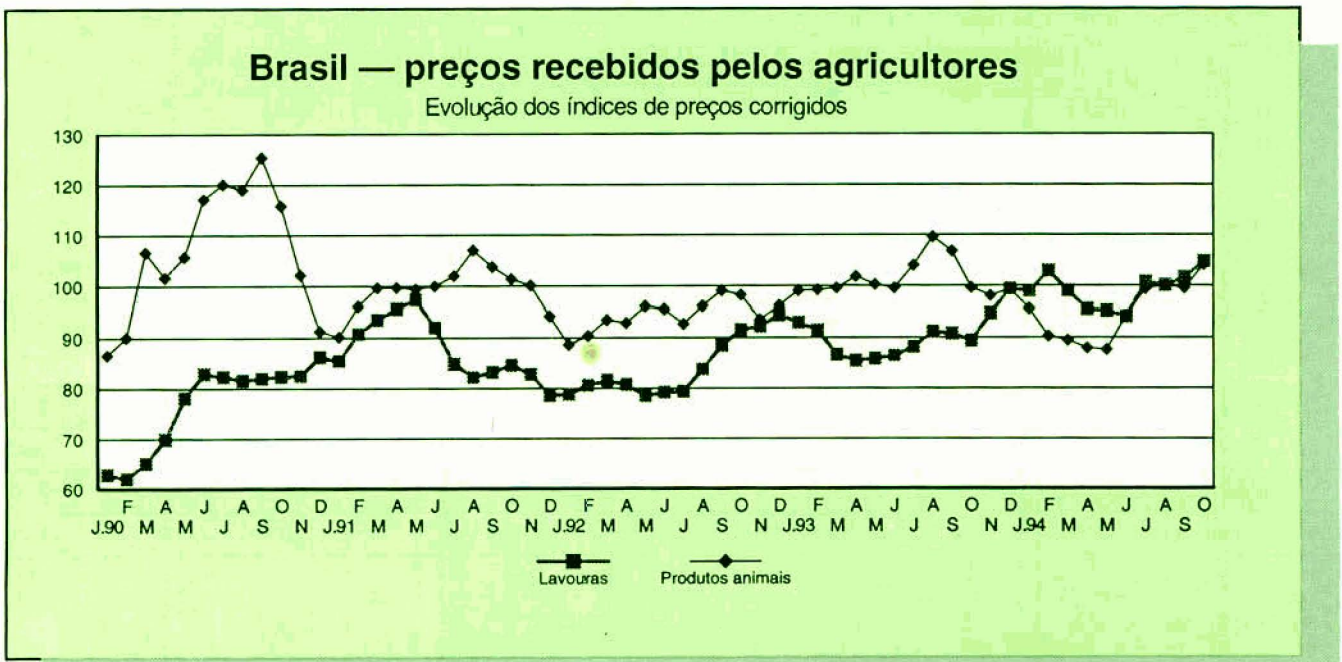
Fonte: USDA.
[1] Estimativa.
[2] Projeção de outubro de 1994.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Brasil — índice de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994=100)

Anos/Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM	Demais lavouras	Produto animal	IPR
1990	0,002	0,002	0,001	0,002	0,002
1991	0,010	0,013	0,007	0,012	0,010
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114
1993	2,602	3,215	1,903	2,829	2,670
Jan. 93	0,383	0,494	0,263	0,408	0,390
Fev.	0,477	0,592	0,347	0,517	0,488
Mar.	0,577	0,708	0,427	0,663	0,603
Abr.	0,730	0,908	0,529	0,870	0,773
Maio	0,970	1,209	0,701	1,132	1,020
Jun.	1,277	1,569	0,943	1,470	1,337
Jul.	1,717	2,098	1,280	2,026	1,813
Ago.	2,371	2,886	1,777	2,852	2,520
Set.	3,234	3,975	2,388	3,808	3,412
Out.	4,306	5,332	3,138	4,799	4,459
Nov.	6,244	7,701	4,578	6,470	6,307
Dez.	8,935	11,109	6,471	8,927	8,913
Jan. 94	12,641	15,632	9,229	12,216	12,466
Fev.	18,735	22,305	14,478	16,425	17,879
Mar.	26,103	30,876	20,382	23,581	25,174
Abr.	35,845	40,526	29,942	33,022	34,806
Maio	50,354	53,874	45,587	46,378	48,890
Jun.	72,980	76,818	67,744	73,149	73,035
Jul.*	97,452	97,111	97,989	96,121	96,984
Ago.	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Set.	103,089	101,389	105,745	101,000	102,362
Out.	109,073	110,509	106,613	108,407	108,848

Descontada a inflação, os índices de preços recebidos relativos aos produtos de origem animal retomam o ritmo ascendente em outubro.



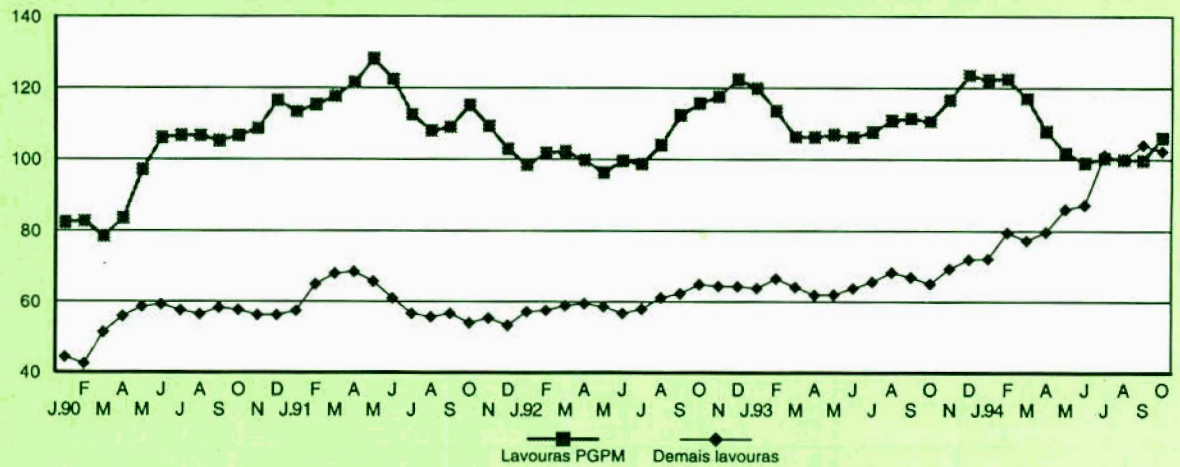
Brasil — índice de preços pagos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994=100)

Anos/Produtos	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,003	0,004	0,003	0,004	0,003	0,004	0,004
1991	0,017	0,020	0,018	0,017	0,013	0,020	0,018
1992	0,177	0,209	0,201	0,223	0,188	0,180	0,196
1993	3,584	3,765	3,916	4,157	4,010	3,705	3,829
Jan.93	0,571	0,643	0,616	0,710	0,539	0,624	0,617
Fev.	0,710	0,798	0,796	0,893	0,765	0,774	0,786
Mar.	0,837	0,969	0,987	1,137	0,905	0,982	0,963
Abr.	1,073	1,197	1,256	1,331	1,162	1,156	1,187
Maio	1,364	1,498	1,617	1,620	1,482	1,741	1,548
Jun.	1,857	1,910	2,136	2,189	2,062	2,031	2,007
Jul.	2,524	2,577	2,794	2,740	2,802	2,644	2,660
Ago.	3,411	3,494	3,668	3,907	3,792	3,349	3,571
Set.	4,615	4,761	4,972	5,253	5,113	4,949	4,913
Out.	6,152	6,449	6,650	7,161	6,943	6,404	6,582
Nov.	8,358	8,905	9,219	9,823	9,497	8,620	9,006
Dez.	11,533	11,981	12,275	13,122	13,053	11,182	12,103
Jan.94	16,417	16,707	16,680	18,305	17,726	17,368	17,146
Fev.	24,387	24,387	24,562	25,332	24,634	24,710	24,626
Mar.	35,352	33,306	34,265	33,999	33,072	33,515	33,826
Abr.	49,184	45,979	48,026	48,162	47,570	46,985	47,426
Maio	67,446	66,388	68,037	63,333	64,876	64,852	65,812
Jun.	93,932	96,199	97,448	89,323	98,184	90,327	94,289
Jul.*	97,496	98,627	99,945	96,465	99,932	95,074	97,841
Ago.	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Set.	99,641	99,996	99,178	102,264	100,000	111,166	102,312
Out.	102,530	100,780	99,950	105,580	100,000	122,930	105,700

Em outubro os preços das lavouras amparadas pela política de garantia de preços mínimos se recuperam, enquanto os preços das demais lavouras declinam.

Brasil — preços recebidos pelos agricultores

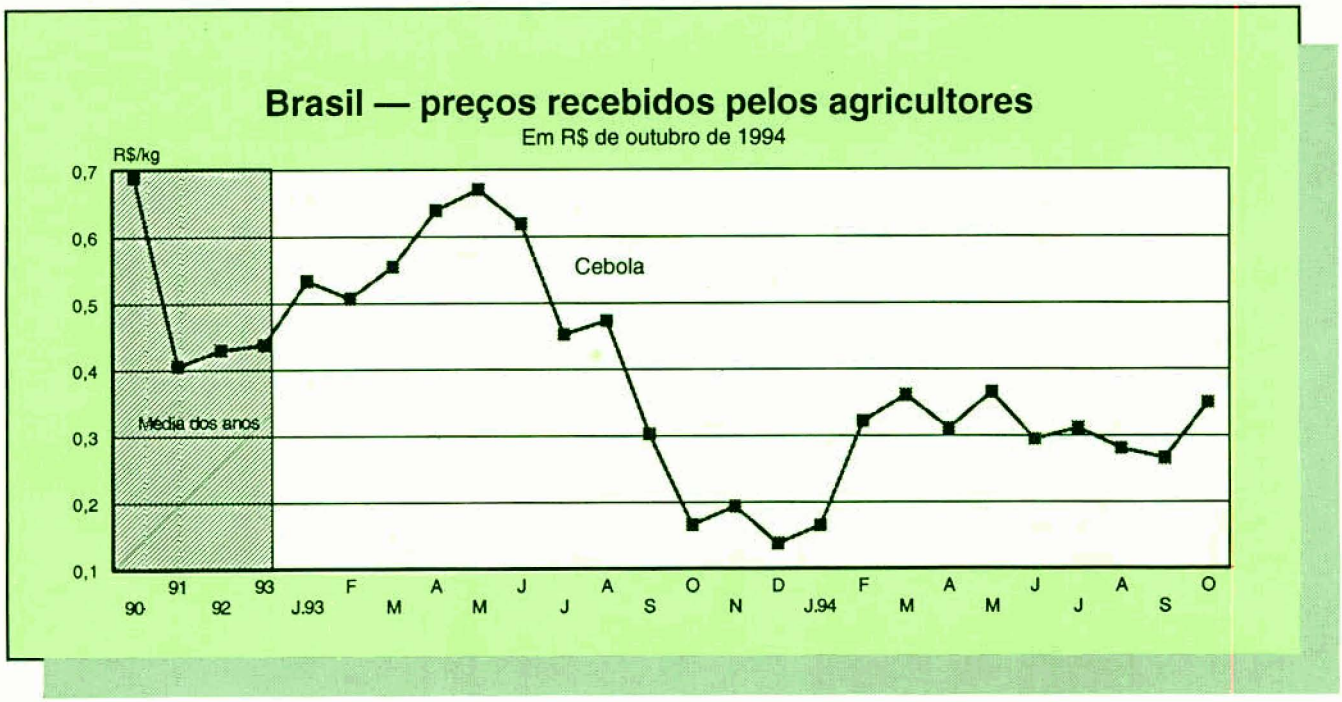
Evolução dos índices de preços corrigidos



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de outubro de 1994/unidade)

Anos/Produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)
1990	0,51	0,44	0,26	0,35	0,40	17,06	0,68	14,83
1991	0,53	0,52	0,34	0,35	0,43	19,33	0,65	15,85
1992	0,46	0,36	0,25	0,26	0,28	19,15	0,56	16,45
1993	0,52	0,46	0,24	0,27	0,30	16,92	0,70	14,69
Jan. 93	0,57	0,32	0,28	0,24	0,31	15,84	0,81	13,14
Fev.	0,61	0,29	0,26	0,25	0,25	16,11	0,70	15,50
Mar.	0,63	0,39	0,24	0,26	0,25	14,98	0,70	14,48
Abr.	0,55	0,45	0,22	0,26	0,26	15,80	0,59	14,55
Maio	0,52	0,49	0,22	0,27	0,44	15,01	0,59	13,94
Jun.	0,51	0,48	0,21	0,28	0,54	14,03	0,61	14,54
Jul.	0,49	0,46	0,22	0,32	0,42	16,51	0,67	14,70
Ago.	0,49	0,53	0,24	0,33	0,33	15,67	0,77	15,12
Set.	0,49	0,60	0,25	0,31	0,20	19,02	0,77	14,55
Out.	0,46	0,56	0,25	0,27	0,16	18,14	0,73	14,97
Nov.	0,47	0,50	0,26	0,24	0,22	20,01	0,75	15,42
Dez.	0,47	0,46	0,29	0,23	0,25	21,88	0,76	15,38
Jan. 94	0,48	0,40	0,30	0,25	0,30	18,49	0,73	15,21
Fev.	0,53	0,35	0,26	0,26	0,45	18,32	0,81	16,49
Mar.	0,55	0,36	0,23	0,29	0,45	18,44	0,81	15,41
Abr.	0,56	0,33	0,21	0,29	0,58	17,47	0,86	15,81
Maio	0,58	0,35	0,21	0,31	0,50	19,64	1,11	15,65
Jun.	0,55	0,37	0,21	0,32	0,36	20,65	1,25	15,57
Jul.	0,44	0,33	0,18	0,28	0,33	15,80	1,49	12,49
Ago.	0,42	0,34	0,19	0,32	0,35	15,11	1,35	12,10
Set.	0,41	0,35	0,19	0,33	0,50	13,68	1,38	11,97
Out.	0,41	0,42	0,20	0,34	0,48	12,39	1,30	11,85

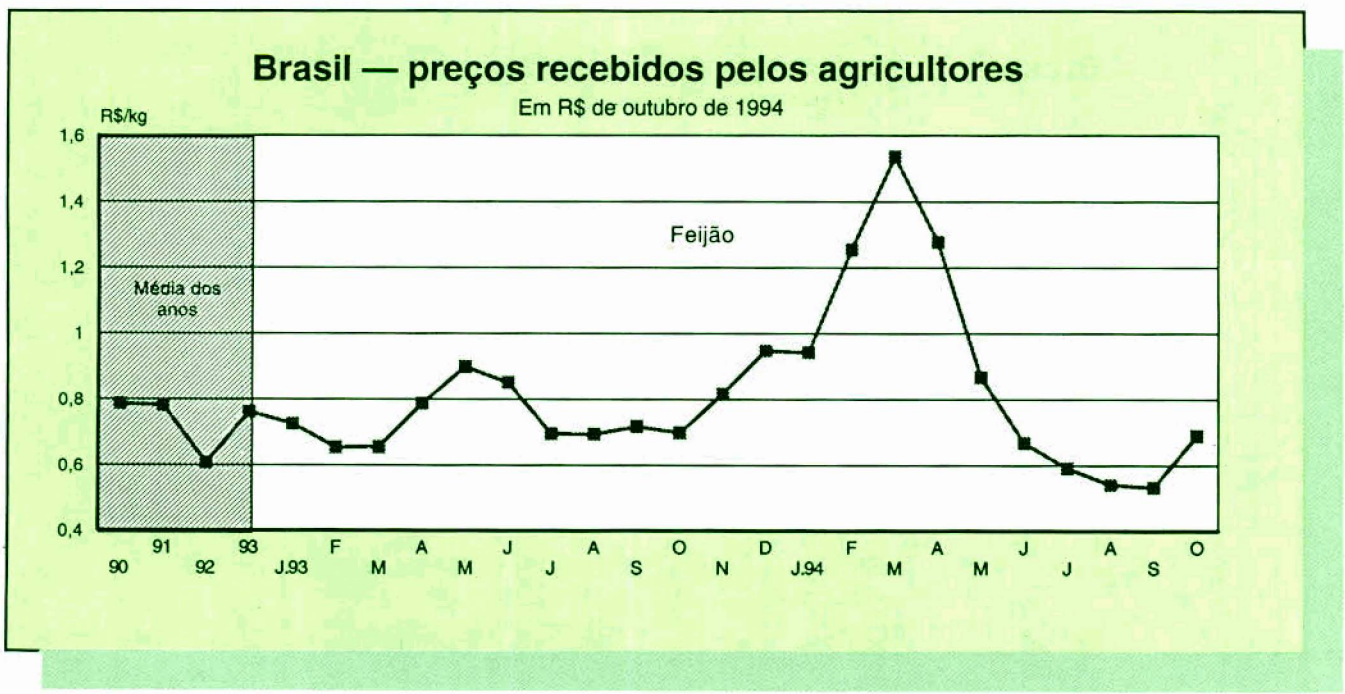
Apesar da expressiva recuperação dos preços no mês de outubro, as cotações continuam abaixo de seus níveis históricos.



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de outubro de 1994/unidade)

Anos/Produtos	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz — t)	Soja (kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)
1990	0,79	1,75	3,64	0,18	52,72	0,21	0,48	0,17
1991	0,78	1,81	2,80	0,19	63,14	0,26	0,41	0,17
1992	0,61	2,51	2,75	0,17	71,37	0,27	0,38	0,20
1993	0,76	2,25	2,18	0,17	70,82	0,27	0,36	0,19
Jan. 93	0,73	2,33	2,25	0,20	82,44	0,29	0,32	0,20
Fev.	0,65	2,38	2,73	0,18	82,54	0,28	0,42	0,20
Mar.	0,66	2,27	2,56	0,15	82,20	0,25	0,39	0,20
Abr.	0,79	2,34	2,34	0,16	81,53	0,24	0,48	0,19
Maio	0,90	2,30	2,18	0,16	74,00	0,23	0,38	0,20
Jun.	0,85	2,26	1,79	0,16	72,87	0,24	0,48	0,19
Jul.	0,70	2,29	1,62	0,16	68,75	0,28	0,37	0,19
Ago.	0,69	2,15	1,73	0,17	58,93	0,29	0,31	0,19
Set.	0,72	2,13	1,85	0,18	59,85	0,27	0,24	0,17
Out.	0,70	2,17	1,88	0,18	62,48	0,27	0,25	0,17
Nov.	0,82	2,15	2,42	0,19	61,83	0,28	0,28	0,17
Dez.	0,95	2,28	2,80	0,20	62,40	0,29	0,40	0,17
Jan. 94	0,94	2,03	3,38	0,19	61,20	0,28	0,50	0,16
Fev.	1,25	2,02	3,47	0,16	67,24	0,28	0,42	0,16
Mar.	1,54	1,94	3,08	0,14	56,62	0,25	0,42	0,14
Abr.	1,28	1,88	2,92	0,14	47,04	0,24	0,37	0,15
Maio	0,87	2,02	2,40	0,14	40,44	0,24	0,29	0,15
Jun.	0,67	2,05	2,31	0,13	38,83	0,25	0,22	0,15
Jul.	0,59	1,63	2,02	0,12	30,13	0,18	0,22	0,13
Ago.	0,54	1,57	1,99	0,11	38,64	0,18	0,36	0,12
Set.	0,53	1,52	2,24	0,11	39,70	0,17	0,61	0,12
Out.	0,69	1,48	2,48	0,12	39,30	0,17	0,61	0,13

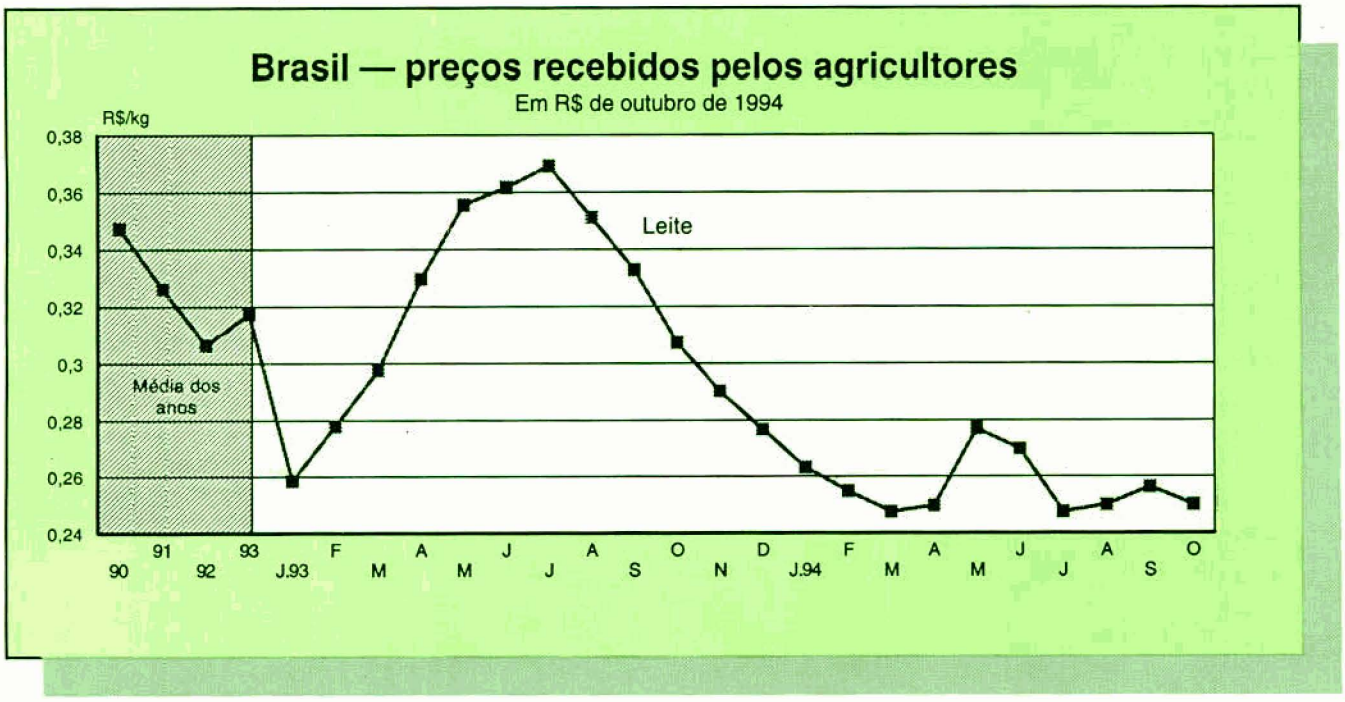
A estiagem prejudicou a safra que entra no mercado no fim do ano permitindo uma recuperação dos preços recebidos.



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de outubro de 1994/unidade)

Anos/Produtos	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (15kg)	Vaca leiteira de raça (cab.)
1990	0,69	0,25	1,22	0,18	0,33	168,24	34,28	825,40
1991	0,41	0,21	1,01	0,18	0,29	149,04	31,60	665,61
1992	0,43	0,22	0.83	0,17	0,24	135,83	30,15	569,66
1993	0,44	0,25	0,90	0,18	0,21	146,39	31,95	607,95
Jan. 93	0,53	0,20	0,82	0,20	0,61	151,99	33,75	598,08
Fev.	0,51	0,21	0,85	0,19	0,49	154,58	31,67	610,45
Mar.	0,55	0,20	0,77	0,18	0,45	151,87	30,70	589,60
Abr.	0,64	0,22	0,66	0,19	0,47	153,34	30,98	587,20
Maio	0,67	0,26	0,70	0,18	0,47	148,88	29,32	609,14
Jun.	0,62	0,33	0,74	0,20	0,00	140,48	27,73	606,88
Jul.	0,45	0,29	0,84	0,18	0,00	136,63	29,54	596,83
Ago.	0,47	0,26	0,82	0,16	0,00	144,00	35,60	620,13
Set.	0,30	0,27	1,16	0,16	0,00	148,62	35,52	625,01
Out.	0,17	0,30	1,15	0,15	0,00	141,18	32,99	622,45
Nov.	0,19	0,27	1,28	0,18	0,00	143,16	32,71	620,50
Dez.	0,14	0,24	0,95	0,17	0,00	141,96	32,89	609,15
Jan. 94	0,17	0,25	0,91	0,17	0,36	146,91	32,35	613,88
Fev.	0,32	0,26	0,86	0,20	0,33	146,41	29,81	593,88
Mar.	0,36	0,30	0,90	0,24	0,30	148,54	30,02	586,85
Abr.	0,31	0,30	1,35	0,24	0,30	149,91	29,34	604,59
Maio	0,37	0,27	1,62	0,24	0,00	151,19	26,06	649,04
Jun.	0,29	0,25	1,19	0,20	0,00	166,97	31,57	725,13
Jul.	0,31	0,18	1,32	0,15	0,00	140,98	23,76	628,48
Ago.	0,28	0,19	1,41	0,14	0,00	147,88	24,47	666,49
Set.	0,27	0,19	1,38	0,16	0,00	149,93	24,21	697,45
Out.	0,35	0,20	1,49	0,19	0,00	156,93	27,81	751,88

Ao contrário do que se registrou com os preços do gado para corte, as cotações do leite não reagiram. Os produtores estão recebendo os preços mais baixos dos anos 90.

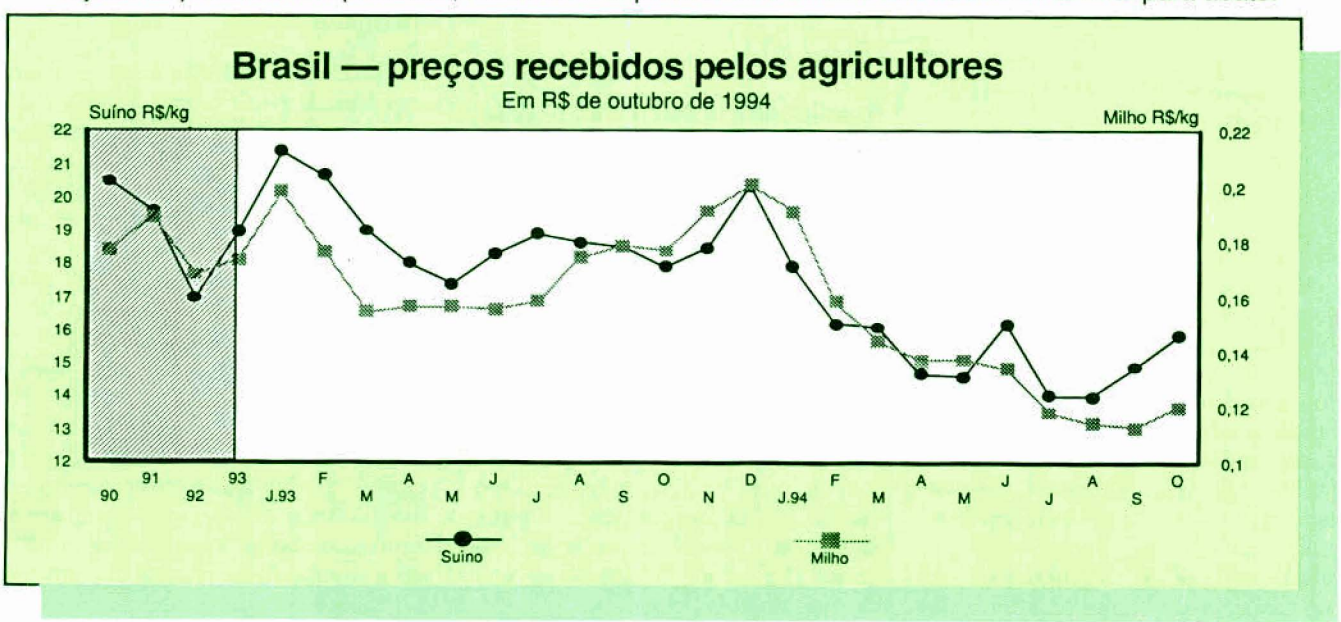


Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de outubro de 1994/unidade)

Anos/Produtos	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	506,46	20,49	1,48	0,35	30,66	0,92	3,45	315,10
1991	416,17	19,60	1,27	0,33	18,10	0,80	4,04	272,42
1992	355,25	16,98	1,11	0,31	28,67	0,78	2,60	253,66
1993	378,19	18,98	1,12	0,32	23,81	0,88	2,71	265,92
Jan. 93	376,12	21,38	1,26	0,26	32,90	0,79	2,48	277,09
Fev.	383,02	20,66	1,18	0,28	29,89	0,92	2,57	277,52
Mar.	374,45	19,01	1,15	0,30	27,51	1,01	2,46	266,37
Abr.	371,44	18,04	1,10	0,33	24,85	1,03	2,44	260,26
Maio	375,35	17,40	1,02	0,36	21,48	0,96	2,63	252,25
Jun.	366,73	18,31	1,00	0,36	19,16	0,99	2,67	243,69
Jul.	360,84	18,92	1,11	0,37	19,08	0,94	2,83	246,86
Ago.	384,36	18,67	1,15	0,35	22,72	0,91	2,98	267,51
Set.	388,69	18,52	1,15	0,33	23,24	0,81	2,92	281,52
Out.	384,92	17,94	1,08	0,31	21,32	0,74	2,79	276,12
Nov.	388,71	18,51	1,12	0,29	22,10	0,68	2,89	266,62
Dez.	383,61	20,37	1,17	0,28	21,52	0,72	2,81	275,16
Jan. 94	385,60	17,94	1,14	0,26	24,18	0,74	2,68	270,43
Fev.	380,24	16,19	1,07	0,25	22,52	0,77	2,47	263,76
Mar.	373,19	16,11	1,03	0,25	23,09	0,80	2,51	270,94
Abr.	373,49	14,70	1,01	0,25	24,59	0,82	2,55	273,78
Maio	405,20	14,61	1,01	0,28	25,60	0,82	2,77	256,42
Jun.	437,11	16,21	1,00	0,27	26,03	0,83	2,97	290,20
Jul.	376,66	14,03	0,90	0,25	23,83	0,79	2,64	245,37
Ago.	410,31	14,02	0,89	0,25	23,58	0,76	2,78	254,10
Set.	420,74	14,90	0,82	0,26	25,52	0,69	2,85	256,64
Out.	446,63	15,84	0,85	0,25	28,29	0,61	3,02	269,60

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE — FGV.
* Índices calculados a partir dos preços de julho em CR$. Optou-se por este cálculo para manter coerência com os dados do IGP-DI. Em *Agroanalysis* de setembro de 1994 foram publicados os índices com base nos preços de junho convertidos em real, usando-se a URV de 15 de junho de 1994 (data da coleta das informações).

Como já se constatou em relação ao frango, as oscilações dos preços do suíno e do milho seguem trajetórias praticamente paralelas, refletindo a importância do insumo nos custos do animal para abate.



Lei nº 8.929, de 22-8-1994

RESUMO: Institui a *Cédula do Produtor Rural* (CPR). Trata-se de um ativo financeiro em que o produtor se compromete a fazer a entrega, sem data e local específicos, de uma certa quantidade e qualidade de produto agropecuário. Em troca, ele recebe recursos para financiar investimentos ou o próprio custeio da safra. A cédula é endossável e pode ser transacionada em bolsa.

Por ser considerada um ativo financeiro, não haverá incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários. D.O.U.: 23-8-1994.

Novo título irá viabilizar as operações de crédito rural com pagamento em equivalência-produto.

Resolução nº 2.100, de 24-8-1994, do Bacen

RESUMO: Divulga os *Valores Básicos de Custeio*, (VBC), para produtos da safra de verão 1994/95 e dispõe sobre medidas complementares decorrentes. D.O.U.: 26-8-1994. Os quadros com os valores do VBC foram republicados no D.O.U.: 31-8-1994.

Resolução nº 2.101, de 24-8-1994, do Bacen

RESUMO: Cria o *Programa de Valorização da Pequena Produção Rural* (Provape) para a safra de verão 1994/95. Trata-se de um programa objetivando melhorar o nível de vida do pequeno produtor rural, estimulando a atividade produtiva e o padrão de qualidade da produção no nível da pequena propriedade rural, e incentivando o associativismo no meio rural como forma de agregar produtores atomizados para facilitar seu acesso aos instrumentos de política econômica e social.

Subordina-se às seguintes condições especiais, visando atender a demanda prevista para o período relativo à safra 1994/95: os produtores deverão se enquadrar, simultaneamente, nos seguintes pré-requisitos: pertencer a associação, cooperativa, grupo ou condomínio de produtores rurais; deter área não superior a quatro módulos fiscais; não utilizar empregado permanente; auferir no mínimo 80% da renda na atividade agrícola; não ser mutuário de crédito concedido com recursos dos Fundos Constitucionais ou do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera), para a mesma finalidade.

A proposta de financiamento deverá ser apresentada pelos produtores reunidos em grupos de até 20 componentes ou por suas respectivas associações, cooperativas ou similares.

O crédito de custeio agrícola terá taxa efetiva de juros de 4% ao ano e limite de 100% do Valor Básico de Custeio (VBC) ou do projeto, plano ou orçamento para custeio, e será restrito a uma área de até cinco hectares para cada produtor.

Aos financiamentos de custeio de algodão, arroz, feijão, milho, mandioca e soja serão aplicadas as normas especiais estabelecidas para concessão de equivalência em produto. Serão utilizados recursos oriundos do Orçamento das Operações de Crédito previsto nas rubricas próprias e exigibilidades do MCR 6-2. D.O.U.: 31-8-1994.

Resolução nº 2.102, de 24-8-1994, do Bacen

RESUMO: Fixa *encargos para o crédito rural da safra de verão 1994/95*. Estabelece que no mínimo 50% dos recursos obrigatórios (MCR 6-2) devem ser aplicados com miniprodutores e pequenos produtores rurais. Para os miniprodutores, a taxa de juros será de até 6% ao ano, e, para os pequenos produtores rurais, incidirão 50% da Taxa Referencial (TR) acrescidos da mesma taxa de juros. No caso dos demais produtores e suas cooperativas, a remuneração pela TR será acrescida de juros de até 11% ao ano (11,5% no caso das lavouras de cana-de-açúcar).

A Resolução também estabelece os encargos financeiros para financiamentos concedidos com recursos de outras fontes: Depósitos Especiais Remunerados (DER), fundos de commodities, exigibilidade da caderneta de poupança rural (MCR 6-4) e livres.

Estabelece-se ainda que os encargos financeiros somente são exigíveis juntamente com as prestações do principal, proporcionalmente aos valores nominais de cada uma, e que a época e forma de cálculo de juros serão de livre convenção entre financiado e financiador. D.O.U.: 26-8-1994.

Apesar dos protestos dos agricultores, a TR é mantida para os financiamentos do crédito rural.

Portaria Interministerial nº 182, de 25-8-1994 do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária e Ministério da Fazenda

RESUMO: Aprova e divulga regras disciplinadoras da *formação e liberação dos estoques públicos* e da intervenção no mercado de produtos agropecuários. D.O.U.: 26-8-1994.

Resolução nº 2.103, de 31-8-1994, do Bacen

RESUMO: Divulga alterações no regulamento do *Proagro*. Define "situações de adversidades climáticas generalizadas" e reduz o período de cobertura do seguro. A situação de adversidade climática é caracterizada pela ocorrência de perda em 50% dos empreendimentos assegurados num mesmo município, caso em que o Banco Central, que gerencia o Proagro, poderá pedir auxílio financeiro ao Tesouro.

A cobertura do Proagro passa a valer apenas a partir do transplantio ou emergência da planta no local definitivo, no caso de operações de custeio agrícola de lavoura temporária. A taxa de participação, chamada de adicional, não foi alterada, apesar da redu-

ção do período de cobertura do seguro.

São estabelecidas várias regras para aperfeiçoar o controle do Proagro.

Exige uma análise química do solo e recomendação de uso de insumos. Em caso de sinistro, o beneficiário terá que comprovar a utilização dos insumos.

O enquadramento das operações no Proagro será feito com base em orçamento analítico, independentemente da existência de VBC. D.O.U.: 1-9-1994.

Decreto nº 1.235, de 2-9-1994

RESUMO: Dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 98.161, de 21-9-1989, que dispõe sobre a administração do *Fundo Nacional do Meio Ambiente*. D.O.U.: 5-9-1994.

Decreto nº 1.236, de 2-9-1994

RESUMO: Dá nova redação ao art. 507 do Decreto nº 30.691, de 29-3-1952, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18-12-1950. A alteração se refere aos *tipos de leite de consumo* em espécie cuja produção é permitida. D.O.U.: 5-9-1994.

Portaria Ministerial nº 189, de 5-9-1994, do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária

RESUMO: Declara a região Sul do país (PR, SC, RS) livre da *Peste Suína Clássica*. D.O.U.: 8-9-1994.

Resolução nº 2.108, de 12-9-1994, do Bacen

RESUMO: Dispõe sobre a *aplicação de disponibilidades das entidades da Administração Federal Indireta* e das fundações supervisionadas pela União (direcionando 70% dos recursos em CDB para o crédito rural). D.O.U.: 13-9-1994.

Medida Provisória nº 615, de 14-9-1994

RESUMO: Altera o art. 4º *caput* da Lei nº 8.427, de 27-5-1994, que dispõe sobre a concessão de *subvenção econômica nas operações de crédito rural*. D.O.U.: 15-9-1994.

Medida Provisória nº 616, de 14-9-1994

RESUMO: Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no *Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios*, e dá outras providências. D.O.U.: 15-9-1994.

Decreto s.n., de 14-9-1994

RESUMO: Institui *Comissão Interministerial sobre Comércio Exterior*, integrada por representantes do Ministério da Fazenda e do Ministério da Indústria, do Turismo e do Comércio, visando reduzir as alíquotas do imposto de importação, desregulamentar o comércio exterior, assegurar uma adequada proteção do produtor nacional contra concorrência desleal, bem como salvaguardar o setor produtivo contra aumentos abruptos de importações que causem ou ameacem causar dano à indústria nacional e estimular as exportações, particularmente no que se refere à desoneração fiscal da atividade exportadora. D.O.U.: 15-9-1994.

Estranhamente, nesta comissão não se prevê a participação de representantes do Ministério da Agricultura, quando se sabe que a agricultura é uma das atividades mais afetadas por importações subsidiadas.

Decreto s.n., de 15-9-1994

RESUMO: Cria a *Seção Brasileira da Comissão de Comércio do Mercado Comum do Sul* (Mercosul). D.O.U.: 16-9-1994.

Instrução Normativa nº 15, de 8-9-1994, do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária/ Incra

RESUMO: Dispõe sobre o *procedimento para as alterações cadastrais* previstas no art. 5º do Decreto nº 72.106, de 12-12-1972, que criou o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). D.O.U.: 21-9-1994.

Circular nº 2.484, de 21-9-1994, do Bacen

RESUMO: Dispõe sobre a *prorrogação do prazo estabelecido para renegociação das dívidas* objeto da Resolução nº 2.080, de 22-6-1994. D.O.U.: 22-9-1994.

Portaria Ministerial nº 193, de 19-9-1994, do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária

RESUMO: Institui o *Programa Nacional de Sanidade Avícola* no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária (SND). D.O.U.: 22-9-1994.

Portaria Interministerial nº 194, de 22-9-1994, do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária e Ministério da Fazenda

RESUMO: Converte para Real o *Preço de Liquidação de Estoques* (PLE) para o trigo, da safra de 1993, fixado pela Portaria Interministerial nº 109, de 4-3-1993, e para algodão em pluma, arroz, carne bovina, farinha e fécula de mandioca, feijão e milho da safra 1993/94 fixados pela Portaria Interministerial nº 104, de maio de 1994. D.O.U.: 26-9-1994.

Portaria Ministerial nº 196, de 23-9-1994, do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária

RESUMO: *Proíbe comercialização de leite pasteurizado reconstituído, durante quatro meses por ano*, coincidente com o período de safra, conforme discriminado. D.O.U.: 26-9-1994.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

As previsões do mercado foram realizadas no dia 21 de novembro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de dezembro de 1994.

Preços / Produtos	Média dos 1ºs futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Novembro 1993	Outubro 1994	1 a 21 novembro 1994	14 a 21 novembro 1994	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N		
Açúcar raw US¢/lb-peso	10,35	12,63	13,45	13,75				13,45		13,48		13,36			12,68		↗	Permanece o déficit mundial de produção.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	58,74	69,42	73,31	74,47	73,31			74,87		76,01		76,45			71,05		↗	Especulações sobre reduções nas safras da China, Paquistão e EUA.
Cacau Bahia US$/ tonelada	1.167,61	1.298,89	1.293,69	1.284,80	1.293,69			1.332,08		1.357,15		1.382,15		1.404,92			↗	Safra da Costa do Marfim sofrerá reduções por adversidades climáticas.
Café contrato com Nova Iorque US¢/lb-peso	75,84	196,29	178,25	168,94	178,25			183,13		185,77		187,27		188,48			→	Mercado altista, no longo prazo. Nas próximas semanas, a normalização do clima no Brasil e a chegada das colheitas da Colômbia e da América Central devem amainar os preços.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova Iorque e Chicago.

Preços / Produtos	Média dos 1ºs futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Novembro 1993	Outubro 1994	1 a 21 novembro 1994	14 a 21 novembro 1994	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N		
Milho two yellow US¢/ bushel	273,71	216,00	217,15	217,00	217,15			228,38		235,87		240,90		245,25			↘	Safra norte-americana atinge recorde de 254 milhões de toneladas.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	670,24	541,25	565,58	567,50		565,58		552,21		583,06		588,67	591,31	592,54			↘	Permanece a pressão baixista em razão de oferta maior divulgada no relatório do USDA, que também prevê aumento da safra de 1993/94.
Soja-farelo US$/ tonelada	206,78	162,74	159,22	158,92	159,22	162,42		165,06		169,44		174,23	175,98				↗	O USDA prevê que a demanda internacional pelo farelo continuará aquecida.
Trigo soft red US¢/ bushel	345,86	402,00	381,98	375,85	381,98			393,15		372,35	340,29			344,94			↗	Permanece elevada a demanda dos países asiáticos.
Suco de laranja U$¢/lb-peso	106,52	100,76	113,33	114,60		113,33		117,35		120,53		123,52		126,20			↗	Reavaliação baixista da safra paulista de laranja.

Mercado interno

Os preços nominais foram corrigidos pelo IGP-DI até junho de 1994 e convertidos em R$ através da divisão pelo valor da URV média de junho de 1994. Posteriormente, foram corrigidos pelo IGP-1 (DI) para outubro de 1994. Os valores de novembro são nominais.

Produtos / Preços	Novembro 1993	Outubro 1994	1 a 21 novembro 1994	14 a 21 novembro 1994	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	26,83	22,85	24,23	24,60	↗	Escassez interna do produto promove alta nas cotações.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	37,85	38,50	29,15	29,40	→	Câmbio favorável, redução da alíquota de importação e estabilidade econômica estimulam as importações que seguem pressionando o mercado nesta entressafra.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	120,70	182,21	170,51	163,24	→	A tendência de longo prazo permanece altista. No curto prazo, porém, a normalização das condições climáticas no Brasil deve arrefecer o mercado.
Boi gordo R$/arroba	36,98	31,37	33,69	31,60	→	Normalização das condições climáticas.

Fonte dos dados brutos — algodão e café: BM&F; arroz, feijão, milho e soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo: IEA-SP e frango vivo: APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

Mercado interno

Produtos / Preços	Novembro 1993	Outubro 1994	1 a 21 novembro 1994	14 a 21 novembro 1994	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	57,10	56,34	49,81	46,90	→	Em dezembro, a nova safra das águas, cuja colheita já se iniciou, chegará ao mercado com maior intensidade.
Frango vivo R$/kg	0,84	0,64	0,72	0,72	→	Regularização da oferta do boi gordo influencia negativamente o mercado.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	13,18	8,72	9,04	8,93	→	Mercado abastecido, sem sobressaltos na ponta do consumo.
Soja-grão industrial R$/60kg	19,60	11,55	11,55	11,55	→	O mercado interno é influenciado pelos baixos preços vigentes no exterior.

Organização:
ELIANA CONDE B. VIGLIO

Competição por novos mercados

No número anterior de *Agroanalysis*, apresentou-se nesta seção texto referente à competição entre diversos países exportadores de produtos agrícolas nos mercados do Japão e da Coréia do Sul. A matéria de *AgExporter* em que se baseavam aquelas análises tratava também da disputa pelos mercados de Cingapura e Formosa, dos mais citados entre os chamados tigres asiáticos.

Cingapura tem apenas 4% de seu território com solos agricultáveis e é um sonho de comerciante, no que se refere a importações de alimentos. No ano passado, importou US$4,7 bilhões em produtos agrícolas, de que os EUA responderam por 7%.

Outros países também voltam seus olhos para o mercado cingapuriano. Em 1993, 11 países além dos EUA gastaram o total de US$1,1 milhão para promover uma variedade de produtos de alto valor adicionado em Cingapura. Olerícolas e carne foram os itens mais intensamente promovidos e provavelmente continuarão sendo o foco de promoções futuras.

Em 1993, Formosa importou US$7,2 bilhões de produtos agrícolas, de múltiplas origens, e foi o sexto maior comprador das exportações agrícolas dos EUA.

Expectativas de mudanças

Austrália e Nova Zelândia deverão permanecer fortes e agressivas no mercado cingapuriano, particularmente na área de programas promocionais de frutas e carnes. Dando seqüência a esforços similares na Indonésia, o Canadá deverá tornar-se mais ativo no que se refere às promoções de maçã.

Também a França deverá aumentar seus esforços promocionais, particularmente para vinhos e frutas, ao mesmo tempo em que tenta manter sua participação no mercado, em face da dura competição do vinho australiano e da perda de uma parcela do mercado de frutas, durante alguns anos consecutivos de safras pobres.

A África do Sul será provavelmente a maior ameaça neste mercado, particularmente em termos de produtos da horticultura. Embora os sul-africanos tenham relatado o gasto de apenas US$5 mil em Cingapura, em 1993, percebe-se que estiveram apenas fazendo um levantamento. Há todos os indícios de que a África do Sul promoverá fortemente seus produtos agrícolas nos próximos anos, não só em Cingapura, mas em todos os países vizinhos da Ásia.

Formosa

A ilha de Formosa é um mercado em crescimento para alimentos e outros produtos agrícolas. Nos últimos anos, mais e mais exportadores têm dedicado suas atenções a esse lucrativo mercado, que deverá tornar-se cada vez mais atraente. Também se espera o aumento das promoções comerciais de alimentos processados. Os gostos estão mudando rapidamente e as promoções ajudam a orientar o consumidor para determinados produtos. A renda do consumidor, que atingiu US$10 mil *per capita* em 1993, alcançou um nível em que o poder de compra permite o acesso a maior quantidade de produtos alimentícios importados.

Em 1993, a ilha importou US$7,2 bilhões de produtos agrícolas, de múltiplas origens, e foi o sexto maior comprador das exportações agrícolas dos EUA, com US$2 bilhões.

Os seis principais competidores — Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, França, Alemanha e Canadá — nos mercados dos produtos agrícolas vêm conduzindo atividades promocionais. A maioria delas é dirigida por *marketing boards* ou outras associações ligadas a produtores ou exportadores.

Como é difícil obter dados sobre os dispêndios com essas promoções, o Escritório de Assuntos Agrícolas, do Instituto Americano de Formosa, estima que mais de US$2 milhões foram gastos pelos concorrentes dos norte-americanos. Este número pode estar subestimado, mas inclui as informações referentes às promoções da Austrália,

que dizem respeito a uma campanha plurianual recém-iniciada.

As atividades de *marketing* cobrem uma ampla gama de opções. Anúncios na televisão somam os maiores dispêndios na promoção de suco, queijo e maçãs. Nos últimos anos expandiu-se rapidamente um canal de vendas, cada vez mais sofisticado, em supermercados e hipermercados. Trata-se de um bom canal para se implementarem campanhas de promoção de vendas. A Austrália e outros concorrentes usam Formosa como área de testes de atividades promocionais. Se tiverem sucesso, serão copiadas, posteriormente, em mercados vizinhos da Ásia.

Com o objetivo de ampliar as exportações agrícolas australianas para Formosa, dos US$1,4 bilhão de 1993 para US$4,9 bilhões em seis anos, os australianos iniciaram uma grande promoção genérica de todos os seus produtos alimentares. Esperam gastar US$4 milhões em 1994 com esse programa, metade dos quais virá de fundos governamentais e a outra metade do setor privado. Planeja-se reduzir gradualmente a participação do governo. Essa campanha é intitulada Comida Australiana Limpa (*Clean Australian Food*) e tenciona associar as exportações agrícolas com um ambiente limpo e seguro. O Ministério australiano de Indústrias Primárias e Energia está diretamente envolvido nesse projeto.

O programa Comida Australiana Limpa tenciona associar as exportações agrícolas com um ambiente limpo e seguro.

Em outros esforços promocionais em Formosa, a Companhia Australiana de Carne e Gado (Australian Meat and Livestock Company — AMLC) sustenta uma agressiva campanha de promoção da carne bovina, que expandiu significativamente a demanda por carne de boi criado extensivamente. As atividades da AMLC mudaram daquelas ligadas a serviços (exposições de alimentos, missões comerciais e seminários) para programas promocionais orientados para os consumidores (promoções genéricas ou associadas).

Outras promoções australianas registradas em Formosa, em ordem decrescente de magnitude, são as de queijo, sucos ou bebidas de frutas, peras em conserva, vinho e maçãs. No ano passado, a Austrália gastou cerca de US$900 mil. Os *marketing boards* australianos estão envolvidos no planejamento e no suporte dessas atividades.

Nova Zelândia, o segundo competidor

Até que a Austrália iniciasse sua campanha genérica, a Nova Zelândia era o principal investidor entre os competidores dos EUA no mercado de Formosa. Gastou somas substanciais em promoções de queijo, leite em pó, kiwi e carne vermelha. Em 1993, estima-se que tenha despendido US$1,1 milhão nessas campanhas.

O escritório comercial neozelandês em Taipé geralmente não se envolve nas promoções. Alguns *boards*, como o do kiwi ou o de maçã e pêra, trabalham com um só importador ou alguns importadores autorizados, para executar a promoção. O programa do kiwi é muito ativo, está bem estabelecido e pode ser usado como um modelo para outras exportações de frutas, desde que Formosa entre para o Gatt, ainda em 1994 ou 1995. Também o *board* da carne patrocina promoções, e os representantes da Nova Zelândia informaram que há uma política de seu governo para reduzir o envolvimento oficial com os *boards* de produtos agrícolas.

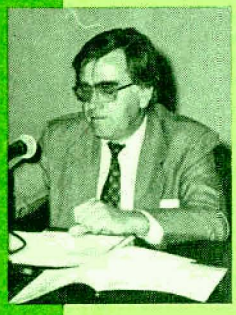
Outros competidores

Em 1993, África do Sul, França, Alemanha e Canadá realizaram pequenas promoções comerciais em Formosa, de US$300 mil ou menos por país. A CFMA, agência de *marketing* agrícola da Alemanha, e a Sopexa, da França, estão envolvidas nessas atividades. O Canadá promove suas exportações de grãos através do Canadian Wheat Board.

Não foi possível obter informações quanto à natureza e às fontes dos fundos sul-africanos para a promoção da agricultura. Quase todas essas atividades relativamente pequenas foram ligadas a produtos específicos, com ofertantes individuais do país patrocinador.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

O novo mercado mercantil-financeiro: uma saída para a agricultura



WALTER SOBOLL

A lacuna hoje existente entre as necessidades financeiras do setor rural e o financiamento efetivamente proporcionado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) corresponde a menos de 3/4 do necessário à produção. Isso estimulou o setor produtivo rural e o mercado financeiro a desenvolverem novos mecanismos de financiamento da produção.

Ainda são muitas as arestas a serem aparadas, principalmente em decorrência de disfunções que foram assumidas por diferentes agentes do mercado de produção e comercialização, como é o caso dos contratos Anec (soja verde), dos sistemas de "troca-troca", de equivalência-produto e outros que, na prática, oneram sobremaneira as operações de compra de insumos ou de venda de produtos originados no setor produtivo rural. Os riscos embutidos nesses instrumentos são muito elevados, tendo provocado inadimplências entre indústrias e produtores, quebra de cooperativas e insegurança e suspeição do setor financeiro, no que se refere a parcerias com o setor produtivo rural. No entanto, com o andar da carruagem, estão surgindo fatos novos que são o embrião do novo mercado mercantil-financeiro; somente no segmento do *agribusiness* brasileiro, esse mercado tem um potencial de desenvolvimento incalculável.

Hoje distinguem-se claramente vários instrumentos de financiamento, destinados ao mercado físico, que merecem atenção, tanto por parte dos produtores rurais, quanto por parte de atacadistas, bolsas de físico, bolsas de futuros e agentes financeiros, por representarem o futuro das relações entre produção, abastecimento e mercado financeiro. Destacam-se os seguintes:

a) contratos Anec, destinados basicamente às antecipações do fornecimento de soja verde;

b) Fundos de Investimentos em commodities, através de cessões de crédito e CDB rurais, fontes de recursos para os agentes financeiros;

c) Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida (CMG), nas suas versões de Físico Disponível (CMDG) ou de Entrega Futura Garantida (CMFG), operando através de registro em sistema de clearing;

d) Cédula de Produto Rural (CPR), lançada recentemente por lei e destinada especificamente a produtores rurais, suas associações ou cooperativas; e

e) *Commodity Link Bond* (CLB), contrato de entrega futura, com prazo de até quatro anos.

Em todos esses instrumentos, observa-se a preocupação com a securitização da operação. Dada à insegurança proporcionada pelo Proagro e pelos seguros rurais, ressegurados pelo IRB, a necessidade de garantias, fianças ou avais para emissão desses instrumentos é uma constante. Assim, estão sendo desenvolvidos, pela iniciativa privada, novos sistemas de análise de crédito e de securitização que prevêem o seguro agrícola, o seguro contra perdas e danos materiais e o seguro garantia (*performance*).

Por sua vez, a securitização dos novos instrumentos mercantis financeiros exige, por um lado, a centralização das operações mercantis para garantir a existência presente ou futura das mercadorias transacionais e gerar informações que proporcionem a devida transparência de preços e quantidades negociadas, e por outro lado, a centralização dessas operações do ponto de vista financeiro, necessária para garantir o sistema e permitir o desenvolvimento de políticas específicas para o setor. A primeira centralização vem sendo efetuada pela Central de Registros S.A., *clearing* físico independente responsável pelo registro de administração de garantias e liquidação física dos contratos negociados. A centralização de operações, do ponto de vista financeiro, será feita pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), que já o faz para os demais títulos financeiros existentes no mercado.

O equacionamento de todas essas medidas levará, por um lado, à reorganização da produção agropecuária e agroindustrial, gerando um mercado físico transparente e securitizado, e por outro lado, à criação, junto aos agentes financeiros, de oportunidades de negócios e parcerias relacionados ao *agribusiness* nacional.

No mercado físico será criada oportunidade de adequação à realidade comercial dos seguintes sistemas:

a) zoneamento agrícola, fazendo com que se privilegiem regiões em que a produtividade e a rentabilidade de culturas evidenciem sinais de eficiência na produção agropecuária;

b) classificação de mercadorias, via laboratórios existentes, com o restabelecimento de critérios de arbitramento e a recriação de juízos arbitrais que disciplinem as possíveis desavenças decorrentes de negociações;

c) armazenamento, à medida que os armazéns forem sendo recadastrados, gerando transparência, e criação de um mercado competitivo de armazenagem.

No mercado financeiro estarão criadas as condições para que ocorra o efetivo desenvolvimento dos Fundos de Investimento em commodities, fundamentais ao financiamento da produção. Do mesmo modo, haverá a readequação das carteiras agrícolas aos instrumentos de negociação no segmento de mercado representado pelo *agribusiness* e ter-se-á o exercício da parceria em toda a cadeia do complexo agroindustrial, que representa volume de negócios correspondente a mais de 40% do PIB nacional.

Walter Soboll é diretor superintendente da Central de Registros S.A.



Com Agribusiness Bamerindus vai chover na sua horta.

O Bamerindus está presente em cada etapa da produção agropecuária. Assim você pode plantar, colher, produzir, comercializar, industrializar, exportar e receber com a certeza de contar com um apoio de primeira linha. Com o Bamerindus como parceiro, você vai ter mais tempo para o seu agribusiness. Depois, é só colher os lucros.

BAMERINDUS

O banco da produção.



A CEVAL TEM O MAIOR APETITE DO MUNDO.

Em pouco mais de 20 anos, a Ceval se transformou numa das principais empresas brasileiras de alimentos e uma das maiores exportadoras privadas, com negócios regulares para quase 60 países do mundo inteiro, atingindo um faturamento anual de US$ 1,6 bilhão.
A Ceval está presente em 14 estados brasileiros, empregando diretamente mais de 10 mil pessoas e se relacionando com mais de 20 mil produtores, que fornecem frangos, suínos, milho e soja.
No Brasil e no mundo, a Ceval está presente no mercado com óleos refinados de soja, milho, girassol, canola, azeite de oliva, margarinas e cremes vegetais, farinhas cruas e pré-cozidas de milho, carnes industrializadas de frangos, suínos e bovinos.

Cada vez que a qualidade dos produtos Ceval abre o apetite dos consumidores de todo o mundo, a Ceval está demonstrando que tem sempre um jeito de fazer melhor.

CEVAL ALIMENTOS

Tem sempre um jeito de fazer melhor.

Milleto soya MamaBella Cuscumil SEARA CHICKEN LIGHT ISADORA Ville Bonna All Day canção